

Os Editoriais e a Eleição Presidencial de 2018 no Brasil

Ítalo de Melo Ramalho



Criação Editora

**OS EDITORIAIS E A
ELEIÇÃO PRESIDENCIAL
DE 2018 NO BRASIL**

Autor
Ítalo de Melo Ramalho

ISBN
978-85-60102-38-9

EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Ítalo de Melo Ramalho

**OS EDITORIAIS E A
ELEIÇÃO PRESIDENCIAL
DE 2018 NO BRASIL**



Criação Editora
Aracaju | 2021

Copyright 2021 by Italo de Melo Ramalho

Todos os direitos desta edição reservados ao autor. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucro ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja clara menção do nome do autor, título da obra, edição e paginação.

A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98)
é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Projeto gráfico e diagramação:
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

R165e Ramalho, Ítalo de Melo
Os editoriais e a eleição presidencial de 2018 no Brasil / Ítalo de Melo Ramalho. -- 1. ed. -- Aracaju, SE : Criação Editora, 2021. 202 p.;
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-60102-38-9

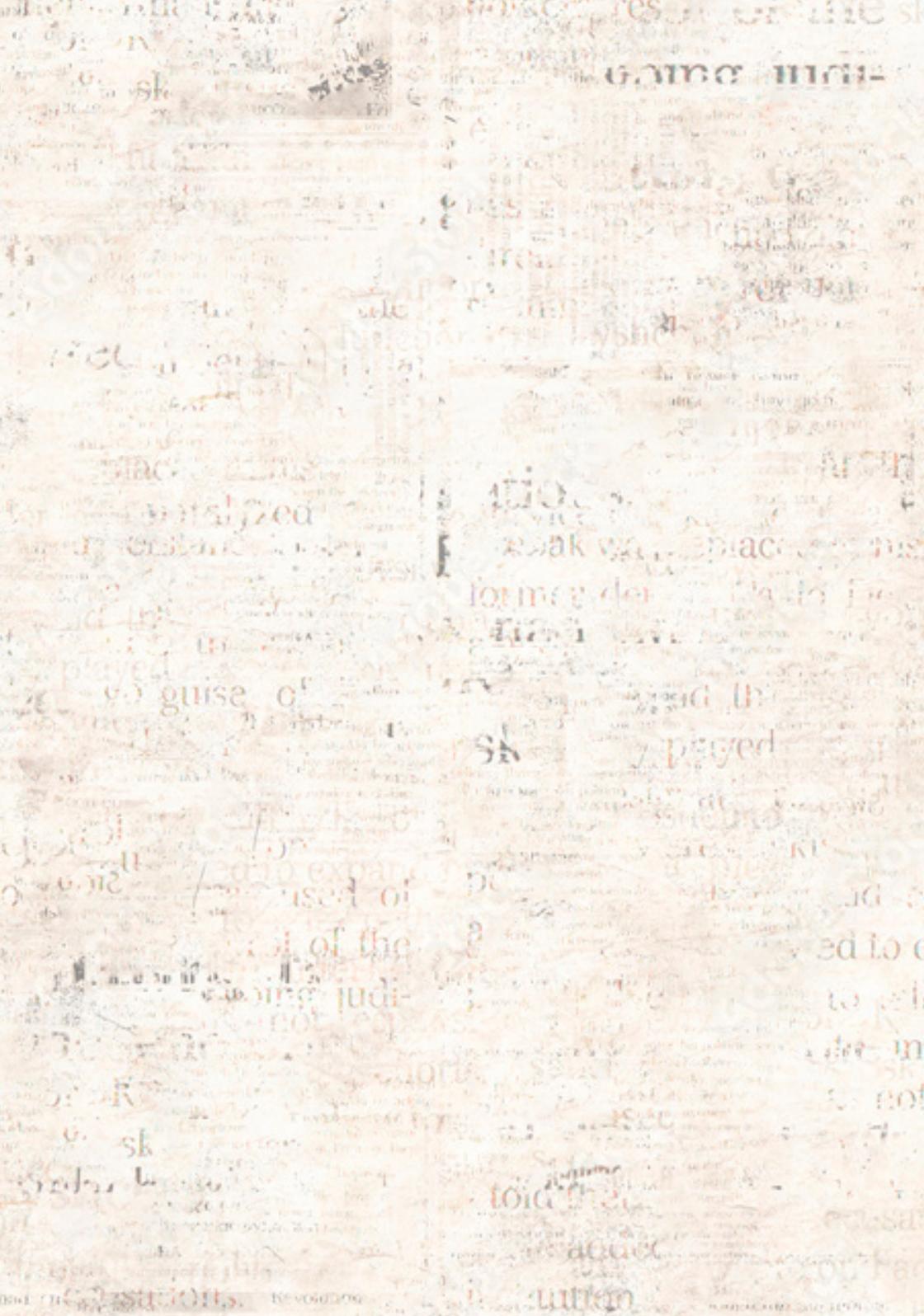
1. Antropologia. 2. Brasil - Política e Governo. 3. Editoriais Aspectos Políticos. 4. Eleições - Brasil.
I. Título. II. Assunto. III. Ramalho, Ítalo de Melo.

CDD 320
CDU 321(81)

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

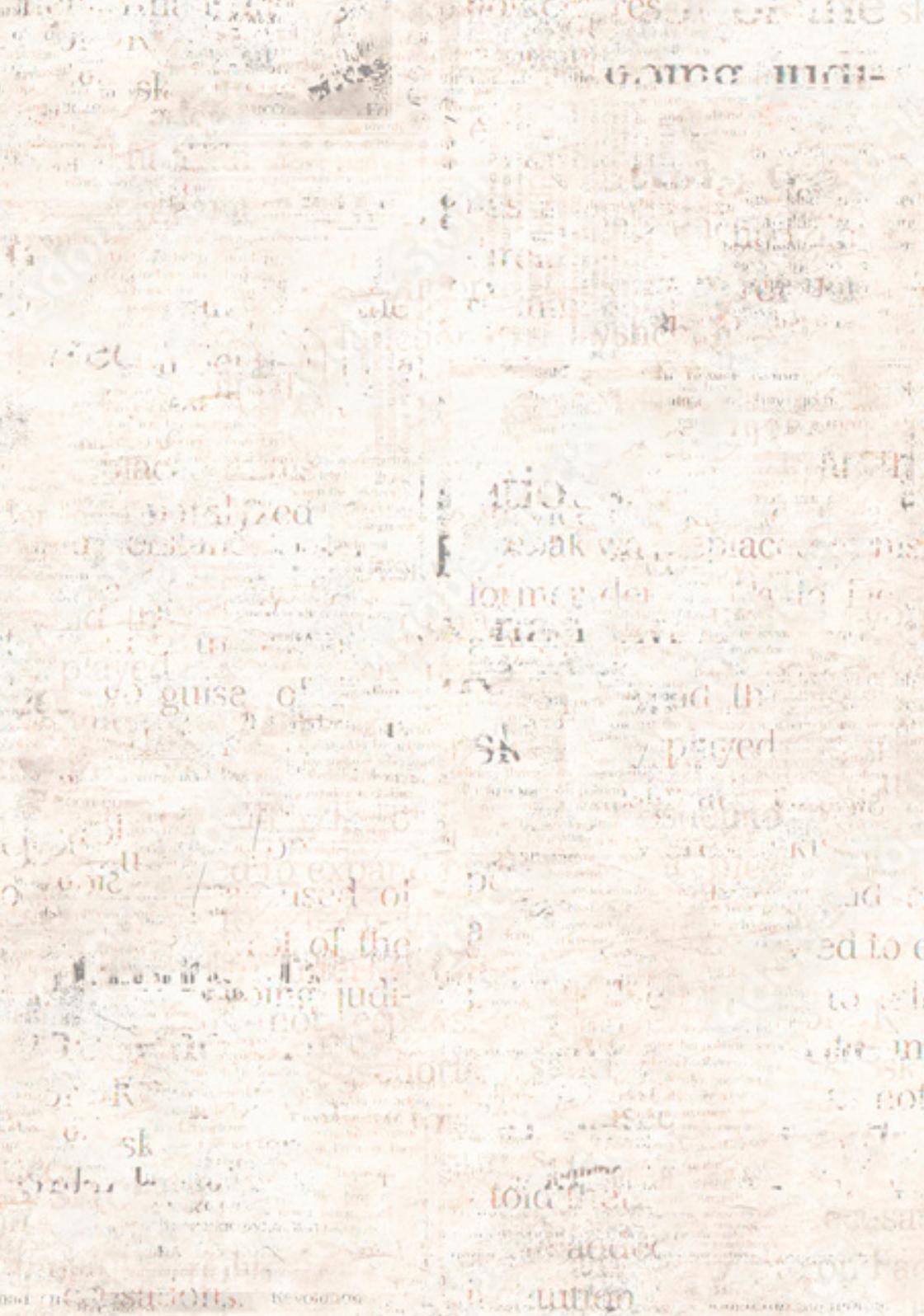
1. Política brasileira.
2. Política (Brasil).

*Para Heronides Ramalho de Souza,
Terezinha Alves de Melo Ramalho e
Christina Bielinski Ramalho.*



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - OS EDITORIAIS E A ELEIÇÃO.....	33
1.1 Sobre a <i>Folha de São Paulo</i> e <i>O Globo</i>	36
1.2 As relações dos editoriais e a reprodução de conteúdo.....	39
CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO DA ELEIÇÃO.....	59
2.1 Conceitos para uma fabricação do vazio.....	60
2.2 O processo eleitoral e as suas nuances.....	72
2.2.1 Os editoriais e a fabricação do candidato.....	75
2.2.2 A fabricação do eleitor.....	89
2.2.3 A análise teórica do processo eleitoral.....	104
2.2.4 A eficácia e os efeitos da propaganda negativa.....	119
2.3 Notas de encerramento do capítulo.....	123
CAPÍTULO III - A ELEIÇÃO E O DEVIR.....	127
3.1 Eixos temáticos sobre a eleição como um fato histórico.....	138
3.2 Eixo temático sobre a construção do devir.....	152
CONCLUSÃO.....	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173
ANEXO 1 - Títulos dos editoriais do jornal <i>Folha de São Paulo</i>	179
ANEXO 2 - Títulos dos editoriais do jornal <i>O Globo</i>	191



INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2015, eu li um artigo do camaronês Achille Mbembe e fiquei profundamente impactado com o vaticínio que saltava daquelas linhas. O prenúncio que Mbembe fez para o século XXI é de que o jogo democrático liberal chegou ao seu fim e que estamos caminhando para um confronto entre a democracia liberal e a democracia financeira. Segundo Mbembe, esse embate produzirá um aprofundamento de questões como o racismo, ultranacionalismo, sexismo, rivalidades étnicas e religiosas, xenofobia, homofobia e outras paixões mortais. O título do artigo é “A era do humanismo está terminando”¹.

¹ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. Consulta realizada em 16/09/2017.

Mbembe inaugura o seu artigo enumerando situações que pensávamos que estivessem sepultadas em arquivos históricos, que apenas estariam dispostos a consultas quando, em momentos que suscitasse dúvidas, fosse necessária uma investigação do passado nos registros catalográficos. No entanto, tal como sublinha Mbembe, situações como o racismo, o ultranacionalismo, o sexismo, as intolerâncias étnicas e religiosas, as transfobias e outros sentimentos, que nos constroem e que implicam em disputas sócio-políticas e até mesmo bélicas, ampliam os abismos do científico e tecnologicamente pleno século XXI.

Foi espantoso ler como, em um rápido período, o quanto da mesma política ainda se fazia presente no Brasil e o quanto tudo o que estava acontecendo guardava semelhança com as palavras de Mbembe. A priori, me pareceu que o candidato eleito com o discurso antissistema não era outra coisa senão mais do mesmo.

Diante de tal realidade, a temática escolhida para ser pesquisada e analisada, em meu Mestrado da Universidade Federal de Sergipe, foi “os editoriais e a eleição presidencial de 2018 no Brasil”, tema áspero e escorregadio, por envolver o tráfego entre incontáveis campos da sociedade e seus decorrentes saberes. Esses campos estão longe de serem considerados estáveis, porque, a todo instante, a ágil mobilidade das linguagens transformou e transforma atores em intermediários e mediadores de ações (LATOOUR, 2012) – e é aqui que surgem as substâncias, que são o mesmo que atores², que se movem pelas estrias dos grupos sociais –, o que dificulta o mapeamento em tempo real dos acontecimentos, ainda que, aparentemente, esse tempo, considerado a partir do corpus observado na pesquisa

² Para Bruno Latour, as substâncias actantes estão sempre em movimento e, por isso, não estão presas aos determinismos das ciências sociais que procura justificar os acontecimentos ao invés de explicá-las.

proposta, tenha uma limitação cronológica bem específica: inicia em 15 de agosto de 2018 e termina no dia 29 de outubro do mesmo ano, totalizando o número de 12 semanas.

Retomando a visão de Latour, e já trazendo para a discussão o registro da eleição presidencial do Brasil de 2018, essa mobilidade de agir com rapidez encontrou um propício estado de espírito, ou melhor, uma disposição táctil e pragmática para o afeto e para a performance, que conduziu as energias que circularam durante o pleito eleitoral. Foi como se estivéssemos sendo manipulados pelas nossas vontades sem nos darmos conta da ação de manipulação (JULLIEN, 1999), o que a priori pode soar como uma contradição. Entretanto, uma investigação atenta permite que se veja como a insistência propagandista das candidaturas majoritárias em propagar a imagem de um candidato como sendo o melhor a se seguir não passaria de um investimento ou interferência no ânimo do eleitor, que já se encontrava desestabilizado emocionalmente com a crescente criminalização da política.

De outro lado, cabe observar que as pautas escolhidas como pilares da propaganda eleitoral de cada candidatura revelaram fotografias completamente opostas umas às outras, principalmente as duas que seguiram em disputa pelo segundo turno, visto que uma se pautou pelo combate à corrupção e a outra pelo aprofundamento dos direitos sociais. Fomentou-se a propaganda negativa como um artifício das candidaturas na conquista do voto.

Os afetos e as performances foram insistentemente trabalhados pelas duas candidaturas que atravessaram o primeiro turno e chegaram ao segundo turno com a força máxima da publicidade. Quanto às demais candidaturas presentes no primeiro turno da eleição presidencial, vale ressaltar e ainda entender os eleitores e os seus gostos tenham passado a ser interesse dos grupos políticos que

disputavam a dianteira da corrida eleitoral, e essas candidaturas que não conseguiram convencer os/as eleitores/as no primeiro turno mesmo se utilizando desse tipo de comunicação durante o percurso da sua escalada. Assim, pode-se pensar que analisar a propaganda negativa como prática com “significantes vazios” (LACLAU, 2018) é uma atividade que poderia definir, como de fato definiu, as eleições. Sobre o termo “significantes vazios”, que será retomado com mais detalhes logo abaixo no Capítulo II, adianto aqui a contribuição de Ernesto Laclau, visto que sua reflexão sobre o discurso político se fez relevante para a análise pretendida.

Voltando ao contexto da eleição presidencial de 2018 no Brasil, lembro que o país parou para discutir os “prós” e os “contra” de cada candidato. E essa discussão ultrapassou as fronteiras do antigo sentido de captação de eleitores/as, e, por isso, rompeu de vez com o modelo antigo de se fazer campanha eleitoral centrando as ações no “corpo a corpo” com os/as eleitores/as e no uso do debate pelas vias públicas. Fez-se, de modo bem mais amplo, o uso de todos os meios de linguagem acessíveis à propaganda eleitoral. E, dos santinhos às carreatas; das *lives* à militância virtual, assistiu-se a um enxame de informações e de desinformações, que, à sua maneira, lembraram o relativamente recente processo eleitoral estadunidense que alçou Donald Trump ao poder e que, de certo modo, surpreendeu o mundo (não as elites econômicas). O país se dividiu, e a eleição terminou por evidenciar as vísceras da federação, com a divisão dos territórios, enquanto unidades federativas, e também por plasmar a divisão dos agrupamentos sociais classificados pela renda e pelo privilégio.

Todo o quadro caótico acima descrito foi o que me motivou a pesquisar o tema “as eleições de 2018”, a partir do seu acontecimento, ou seja, o processo eleitoral brasileiro, que, ao consagrar a presença de múltiplas linguagens e seus canais de comunicação como um fator decisivo para estruturação desse processo, exige,

a partir dessa consagração, a necessidade de se compreenderem os motivos que levam à visão de existir uma cisão entre a ideia de democracia e a prática de uma eleição em que a circulação de ideias parece caótica, visto os conteúdos disseminados estarem sempre sob a suspeita da lógica eleitoral.

Para entender esse momento da biografia brasileira, foi, contudo, necessário eleger um “corpus dentro do corpus”. Daí o presente trabalho ter delimitado, como corpus para uma investigação etnográfica da eleição presidencial, os editoriais de dois importantes diários em circulação no território nacional: *Folha de São Paulo* (1921) e *O Globo* (1925), especialmente aqueles editoriais que apresentassem relações diretas com as eleições e com a própria fabricação do pleito eleitoral via opinião publicada, tal como define o Capítulo I deste estudo.

A chamada “grande imprensa”, ainda que articulada com o sistema financeiro-econômico capitalista, continua a ser vista como o ambiente de maior circulação de informação confiável. De fato, destaca-se, no conjunto, a formação de seus jornalistas e de seus especialistas em Política, Economia e Administração. E por isso, é possível empreender que a ideia a ser defendida pelo tema da eleição potencializa, nos editoriais, a hipótese – principal para a pesquisa realizada – de encontrar rastros deixados na superfície das publicações, que podem ligar as peças do xadrez que configurou a eleição em foco.

Os diários são órgãos endógenos e exógenos às realidades de sociedades complexas como a nossa, por isso, ora parecem estar na origem ora parecem estar fora das ações que fazem surgir fenômenos sociais. Cabe, nesse sentido, lembrar que, ainda que os editoriais não sejam lidos pelo povo brasileiro em geral, visto que são textos aos quais só têm acesso assinantes dos periódicos em que são publicados, seu teor, por expressar a opinião de um veículo da

imprensa, é tomado por diversos outros veículos, como sites, blogs, canais no *You Tube* e mesmo outros periódicos, muitas vezes, sob forma de citação não aprofundada de manchetes ou de sínteses das exposições e argumentações presentes nos editoriais aos quais se faz alusão. Exemplos dessa referenciação são o blog de Reinaldo Azevedo³, os sites Brasil 247⁴, O antagonista⁵, o Conversa Afiada⁶ etc. São atores como esses que desenvolveram uma dinâmica de reprodução do que era discutido na mídia hegemônica (a grande imprensa a que me referi), de maneira que as tensões suscitadas nos canais, digamos, maiores (*Folha de São Paulo* e *O Globo*), fossem transformadas em matéria palatável para gosto popular dentro de um sistema híbrido de mídias.

Os editoriais, em si mesmos e em sua expansão por meio das contínuas referências – superficiais ou não – presentes em outros veículos, representam substanciosas parcelas do coletivo social que aderiram às suas propostas editoriais; como também dos coletivos que os leem (ou releem, indiretamente), mas que não aderem às suas posições, mantendo uma postura crítica em relação ao teor das opiniões publicadas. Entre esses dois campos de leitores que habitam os extremos, existem os leitores que dão mobilidade à balança: são os leitores fluidos, os que escorregam por entre as brechas e que são de difícil captura. Podemos chamá-los de leitores médios. Não porque sejam ou não medianos! Mas porque são lisos e, por isso, passeiam por outros jornais sem se prenderem a nenhum almanaque de notícia. São leitores “perigosos”, por terem e/ou parecerem ter autonomia em relação ao jornalismo hegemônico. Se esses leitores são adeptos e/ou críticos, formados

³ <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br> (desde 24 de junho de 2006).

⁴ www.brasil247.com.

⁵ <https://www.oantagonista.com/>.

⁶ <https://www.conversaafiada.com.br/>.

ou deformados por esse ou aquele diário não, foi, contudo, objeto de questionamento da pesquisa realizada, visto que exigiria outros instrumentos para a composição de dados específicos sobre a recepção e seus públicos.

O artigo “Imprensa e a propaganda eleitoral: congruência de agendas e enquadramentos” de Lucy Oliveira (2019) traça uma linha de observação que busca associar as relações entre o que a autora chama de propaganda negativa, através das convergências temáticas das agências e dos enquadramentos, e os ataques da oposição. Nesse caso o que se apresenta é uma ação coletiva entre oposição e imprensa como se fossem um corpo de aliados para aquele determinado fim que seria a ocupação política do poder. A essa, digamos, parceria, Oliveira encontrou na literatura estrangeira das Ciências Políticas o termo que denomina este fenômeno chamado de *ripple effect*. Em tradução livre seria “efeito cascata”.

Para minha abordagem os elementos que poderiam e deveriam contribuir para o melhoramento da minha análise foram as agências e os enquadramentos observados a partir das análises dos editoriais, relacionando-os com os ambientes de informação que o contraste das propagandas negativas entre as candidaturas podem nos revelar. Essa relação entre os editoriais dos jornais *Folha* e *O Globo* com as suas convergências e divergências foi o campo explorado pela pesquisa. Já que o papel da mídia, com especial atenção para os editoriais dos jornais analisados, era fundamental para análise de uma eleição.

Dentro do que entendemos por enquadramento, alguns temas que cercaram todo o período analisado (a corrupção, o antipetismo, a Lava Jato, etc) ocuparam o imaginário dos/das cidadãos/ cidadãs brasileiros/as. A propaganda negativa que desferiu golpes em determinadas candidaturas reforçou ainda mais as lógicas de que o país vinha de um período de desarrumação e que precisava um

candidato que intervisse no cenário de caos que se alongava por “longos” cinco anos.

Outro ponto relevante que nasce quando um processo eleitoral se torna pauta para reflexões é o do agenciamento. O que podemos entender por agência e como esta se desenvolveu ao longo da campanha? Quais as candidaturas fizeram o melhor uso dos temas congruentes às suas campanhas? Quais eram as relações entre os temas congruentes às candidaturas? Diante da multiplicidade de enfoques possíveis, foi decisivo centrar-me nas análises dos editoriais para perceber, por exemplo, se os jornais investigados beneficiaram mais a uma candidatura do que a outra. Quais temas ocuparam mais os espectros das candidaturas?

Nesse sentido, correlacionando o artigo mencionado com o estudo, o conceito “propaganda negativa” (OLIVEIRA, 2019, p. 193) ali trabalhado me chamou a atenção, pois eu percebi que poderia trazê-lo para abordagem, já que estava trabalhando sobre a fabricação de candidatos e eleitores. O que traduz, semanticamente, a propaganda negativa é que “é uma estratégia de desqualificar um adversário político a fim de gerar algum para si, quer seja eleitoral, quer não, e que é veiculado por meio da publicidade” (OLIVEIRA, 2019, p. 193). Percebe-se que a desqualificação do adversário é o motivo que empurra a estratégia. Mas percebamos que o foco da pesquisa é a desqualificação com o fim único e exclusivamente eleitoral. Com a finalidade de alcançar um capital eleitoral a propaganda negativa eleitoral foi definida da seguinte forma:

o conjunto de mensagens de crítica entre os candidatos, durante as campanhas, criado por acusações diretas, comparativas ou subentendidas, veiculadas midiaticamente e que buscam desqualificar uns ou mais adversários perante o eleitorado a fim de gerar rejeição e dispersão de

votos (Oliveira, 2017). O acréscimo do adjetivo “eleitoral” é fundamental para delimitar que estamos tratando de uma estratégia de campanha com um tempo delimitado (OLIVEIRA 2017 apud OLIVEIRA, 2019).

São definições conceituais como essa que reforçam a proposta da pesquisa de comprovar que o objeto estudado, no caso em tela os editoriais, informa muito mais do que os meros anseios do jogo político, mas, também, a possibilidade de se pensar racional e/ou criteriosamente sobre a conduta dos jornais nas eleições de 2018 no sentido de que nessa campanha houve uma ultrapassagem das fronteiras nas quais os limites de atuação jornalística foi direcionado para a política. Nessa eleição, as análises dos editoriais comprovam que a atuação dos jornais *Folha de São Paulo* e de *O Globo*, influíram, sob todos os aspectos, na participação de novos atores midiáticos no processo eleitoral.

A eleição de 2018 promoveu uma reviravolta nos ambientes informacionais das redações. O que antes era usado de forma indireta ou mais discreta por parte das empresas midiáticas, em 2018, com a disputa pela cadeira da presidência da República, rompeu com o mínimo ético do que poderíamos chamar de imparcialidade ou de notícia imparcial. É possível selecionar os temas que identificavam as duas principais candidaturas e sopesá-los de acordo com a linha editorial de cada um desses diários. As estratégias de alinhamento das candidaturas e a aplicação do valor-notícia foram utilizados de forma a convencer o eleitor e os militantes partidários das duas campanhas que cruzaram todo o período eleitoral. Essa atuação é o que caracteriza o *ripple affect*, ou o efeito cascata. Aquele que sai dos editoriais e influencia todo o ambiente informacional como blogs, sites, memes et al., produzindo tipos de conteúdos confiáveis e não confiáveis.

Portanto, o objetivo principal da pesquisa foi, a partir da análise quantitativa e qualitativa somada aos enquadramentos interpretativos dos editoriais, comprovar a participação dos jornais na fabricação da eleição presidencial de 2018 no Brasil. E, assim, compreender os porquês dessa eleição ter se configurado como um novo, paradoxal e talvez ainda enigmático, “rosto” da democracia brasileira.

Outro motivo que também me levou a escolher os editoriais como objeto – configurando, aqui, um objetivo específico – foi o desejo de compreender o papel dos diários – através das suas opiniões retratadas no dia a dia em seus respectivos espaços editoriais e que foram expressas no decurso das eleições de 2018 – não só na revelação das pautas presentes da eleição em si, mas na construção do próximo governo. A partir disso, defini outro objetivo específico, a saber: entender como seus “atores” – candidatas, mídias, instâncias legais e eleitores/as – se deslocaram pelas lubrificadas e escorregadias grades sociais (LATOUR, 2012), ou, em outra linguagem, desejei compreender como pequenas substâncias que se grudam e se desgrudam facilmente tiveram a força de placas tectônicas (SERRES, 2017), que, quando se movem, causam fissuras reais às estruturas de poder. Placas tectônicas que, metaforicamente, devem ser percebidas como os próprios campos das relações humanas, em que a própria linguagem, em suas múltiplas formas, configura o alicerce móvel que as sustenta e que as faz boiar soltas na atmosfera sócio-política. Nesse sentido, o afeto e a performance seriam os intermediários, e as linguagens, como aquilo que transforma, seriam os mediadores, no dizer de Bruno Latour (2012).

Assim, nesta abordagem, discorro sobre as eleições de 2018 para o cargo de Presidente da República, com especial foco na disputa entre as duas candidaturas majoritárias, que

foram movidas pelo afeto e pela performance, como já disse anteriormente, mas também pelo pragmatismo institucional. Analiso desde os campos das paixões – pois se tratava de uma corrida eleitoral, na qual, naturalmente, para que uma candidatura saísse vencedora seria imprescindível um número expressivo de votos que a sagrasse vitoriosa – aos campos jurídicos, visto que as candidaturas deveriam obedecer à Constituição, ao regimento eleitoral e a outras normas que porventura incidissem no pleito.

Ainda no âmbito do caráter movediço dos campos sociais e seus saberes, destacam-se também, no contexto histórico em foco, os campos econômicos, pois as trocas econômicas carecem de uma política setorial que navegue pelas relações internacionais, patrocinando o país como um ambiente seguro e pronto para receber investimentos empresariais; e os campos das relações políticas, visto que a promoção da harmonia entre os entes federados é um princípio constitucional a que se deve obedecer. Importante ressaltar que tanto o patrocínio como a promoção do pleito eleitoral, nos campos econômico, político e jurídico, têm o seu vínculo, o seu nó mais amarrado, na Constituição da República. Não podemos afirmar o mesmo da paixão, que é algo ligado a truques, gestos, lugares e mídias, transsubstancializados em práticas performáticas (HENNION, 2010).

Parti do princípio de que seria necessário, diante dos sons e dos silêncios das democracias vigentes – sejam estas de baixíssima ou de altíssima intensidade –, suscitar questionamentos que buscassem desalinhar os emaranhados de fios que se entrecruzaram durante as eleições de 2018.

Sobre a possibilidade de uma interferência ou participação desses editoriais na própria fabricação da eleição e mesmo do “dever” a ela associado, surgiram algumas questões iniciais. Por exemplo: Onde os pontos de vista publicados expressavam a opinião da própria empresa jornalística enquanto agência de

notícia e quando essa opinião representava a empresa econômica enquanto empresa midiática? É possível os editoriais terem publicado opinião contrária ao interesse do próprio jornal, mas que possuía relevante interesse público? Como os editoriais condicionaram o público leitor e a mídia paralela a seguir a linha editorial defendida? Como os editoriais retrataram o termômetro das ruas e de que modo às ruas revelavam a vontade de mudança? Será que uma análise dos editoriais me permitiria antever o devir *cosmopolítico*? (STENGERS). Foram indagações como essas que exigiram respostas para o problema da relação entre os editoriais e a eleição de 2018. E é aqui que se concentra a responsabilidade contributiva da pesquisa para a memória coletiva. A segunda hipótese de que parti, reside na visão de ter havido, sim, uma concreta participação desse instrumento linguístico – os editoriais políticos – na eleição presidencial de 2018.

É óbvio, e por isso é necessário enfatizar, que no primeiro momento a pesquisa procurou delimitar o seu objeto de investigação (os editoriais), utilizando recursos metodológicos de análise quantitativa e qualificativa através dos quadros interpretativos, que pudessem evidenciar as intersecções em todas as linhas editoriais pesquisadas, buscando expor, assim, uma convergência entre os que pensam e fazem os diários acima elencados. Entretanto, a pesquisa também buscou analisar os seccionamentos, os pontos de divergência entre as linhas editoriais, para, em uma análise contrastiva, coletar dados que os distanciassem em matéria de opinião. A pesquisa, como será visto no Capítulo I, coletou o total de 180 editoriais ligados, direta ou indiretamente, às eleições de 2018. Desse total 107 foram coletados da *Folha de São Paulo* e 73 de *O Globo*.

De posse desse material coletado, o trabalho foi o de categorizar os editoriais para fins de uma investigação mais pontual. Essa categorização se impôs como uma saída científica para o tensionamento

que determinadas categorias/marcadores apresentaram, tornando relevante para investigação optar por determinado agrupamento de textos. É certo que estávamos pesquisando um fato recente da história política brasileira, um fato já processado e gravado pela memória coletiva é verdade, mas que suscitava incontáveis questionamentos sobre como se faz uma candidatura vitoriosa em uma eleição. No entanto, a partir dos pontos nodais fixados por essas categorias foi possível mover as peças desse labirinto para apurar não só a fabricação da eleição e das candidaturas postas no picadeiro, como também a fabricação dos próprios eleitores. Ainda assim, sei que é impossível concentrar um complexo jogo político-eleitoral em um único objeto de análise. No entanto, os jornais diários, mesmo metonimicamente, revelam movimentos que definem, em uma sociedade complexa como a nossa, os desdobramentos de situações concretas da cosmologia política.

Com o material jornalístico (o objeto) coletado, chegou a hora de lapidar a peça bruta. A lapidação, como um exercício da pesquisa científica e acadêmica, passa, a todo instante, por inúmeros estágios nos quais são postos em *xequê* a pesquisa e o/a pesquisador/a. A figura que representa no *xadrez* a jogada do possível ultimato não deve ser absorvida pelo/pela investigador/a como um movimento teleológico, finalístico, que busca justificar para assim encerrar a discussão; mas deve, sim, ser entendida como uma desaceleração que visa refletir para explicar e ampliar o debate sobre o que está sendo proposto. Por isso, indagar-se constantemente sobre qual o propósito, a relevância e o alcance social do trabalho é um ato de vigilância intelectual cotidiano. Vigilância que aqui ganha o significado de cuidar do que está sendo produzido intelectualmente na pesquisa, para preservar um nível minimamente aceitável de honestidade com o fazer acadêmico.

Este estudo está estruturado da seguinte forma: Introdução; três capítulos; e a conclusão. A Introdução é a parte de abertura

do trabalho que contém informações gerais sobre o tema. Os capítulos, divididos em três, têm como título: I. Os editoriais e a eleição; II. A construção da eleição; III. A eleição e o devir. Na Conclusão, o arremate do trabalho, vê-se a reafirmação dos resultados da abordagem etnográfica aqui proposta. Os Anexos 1 e 2 configuram minha opção por oferecer a leitores a possibilidade de acesso aos títulos e *leads* dos editoriais selecionados, visto que o acesso a eles se dá por meio da assinatura dos periódicos, o que impediria que pudesse se chegar facilmente aos textos comentados.

O desenvolvimento de cada capítulo integrará uma dupla abordagem metodológica, cujo objetivo é promover, de um lado, o levantamento semântico-temático de questões abordadas nos editoriais selecionados; e, de outro, estabelecer um diálogo entre conceitos teóricos e reflexões críticas tomado como base e os conteúdos desses editoriais. Convém esclarecer que a ideia da fabricação da eleição presidencial de 2018 foi desenvolvida por meio da conjugação entre teoria, crítica e análise. Desse modo, não há um capítulo teórico isolado, mas um diálogo constante entre as fontes que sustentam essa ideia e a leitura analítica dos editoriais selecionados para ilustrar o tema de cada capítulo.

A análise dos editoriais envolveu o levantamento de termos, cuja presença nos editoriais selecionados foi quantificada, de modo a se verificar a possível ênfase em alguns dos temas inerentes ao processo eleitoral e ao país como um todo. Nos gráficos temáticos que seguem, os termos e os seus respectivos registros numéricos são apresentados na forma de conjuntos de imagens de termos que utilizarei nas análises subseqüentes. No decorrer dos capítulos I, II e III, entretanto, busquei trabalhar alguns conjuntos semânticos, reunindo termos afins, complementares ou opostos, mas interligados, semanticamente, por um assunto-chave. Em poucos desses grupos há repetição de termos comuns, visto que alguns deles podem ter

significação tanto em um campo de discussão e/ou reflexão como em outro. Nos capítulos que integram este estudo farei referências mais específicas à escolha dos tópicos temáticos escolhidos. Registro, aqui na introdução, apenas os agrupamentos temáticos, ressaltando que há alguns que não são mencionados dentro de grupos, por configurarem categorias específicas, de que cito como exemplo “*lawfare*”.

O primeiro conjunto semântico se refere a aspectos econômicos, que estão sempre em pauta e, de certo modo, definem os vínculos do Brasil com uma organização política e social em cuja base está o sistema econômico capitalista. Assim, defini 13 termos a serem investigados: economia; mercado; crise; previdência; déficit; dólar; Produto Interno Bruto (PIB); inflação; Petrobras; Amazônia; Banco Central; agronegócio e meio ambiente. Vejamos como se inserem nos gráficos abaixo e nos enquadramentos que serão analisados nos capítulos I e II:



Figura 1. *O Globo*



Figura 2. *Folha* ⁷

O segundo grupo semântico integra os nomes dos candidatos à presidência e seus vices e também os de figuras políticas e/ou públicas cuja presença nos editoriais pudesse relevar um protago-

⁷ Os gráficos utilizados na dissertação foram construídos na página do leitor de dados estatísticos Voyant-Tools (<https://voyant-tools.org/>)

nismo vinculado à valorização implícita de alguma ideia ou visão política⁸. Da mesma forma que o grupo semântico anterior, e os demais que seguirão, os enquadramentos e as valências virão no capítulo I deste estudo. Vejamos o que apresenta esse grupo:



Figura 3. *O Globo*



Figura 4. *Folha*

O terceiro grupo semântico se relaciona a questões internacionais (países e figuras públicas) que foram citadas no decorrer do processo eleitoral e cuja notoriedade pode ter servido como parâmetro comparativo ou recurso para valorização de ideias veiculadas pelas campanhas dos candidatos. Assim, elenquei 13 itens: Argentina; Bolívia; Chile; China; Colômbia; Estados Unidos; Equador; Paraguai; Peru; Rússia; Uruguai e Venezuela. A relevância desse conjunto se dá pelo fato de boa parte desses países terem relações diretas econômicas e fronteiriças. Observemos as imagens a seguir:

⁸ Geraldo Alckmin; Jair Bolsonaro; Guilherme Boulos; Ciro Gomes; Dilma Rousseff; Fernando Haddad; Lula; Marielle Franco; Marina Silva; Michel Temer; Hamilton Mourão; e Sérgio Moro.

Figura 5. *O Globo*Figura 6. *Folha*

O quarto grupo semântico se refere a temas-chave constantemente presentes em campanhas eleitorais e outros, que, na eleição presidencial de 2018, se fizeram notar com expressiva frequência. Vejamos os 15 itens⁹ que, nesse âmbito, integram o levantamento desse conjunto de imagens:

Figura 7. *O Globo*Figura 8. *Folha*

O quinto grupo semântico apresenta 16 termos¹⁰ diretamente relacionados às práticas e microestruturas que identificam, de forma geral, um processo eleitoral, e, de forma específica, a eleição presidencial de 2018. Esse grupo temático apresenta as mais representativas marcas semânticas que circundam uma eleição. Vejamos:

⁹ Arma; centro; corrupção; crise; debate; democracia; direita; educação; esquerda; inflação; judiciário; justiça; Lava Jato; segurança; e violência.

¹⁰ Termos da pesquisa: PT; candidato; presidente; política; campanha; eleição; pesquisa; PSL; partidos; PSDB; eleitores; TSE; eleitor; PDT; processo eleitoral; e candidata.



Figura 9. *O Globo*



Figura 10. *Folha*

O sexto grupo apresenta 14 termos¹¹ que circularam repetidamente nos mais diversos meios, de forma oral e escrita, e que acabaram configurando um painel semântico da eleição presidencial de 2018. Minha intenção foi verificar e problematizar em que medida esses termos circularam nos editoriais ou foram por eles ignorados. Alguns desses termos têm feição popular, ou seja, foram criados e repetidos sem uma intencionalidade teórica, mas, por sintetizarem “sentimentos” ou “visões” acatadas como expressivas ou representativas, se fizeram presentes no cotidiano do período eleitoral em questão. Podemos perceber que alguns desses permanecem vivos na memória de muitos eleitores/as e que ainda suscitam discussões e questionamentos. Observem:



Figura 11. *O Globo*



Figura 12. *Folha*

¹¹ Termos da pesquisa: corrupção; antipetismo; censura; lulismo; bolsonarismo; fascistas; mito; petralha; esquedopata, fascismo; ladrão; outsider; presidiário; e quadrilha. É mister informar que os termos: esquedopata; fascismo; ladrão; outsider; presidiário; e quadrilha não foram citados na Folha e O Globo. Com exceção do termo bolsonarismo que foi uma única vez em O Globo.

Por fim, destaco um pequeno grupo, de que fazem parte 7 termos, que realçam a presença da realidade virtual na eleição presencial de 2018: redes sociais; Fake News; Whatsapp; mídia digital; Facebook; Twitter; e YouTube.

Figura 13. O Globo

Figura 14. Folha

Somando-se e complementando a abordagem quantitativa, e definindo o que Marconi e Lakatos (2017) descrevem como “triangulação metodológica”¹², prossigo com uma leitura analítica dos editoriais, sustentada por formulações teóricas e críticas que foram inseridas em dois diferentes recortes à fabricação das eleições presidenciais de 2018: a fabricação do eleitor e do candidato e a fabricação da eleição e do devir.

A fundamentação teórica utilizada – que permeia, como já foi dito, os três capítulos – está alicerçada, principalmente, no pensamento de Ernesto Laclau (2018) e Bruno Latour (2012 e 2016), acompanhados por Isabelle Stengers (2018), Márcio Goldman (2006), Antoine Hennion (2010) e François Jullien (1999), que, portanto, reputo como norteadores da minha investigação. Esses autores, ao mesmo tempo em que se distanciam em seus específicos temas de pesquisa, se aproximam quando confluem ao ponto que os originou: ações performáticas realizadas no cotidiano. Descrevo, de forma sucinta, como e, particularmente,

¹² “A técnica da triangulação metodológica consiste na combinação de metodologias diversas (quantitativas e qualitativas) no estudo de um fenômeno” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 343).

com que conceito(s), a presença de cada um acontece no decorrer do estudo proposto.

Ernesto Laclau, no livro *A razão populista* (2018), em especial no capítulo 4 – “O ‘povo’ e a produção discursiva do vazio” – define, a partir de uma perspectiva ontológica (LACLAU, 2018, p. 115), elementos categóricos que explicam a construção da ideia de “povo”. Segundo ele, estão implicados nessa construção o discurso, o significante vazio e a retórica. Com base nesses três elementos, Laclau reflete sobre o que ele chama de formação das demandas da diferença e das demandas da equivalência, responsáveis fundamentais, por sua vez, pela formação das identidades populares, o que trouxe fundamentação para minha pesquisa, pois uma das categorias estudadas é o eleitor, em geral visto como uma coletividade.

Bruno Latour, cujo conceito de “fabricação” (2016) integra o título desta pesquisa e sobre o qual discorrerei no capítulo II, define, em *Reagregando o social: a teoria do Ator-Rede* (2012), o conceito de “ator”, definindo-o como aquilo que leva os outros a agirem. Esse conceito tem especial relevância para a abordagem pretendida. O ator configura uma substância móvel, que, por ter essa mobilidade, termina por convocar a atuação dos demais atores. Diz Latour que escolheu o vocábulo ator, porque poderia ser comparado, de forma metafórica, ao ator teatral, pelo fato de ele nunca estar sozinho no palco. Isso ocorre, primeiro, porque existe o seu próprio “eu” e, segundo, pela multiplicidade do seu “papel social”, que está em exercício constante. Essa associação comparativa traduz, literalmente, a dúvida sobre quem está atuando: o ator real ou o falso? No entanto, nenhum dos dois escapa da ideia de performance: a regra. Assim, “fabricação”, “ator” e “performance” se fazem conceitos-chave para a leitura etnográfica dos editoriais mencionados.

Isabelle Stengers, por sua vez, no artigo “A proposição da cosmopolítica” (2018), define “cosmopolítica” como o espaço da não-realização, o espaço das divergências, constituído de múltiplos mundos, nos quais a intercambialidade das articulações não justifica esse espaço, mas o põe em suspensão, como um espaço sem segurança por estar em transformações constantes. Esse termo, em especial, afina-se com a percepção do processo eleitoral de 2018 e convida a um aprofundamento que fundamente a aproximação entre a ideia de “cosmopolítica” e a fabricação da própria eleição presidencial em foco.

Márcio Goldman, em sua etnografia da política na cidade de Ilhéus, sul do Estado da Bahia, procurou fotografar, a partir das “segmentariedades” dos blocos afros, os acontecimentos que moveram a eleição local. O teórico diz, já na introdução de seu livro *Como funciona a democracia – uma etnografia da política* (2006), que a pesquisa pretendeu, como principal fato, entender o ponto de vista do nativo acerca da eleição (Ibidem, p. 26). Esse registro etnográfico é especialmente relevante para minha pesquisa, pois entendo que o que ele empreendeu foi uma investigação sobre como foi fabricada aquela eleição.

Continuando com o elenco de autores teóricos que abastecem esta abordagem, apresento Antoine Hennion e a sua proposta de “análise do gosto”. O autor, em seu artigo “Reflexividade. A atividade do “amador” (2010), debruça-se sobre o conceito de “gosto” como uma atividade performática. Para explicar sua ideia, ele faz, por exemplo, uso da imagem de uma escalada, na qual o projeto e o ato de escalar se confundem como um “acontecimento só”, configurando uma “redução análoga”, no qual o objeto se confunde com o ato, sem que se dê relevo ao próprio objetivo que deveria motivar a realização desse ato.

Por fim, destaco a obra *Tratado de la eficacia* (1999), de François Jullien, dando especial atenção aos capítulos “Lógica de

la manipulación” e “*Manipulación versus persuasión*”. Não é demais reforçar que, para se fabricar algo, é necessário manipular e moldar a matéria-prima até se chegar ao formato que se deseja, e só então pô-la para cozer.

A partir de Hennion e Jullien, estudei a “atividade” do “eleitor”, buscando relacionar a ideia de “redução análoga” e a de “manipulação”, para entender os pontos de convergência entre o suposto “amadorismo” do eleitor médio e as também supostas – referindo-me ao âmbito das hipóteses – manipulações que ajudam a formar seu “gosto”.

Todas as teorias supracitadas serão complementadas com visões críticas que orbitam a periferia do trabalho e que, de uma forma ou de outra, dialogam com o tema da fabricação. Relaciono aqui os nomes de Michel Serres (2008; 2017), Jean Segata (2016; 2018), Theophilos Rifiotis (2016; 2018), Lúcia Santaella (2003), Luiz Antônio Marcuschi (2002) e Moacir Palmeira (1996), além de parte da literatura produzida pelo Núcleo de Antropologia Política (NuAP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Museu Nacional. Busquei, portanto, neste trabalho, compor e harmonizar as teorias principais com as complementares ao tema.

Retomando a estrutura da abordagem, o leitor encontra, no Capítulo I, intitulado “Os editoriais e a eleição”, uma narração dos antecedentes que me levaram à pesquisa realizada; uma breve caracterização do gênero textual “editorial” (MARCUSHI), esclarecimentos sobre o conjunto de editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* publicados entre 15 de agosto e 29 de outubro de 2018; estudo dos títulos dos editoriais, a partir do levantamento temático aplicado somente a eles, dada a já comentada presença desses títulos em publicações compartilhadas em redes sociais e mesmo em matérias de sites, blogs, canais no *You Tube* e outros periódicos; além do registro de informações históricas e

contextuais relevantes para a leitura e a análise dos textos que compõem o corpus.

No Capítulo II, intitulado “A construção da eleição”, discorro sobre a análise da categoria “fabricação”, estendendo-a às ideias de “fabricação do candidato” e “fabricação do eleitor”. Em seguida, passo a contemplar, discriminando e analisando, dados quantitativos extraídos do levantamento feito e relacionados a essas duas “fabricações”. Neste capítulo, recorro, principalmente, mas não exclusivamente, ao pensamento de Ernesto Laclau, Bruno Latour, Antoine Hennion e François Jullien.

No Capítulo III, “A eleição e o devir”, realizo o mesmo percurso do capítulo anterior (abordagens quantitativa e qualitativa), centrando-me no modo como os editoriais abordaram as duas campanhas políticas e seus recursos para não só conquistar e arregimentar mais simpatizantes, mas também para desenhar os contornos do “devir”, criando uma imagem idealizada do Brasil e buscando resgatar ou reelaborar o que seriam os “reais” desejos do povo brasileiro. Na análise, privilegio a tese levantada pela teórica Isabelle Stengers, que propõe a *cosmopolítica* como tema; e as reflexões do antropólogo Márcio Goldman e sua Teoria Etnográfica da Política. Também sublinho a fundamental contribuição de Cristiano Zanin, Valeska Martins e Rafael Valim, no livro *Lawfare: uma introdução* (2019), visto que o conceito de “*lawfare*” explica muitos aspectos observados durante a leitura dos editoriais.

Na conclusão, recupero algumas considerações realizadas no decorrer do trabalho, de modo a sustentar a tese de que, com a presença maciça das redes sociais nos processos eleitorais contemporâneos mundiais e, aqui no Brasil, em especial a eleição de 2018, surge um novo paradigma eleitoral que, se não tomado como tema a ser amplamente problematizado pela sociedade e juridicamente delimitado, fará com que “Democracia” e “voto” se

tornem sentidos paradoxalmente incongruentes e incompatíveis, ainda que as fábricas eleitorais maquiem essa realidade.

Por fim, a contribuição deste estudo para a Antropologia e para a linha de pesquisa à qual me vinculei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe – Relações de Poder, Política e Sociedade Contemporânea – é a de demonstrar como, através do diálogo entre a Antropologia Política e outras áreas do conhecimento, é possível realizar uma leitura híbrida de fenômenos – neste caso, a eleição presidencial brasileira de 2018 – que, no espaço da contemporaneidade, resultam de ações práticas que moldam a realidade humana, ainda que veladas pelo próprio caráter movediço de sua fabricação.

CAPÍTULO I

OS EDITORIAIS E A ELEIÇÃO

Neste capítulo, tal como o título indica, discorro sobre as especificidades do corpus selecionado como ponto de partida para o estudo da eleição presidencial de 2018 no Brasil, discriminando características desse gênero textual e, em seguida, esclarecendo como o conjunto de editoriais dos dois jornais (*Folha* e *O Globo*) foi trabalhado até se chegar às informações importantes para as análises pretendidas.

Tomando de empréstimo conceituações que vêm da Linguística, o texto conhecido como “editorial” se trata de um gênero textual – “realização linguística concreta definida por propriedades sociocomunicativas” (MARCUSCHI, 2002, p. 23) – e, como tal, envolve, em sua produção, aspectos como: a “natureza da informação ou do conteúdo veiculado”, o “nível de linguagem

(formal, informal, dialetal, culta etc.)”, o “tipo de situação em que o gênero se situa (pública, privada, corriqueira, solene etc.)”, a “relação entre os participantes (conhecidos, desconhecidos, nível social, formação etc.)” e a “natureza dos objetivos das atividades desenvolvidas” (Ibidem, p. 34). Inserido no “domínio discursivo jornalístico” (Ibidem, p. 23), o editorial tem natureza expositiva e argumentativa, uma vez que relaciona a exposição de fatos e informações a um ponto de vista sobre o que se expõe. O que permite que um editorial pareça “convicente” é a capacidade de seu autor de selecionar os fatos e as informações de modo a sustentar o ponto ou os pontos de vista que defende.

O critério utilizado para delimitar o campo da pesquisa sobre a fabricação foi o de criar um *corpus* dentro do próprio *corpus* como já foi dito nas linhas introdutórias deste estudo. Dada a natureza do gênero textual editorial acima descrita e a percepção de ser, ele próprio, uma “fábrica” de ideias, pareceu-me bastante coerente estudar a eleição presidencial brasileira de 2018 a partir de uma das possíveis engrenagens dessa grande fábrica política e econômica.

É importante assinalar que os editoriais em si não são “fontes” de fabricação da eleição presidencial de 2018, mas, a partir deles, como veiculadores da opinião geral de seus respectivos órgãos de comunicação de massa, pode-se reconhecer o processo da eleição como um todo, a partir do momento em que trazem temáticas e destacam acontecimentos, pensamentos e comportamentos por trás dos quais se podem reconhecer os mecanismos que, a meu ver, direcionaram o processo eleitoral para um determinado “fim”.

Essas temáticas, acontecimentos, pensamentos e comportamentos se configuram como elementos fundamentais, tal como os que foram dimensionados e discutidos na excelente monografia de Marcelo Alves dos Santos Júnior com o título de “Vai pra Cuba!!! A rede antipestista na eleição de 2014”, vinculado

ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, UFF. No trabalho, Santos Júnior observa que a eleição de 2018 vinha sendo gestada há algum tempo e reflete sobre os elementos que caracterizam esse “estado de espírito”: o antilulismo e a belicosidade odienta diante de tudo que se referia à rede antipetista, que marcaram, como consequência e em definitivo, a vitória de Jair Bolsonaro.

A dissertação de Santos Júnior se debruçou sobre as relações entre os adeptos dessa rede antipetista, que reunia pessoas que estavam lutando contra as instituições, contra os partidos políticos e contra a esquerda. Percebe-se que o ovo da serpente foi chocado por algo supostamente muito maior do que os “contras” já mencionados. Essa rede, que em muitas situações apresentou sinais de estupidez, rompeu com o que era considerada a oposição moderada ao Partido dos Trabalhadores (PSDB, PMDB, PP, PRB, PL, PSD...). Esses atores encontraram um ambiente favorável pela radicalização do que já vinha sendo vivenciado no país desde as eleições de 2014, quando o respeito pelo resultado das urnas foi quebrado de maneira abrupta com a declaração do candidato do PSDB de que a Presidenta eleita Dilma Rousseff ganhara, mas não governaria. O candidato derrotado chegou a provocar o Tribunal Superior Eleitoral, TSE, ajuizando uma ação na qual era questionada a lisura do pleito de 2014. Naquele instante foi aberto o período de “caça” à democracia representativa no Brasil.

Outro ponto basilar para entender as eleições de 2018 é a presença, pré-processo eleitoral, de instituições do Estado como o Ministério Público Federal, MPF, e as suas ações cinematográficas de combate à corrupção encampada pela Operação Lava Jato, e o comando da 13ª vara criminal da justiça federal de Curitiba, pelo então juiz Sérgio Moro, e depois ministro da justiça de Jair Bolsonaro. Com a participação desses dois atores, o MPF e o ex-juiz Sérgio Moro,

foi constituído o time que enfrentaria o Partido dos Trabalhadores que personificara, com mais ênfase, a esquerda naquele momento. Com a mistura desses ingredientes, formou-se uma massa que dividia o mesmo sentimento antipolítico. Sentimento esse que criminalizou o fazer político. Quando se sabe que fora da esfera política, e das liberdades democráticas que a ela devem sempre estar atreladas, não existe saída que vise à inclusão, pelos direitos, dos que vivem à margem do sistema e/ou daqueles que vivem de maneira precarizada. Observando esse movimento que dava continuidade ao que acontecera há alguns anos, somado ao que agora era fomentado por insurgentes das “novas” forças políticas, busquei nos editoriais, portanto, vínculos que amarrassem o passado e o presente.

Voltando ao âmbito da caracterização do corpus, esclareço que, após a coleta do material de estudo – os editoriais –, o que configurou uma pesquisa quantitativa, procurei categorizá-lo, para melhor observá-lo, em uma perspectiva já qualitativa, como dados a serem potencializados quanto aos aspectos da sua classificação.

1.1 Sobre a *Folha de São Paulo* e *O Globo*

Sobre o jornal *Folha de São Paulo*, recorro à descrição apresentada por Fernando Antonio Azevedo, no artigo “PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014)” (2018):

A Folha faz parte de um grupo empresarial que edita o jornal e publica também *Agora São Paulo*, jornal popular que circula na capital paulista. O grupo também é proprietário de um dos maiores portais do país, o Uol, que abriga a edição digital da *Folha* e atua também no segmento editorial, através da folha gráfica e da editora Publifolha.

O jornal foi criado em 1960 a partir da fusão de duas publicações: *Folha da Noite* e *Folha da Manhã*. A primeira, um jornal vespertino, circulou a partir de 1921 e, com uma linguagem jornalística mais popular e informativa, tinha como público alvo leitores da classe média baixa e trabalhadores urbanos. Em 1925, os proprietários lançaram uma edição matutina, *Folha da Manhã*, com o mesmo perfil editorial e de audiência. Portanto, ambas as publicações ocupavam um segmento de mercado de informação não contemplado pelo *Estadão*, cujo público por excelência era a elite paulista (AZEVEDO, 2018, p. 277).

Do jornal *Folha de São Paulo* coletei 146 editoriais, publicados do dia 15 de agosto de 2018 ao dia 29 de outubro do mesmo ano. No entanto, e já entrando no âmbito da pesquisa qualitativa, 39 desses editoriais foram excluídos por abordarem temas não relacionados, direta ou indiretamente, à eleição presidencial brasileira de 2018.

Os 107 editoriais restantes¹ passaram, assim, a compor o corpus relacionado ao jornal *Folha de São Paulo*. Comentários sobre esses editoriais comporão os dois capítulos a seguir. Mas, considerando a já comentada presença de muitos “compartilhamentos” de publicações em jornais virtuais que, na maioria das vezes, não passaram pela leitura na íntegra das matérias compartilhadas, é interessante, de um lado, verificar o impacto desses títulos (acompanhados de seus *leads*), em termos de criação de campos semânticos distintos – positivos e negativos – em relação à eleição presidencial de 2018; e, de outro, perceber a reincidência temática trazida por esses mesmos títulos.

¹ Ver o Anexo I, no qual os títulos e respectivos *leads* aparecem listados em ordem cronológica.

Sobre *O Globo* também recorro a Azevedo (2018), que apresenta um resumo histórico e político do jornal, além de contemplar as posições que o jornal tem assumido ao longo dos anos:

O jornal foi fundado no Rio de Janeiro em 1925, circulando como vespertino até 1962, quando passou a ser matutino. Entre os anos 1930 e 1980, o veículo se tornou o diário de maior circulação no Brasil, batendo concorrentes mais antigos e tradicionais. Sua ascensão como um dos principais jornais do país se deu paralelamente à formação das Organizações Globo, um conglomerado de mídia que paulatinamente agregou rádios e revistas (anos 1940) e televisão (anos 60). Hoje, o Grupo Globo é o maior conglomerado de mídia do Brasil, liderando de forma absoluta a audiência de rede aberta (TV Globo e suas afiliadas), com importante presença na TV fechada, através da Globosat (*Globonews*, *GNT*, *Multishow*, *Telecine*, *Sport TV*, entre outros) e no sistema radiofônico (rádios *Globo* e *CBN*), bem como nas novas mídias digitais (Portal *G1*). Sua influência na imprensa escrita não se limita ao *Globo*: o grupo edita também, no Rio, o jornal *Extra* de perfil popular, e o *Valor Econômico*, diário especializado em economia e finanças e líder em seu segmento, além da revista *Época* que concorre com a *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital* no mercado das revistas de informação semanal. Possui ainda, a Rio Gráfica Editora, que publica livros e inúmeras revistas para público segmentado (AZEVEDO, 2018, p. 274).

Do jornal *O Globo* foram coletados 82 editoriais. Entre esses editoriais, tal como fiz em relação aos da *Folha*, foram descartados 9 editoriais das análises por se referirem especificamente a temas que não interessam à investigação a que me propus.

De forma geral, os editoriais de *O Globo* pareceram abrir um intervalo maior de tempo dedicado a pontuar aspectos econômicos, culturais e sociais em geral presentes como tópicos temáticos de campanhas presidenciais: educação, cultura, transporte, segurança pública, corrupção e funcionalismo público. Os pontos de vista defendidos nos 73 editoriais tomados como corpus sugerem uma demarcação do “devir” a partir da sugestão de estratégias políticas neoliberais, como será visto no Capítulo III. Porém, tal como observei, em relação aos títulos dos editoriais da *Folha*, é interessante considerar o impacto semântico dos títulos dos editoriais selecionados de *O Globo*.

1.2 As relações dos editoriais e a reprodução de conteúdo

Tal como afirmei antes, embora esses editoriais estejam acessíveis apenas a assinantes, sua repercussão nas redes sociais se dá pelo trabalho intertextual promovido por outros periódicos, sites e blogs, além de mensagens via *Whatsapp*, *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*. Vejamos, por exemplo, como o editorial “O necessário bom senso para não se propagarem boatos sobre as urnas”, publicado no dia 9 de outubro de 2018, em *O Globo*, pode, imediatamente, ser associado à publicação do *Nexo Jornal*², que, no dia 12 de outubro do mesmo ano, lança a matéria:

2 <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/10/12/3-boatos-verificados-sobre-as-urnas-eletr%C3%B4nicas>.

EXPRESSO

3 boatos verificados sobre as urnas eletrônicas

Da Redação 12 de out de 2018(atualizado 12/10/2018 às 19h56)

O ‘Nexo’ faz parte do projeto Comprova, que apurou vídeos e imagens enganosos sobre a votação do primeiro turno.

O Nexo faz parte do Comprova, projeto que combate a desinformação na campanha presidencial de 2018. O Comprova reúne 24 diferentes veículos de comunicação brasileiros para identificar e apurar informações enganosas ou deliberadamente falsas na internet que envolvam a disputa ao Palácio do Planalto.

As redes sociais são importantes tanto para políticos quanto para os eleitores, mas nelas também se proliferam posts, imagens e vídeos fabricados, manipulados ou retirados de contexto para favorecer ou prejudicar candidatos. É um ambiente em que conteúdos podem ser disseminados rapidamente, sem grandes preocupações com fonte e veracidade.

De igual modo, observemos como o editorial “A farsa da fraude/PT insiste de modo perigoso em bravatas contra a Justiça e o processo eleitoral”, publicado na *Folha de São Paulo*, no dia 16 de agosto de 2018, se torna referência para postagem no *Twitter*³:

³ Fonte: https://twitter.com/paulacamara_/status/1030034518403637250.

A farsa da fraude
PT insiste de modo perigoso em bravatas contra a
Justiça e o processo eleitoral



A farsa da fraude - 16/08/2018 - Opinião - Folha
PT insiste de modo perigoso em bravatas contra a Justiça e o processo eleitoral
folha.uol.com.br

7:12 AM · 16 de ago de 2018 · [Twitter for iPhone](#)

Figura 15. *Print da Folha*

que redundará em comentários diversos, estimulados mais pelo impacto do título que pelo editorial em si, na grande maioria das vezes, sequer acessado pelos/as comentaristas das postagens do *Twitter*. Vejamos exemplos relacionados à postagem acima:



Figura 16. *Print Twitter*

A captura dos dois *prints* evidencia o impacto dos títulos dos editoriais e a carga semântica, positiva ou negativa, que atua para conduzir o público a reações mais ou menos esperadas. Assim, quando proponho a observação do conjunto de títulos dos editoriais selecionados, ainda que não seja esse estudo isolado, especificamente, o objetivo desta abordagem, desejo reforçar a ideia de ser importante considerar os papéis que a palavra assume no universo da política brasileira, em especial em momentos de eleição, visto que o que se diz ou escreve se faz, rapidamente, matéria para outros dizeres e escritos. As ideias são, assim, reproduzidas e mesmo deturpadas, por meio de sucessivas reproduções adaptadas do que se leu ou ouviu dizer.

Tal como foi apresentado na Introdução, o primeiro grupo temático reúne termos diretamente relacionados à Economia. Em um país capitalista como o Brasil, que busca se alinhar às tendências do mercado neoliberal, com evidente contaminação da política econômica americana, já seria de se supor que a eleição presidencial de 2018 desse relevo ao perfil do novo presidente no que toca à continuidade das ações realizadas pelo governo Temer, que diminuiriam consideravelmente a pauta social em nome de uma pauta neoliberal que estimulasse cada vez mais a participação do setor privado na condução econômica do país. E isso só pode ser conquistado por meio do investimento na própria diminuição da participação do Estado na Economia. Assim, diversos termos relacionados à questão econômica estiveram presentes nos editoriais de *O Globo* e da *Folha de São Paulo*. Vejamos o quadro comparativo:

Quadro comparativo 1

Termos	Número total de aparições <i>O Globo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (73)	Número total de aparições <i>Folha de São Paulo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (107)
agronegócio	0	0	0	5	4	3,7
Amazônia	0	0	0	8	5	4,6
Banco Central	4	4	5,4	6	4	3,7
crise	29	14	19,1	26	20	18,7
déficit	14	10	13,7	14	11	10,2
dólar	4	4	5,4	14	9	8,41
economia	37	21	28,7	33	27	25,2
inflação	15	8	10,9	12	10	9,3
meio-ambiente	8	3	4,1	1	1	0,93
mercado	18	15	20,5	28	19	17,75
Petrobras	14	7	0,95	9	5	4,6
previdência	16	8	10,9	16	12	11,2
Produto Interno Bruto	3	3	4,1	12	11	10,2

Em relação ao *O Globo*, temos, naturalmente, a presença destacada do termo “economia”, que apareceu em 28,7% dos editoriais. Em segundo plano, estão “mercado” e “crise”, o que condiz com os interesses de grupos empresariais ligados às mídias em sublinhar que crise e mercado são palavras que caminham juntas e que uma política voltada para o mercado deve ser a chave para se chegar a uma realidade econômica afinada com o pensamento neoliberal. Por isso, é importante trazer temas relacionados, como “previdência”, “inflação” e “déficit”, cuja carga semântica é explorada para valorizar a imagem negativa de gestões mais voltadas para o social e para a distribuição de renda. Noticiários, sempre pontuando a alta e a baixa no mercado de ações, assim como a valorização e a

desvalorização do dólar e do euro, pareciam se dirigir a um público informado sobre questões econômicas, quando, na verdade, em sua grande maioria, o povo brasileiro está distante de entender como funcionam as bolsas de valores pelo mundo ou que fatores incidem para a valorização ou desvalorização das moedas. Ao tornar taxas de mercado interessantes motivo para comemoração, as notícias ligadas à Economia deram fundamento à ideia de que somente um Brasil com um Estado menor pode ser realmente bom para o povo brasileiro.

No entanto, questões relacionadas ao meio ambiente e à atuação do agronegócio na região Amazônica não se configuraram como temas de destaque nos editoriais de *O Globo*. O que destaco aqui é que a presença massiva de temas ligados à ideia de mercado e a ausência de relevo às questões ambientais colaboraram tanto para que as preocupações dos discursos eleitorais investissem nesses temas como para a pouca conscientização do eleitorado acerca das políticas ambientais.

A *Folha* segue, praticamente, o mesmo itinerário d'*O Globo*, quando comparados os termos “previdência”, “inflação” e “crise”. As diferenças são basicamente ligadas ao valor percentual para uns pouquíssimos pontos para mais ou menos, o que podemos admitir como um empate técnico. O destaque também se deu ao termo “economia” com seus 25,2% presentes nos editoriais. Entretanto, percebe-se que na *Folha* termos mais ligados à produção são mais valorizados no sentido de trazê-los ao debate político. O percentual 10,2% referente ao PIB mostra uma diferença relevante se compararmos ao percentual apresentado n'*O Globo*. Podemos dizer o mesmo do termo “agronegócio”, que, no jornal paulista, é citado em 4 editoriais e 5 aparições, enquanto no diário carioca não aparece nenhuma vez.

Com relação à ecologia, os termos que guardam uma ligação de referência, mas que não são sinônimos como “Amazônia” e “meio

ambiente”, ganham validações diferentes nos editoriais coletados. O primeiro tem o percentual de 4,6% e o segundo, de 0,93%, isso quer dizer que o jornal paulista valorizou o significativo “Amazônia” muito mais que o todo que é relacionado com o “meio ambiente”.

Como apanhado geral, fica evidente que a preocupação dos jornais em abordar temas, no período eleitoral, que valorizassem mais o individual e menos o coletivo, prevaleceu. Isso demonstra que o que estava por trás das discussões eleitorais era o aprofundamento das questões de viés neoliberal.

O segundo agrupamento temático envolveu os nomes de candidatos à eleição presidencial e de políticos e personalidades cujos nomes tiveram algum tipo de impacto ou influência no processo eleitoral. Eis os dados coletados:

Quadro comparativo 2

Termos	Número total de aparições <i>O Globo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (73)	Número total de aparições <i>Folha de São Paulo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (107)
Alckmin	5	4	5,4	32	17	15,8
Bolsonaro	90	33	45	161	55	51,4
Boulos	0	0	0	1	1	0,93
Ciro	9	7	0,95	27	17	15,8
Dilma	55	37	50,6	27	20	18,7
Haddad	98	30	41	87	36	33,6
Lula	143	42	57,5	57	31	28,9
Marielle	1	1	1,36	0	0	0
Marina	1	1	1,36	17	12	11,2
Michel Temer	7	6	8,2	16	16	14,9
Mourão	15	9	12,3	8	6	5,6
Sergio Moro	2	2	2,7	1	1	0,93

A análise dos números, em relação a *O Globo*, permite perceber a importância que os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (57,5%) e Dilma Rousseff (50,5%) tiveram na abordagem editorial. Considerando que os dois candidatos que ficaram para o segundo turno eram Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, é estranho perceber essa presença marcante de Lula e Dilma. Os conteúdos dos editoriais que mencionaram seus nomes estão, em geral, relacionados a termos como “antipetismo” e “corrupção”, o que indica que os editoriais contribuíram para a consolidação do antipetismo como tônica do processo eleitoral. A presença de referências a Bolsonaro e a Haddad, em *O Globo*, se manteve equilibrada. A inexpressiva aparição dos outros nomes sugere uma adesão implícita dos editoriais à polarização bolsonarismo X petismo.

Na *Folha de São Paulo*, percebemos uma tendência diferente, visto que o número de citações ao nome de Jair Bolsonaro é quase o dobro do número de citações a Fernando Haddad, e as aparições dos nomes dos ex-presidentes é, comparativamente menor, em relação aos editoriais de *O Globo*. Em relação a outros nomes, os editoriais da *Folha de São Paulo* são mais abrangentes. Há uma distribuição percentualmente equilibrada de menções a Michel Temer (14,9%), Dilma Rousseff (18,7%), Marina Silva (11,2%) e Ciro Gomes (15,8%). No entanto, a discrepância entre as referências aos dois candidatos do segundo turno se destaca. Enquanto Fernando Haddad aparece em 33,6% dos editoriais, Jair Bolsonaro está em mais da metade do total (51,4%). Entretanto, se considerarmos em conjunto, as menções a Lula, Dilma e Haddad, de um lado (166), e a ênfase do nome de Bolsonaro de outro (161 aparições), perceberemos, também na *Folha de São Paulo*, um respaldo implícito à já comentada polarização.

O que se pode perceber no quadro acima é que, nos editoriais de *O Globo*, há uma presença mais equilibrada dos nomes dos candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad. Por outro lado, o

número de aparições de Lula, nos editoriais de *O Globo*, somado às aparições do nome de Dilma e ao fato de o nome de Haddad só aparecer sozinho em um único título (nos outros, ele aparece ao lado de Bolsonaro, Lula, Dilma e Ciro), parece conduzir à visão trabalhada pelos opositores de Haddad de que sua função na eleição presidencial seria a de um “poste”, ou seja, sua candidatura seria apenas uma estratégia para levar Lula de novo ao poder, tal como aparece na manchete principal de *O Globo*, abaixo citada⁴:

Campanha de Bolsonaro passa a associar Haddad a Dilma e o chama de 'novo poste de Lula'

A derrota na eleição para a prefeitura de São Paulo também será usada contra candidato do PT

Jussara Soares

13/10/2018 - 14:27 / Atualizado em 13/10/2018 - 15:45

Figura 17. *Print* de *O Globo*

Assim, se a manchete do dia 13 de outubro de 2018 dá destaque a uma forma ofensiva de desenvolver estratégias de oposição, os próprios títulos dos editoriais do mesmo jornal poderiam ser vistos como instrumentos para, de forma implícita, corroborar com essa ideia. O campo semântico desses títulos, com seus respectivos *leads*, pode, por isso, fortalecer uma imagem positiva ou negativa do nome citado. Vejamos o que acontece nos casos em que Haddad é citado em *O Globo*:

⁴ <https://oglobo.globo.com/brasil/campanha-de-bolsonaro-passa-associar-haddad-dilma-o-chama-de-novo-poste-de-lula-23153863>.

2. A vitimização de Lula na manobra da candidatura

O projeto é levá-la o mais longe possível, para ajudar na transferência de votos a Haddad
quinta-feira, 16 de agosto de 2018

23. Lula mais uma vez impõe sua vontade ao PT

Ao retardar a definição de Haddad como vice, ex-presidente testa capacidade de transferir votos
quarta-feira, 12 de setembro de 2018

24. Haddad precisa ser claro diante da crise fiscal

Ungido, o candidato tem de esclarecer se seguirá de fato políticas que geraram a crise
quinta-feira, 13 de setembro de 2018

Esses três editoriais estabelecem uma relação direta entre Lula e Haddad, pontuada por aspectos negativos (Lula se “vitimiza” como manobra para favorecer Haddad; Lula é o estrategista que define o quando e o como sobre a candidatura de Haddad; e Haddad é o “ungido”, termo que soa irônico, que precisa dizer se seguirá um desempenho considerado como ruim). Além disso, nota-se o termo “liderança caudilhesca de caráter divinizado”, referindo-se a Lula, que, supostamente, tentava constranger o judiciário, no sentido de permitir a homologação de sua candidatura, mesmo tendo sido sentenciado por juízes em 1ª e 2ª instâncias, o que feria a chamada *Lei da Ficha Limpa*.

Esse fato, segundo os editoriais analisados, buscava associar a imagem do ex-presidente à candidatura de Fernando Haddad, e foi interpretado como uma espécie de manobra que visava transferir votos através da vinculação da imagem de Lula à imagem de Haddad.

Depois de ter sido caracterizado como um candidato sem voz e que estaria ligado a alguém com mais prestígio, Haddad, nos

editoriais subsequentes, teve sua imagem associada à do candidato Ciro Gomes como um político intervencionista. Leiamos os títulos para depois analisarmos os editoriais:

25. O voluntarismo e a crise dos estaleiros

Quando Haddad e Ciro coincidem no intervencionismo, convém lembrar a experiência do pré-sal sexta-feira, 14 de setembro de 2018

31. Haddad entra na corrida rumo ao centro

Lula fez o mesmo com êxito, mas o desfecho da manobra, com a participação de Dilma, foi trágico quinta-feira, 20 de setembro de 2018

46. Haddad diante de movimento antipetista

Rejeição recrudescer na campanha, assim que candidato da legenda ameaçou Bolsonaro quinta-feira, 4 de outubro de 2018

Nesse, Haddad (ao lado de Ciro) é, como já dissemos anteriormente, negativamente caracterizado como intervencionista. Além disso, sua imagem é construída como sendo “o preposto de Lula nas eleições”, apresentando-o como alguém que está sob o domínio de uma outra pessoa. Nos dois editoriais seguintes, acentua-se a postura de Haddad para enfrentar a imagem negativa do PT. No entanto, afirmações como “foi trágico” e “rejeição recrudescer” também são negativas e revelam a construção de uma propaganda negativa (OLIVEIRA, 2019).

Nos cinco últimos editoriais analisados desse bloco que fazem referência à candidatura de Fernando Haddad do PT, percebemos, ainda que haja alguma tonalidade positiva, quando

se descreve a preocupação com certa “moderação”, em que a presença simultânea dos dois oponentes anula o benefício de um ou de outro. Isso quer dizer que a candidatura de Haddad é castigada mais particularmente do que as candidaturas oponentes. Vejamos:

53. O bem-vindo compromisso democrático

Bolsonaro e Haddad precisam resistir aos grupos autoritários que existem em suas campanhas
quarta-feira, 10 de outubro de 2018

56. Candidatos têm de ajudar a conter onda de violência

Bolsonaro e Haddad dão declarações de apaziguamento, mas precisam continuar atentos
sexta-feira, 12 de outubro de 2018

60. É urgente o debate sobre a verdade orçamentária

Bolsonaro e Haddad precisam explicar suas propostas de mudanças para a economia
segunda-feira, 15 de outubro de 2018

62. Efeito benéfico da democracia sobre os candidatos

Bolsonaro e Haddad entendem mensagem da sociedade e moderam o discurso
quarta-feira, 17 de outubro de 2018

70. Democracia modera discursos de candidatos

Lula já havia recuado em 2002, agora Bolsonaro e Haddad fazem o mesmo, mas não se aceitam recaídas
sexta-feira, 26 de outubro de 2018

Já em relação a Bolsonaro, *O Globo* dá realce ao “atentado” como referente para se buscar a diminuição das tensões; traz uma crítica aguda a Bolsonaro no *lead* “Crítica perigosa de Bolsonaro à urna eletrônica, agressividade e o não debate degradam a campanha”; afirma que Bolsonaro cresce na medida em que Haddad o ataca; e parece valorizar o antipetismo ao dizer que “Bolsonaro também poderia propor frente ‘democrática’ contra o PT”, ainda que, paradoxalmente, o *lead* afirme: “Da mesma forma, partido reúne histórico de ataques à democracia representativa” e outro título se refira a esse perfil antidemocrático: “Atacar o STF e a imprensa é agredir a democracia/Atitude de Jair Bolsonaro e do filho Eduardo cria mais tensões quando é preciso começar a pacificação”.

Já na *Folha*, a presença maciça de citações ao nome de Bolsonaro e as poucas referências a Lula nos conduzem a não pensar no citado “recurso” da campanha de Bolsonaro de associar Haddad a imagem de um “poste”. Entretanto, essa presença muito mais recorrente denota uma visão implícita do centramento na figura de Bolsonaro como opção do jornal. A leitura dos editoriais que se referem a Bolsonaro (em alguns também há presença de Haddad), permitem que cheguemos a uma visão sintética do candidato, em que pesam “atributos” negativos: antidemocrático, sem clareza, incentivador da “ira” de seus apoiadores em relação ao PT. No entanto, em diversos títulos se dá realce à sua força na disputa eleitoral e se concede a ele o benefício da dúvida, associando sua imagem ao mistério da “esfinge”, ainda que as outras menções sublinhassem muito bem sua não afeição aos valores básicos da democracia⁵.

As aparições do nome de Haddad são bem menores. Destaco, em especial, o título “Quem Haddad será?/Prioridade de petista

⁵ Os títulos dos editoriais da *Folha de São de Paulo* que tratam do conteúdo descrito encontram-se no anexo 1.

é ligar sua imagem à de Lula, o que prejudica a exposição de propostas”, de editorial do dia 13 de setembro, que parece bastante tendencioso, se pensarmos que Fernando Haddad, além de ministro da Educação, foi prefeito da maior cidade do país. Esse título alimenta, como dissemos em relação a *O Globo*, a ideia de “poste”, o que parece ser reforçado em “Quem é quem/Na primeira pesquisa sobre o 2º turno, Datafolha mostra Bolsonaro em liderança folgada; Haddad terá dificuldade em convencer que não mais é Lula”, título do editorial do dia 11 de outubro. Nas outras menções, o nome de Haddad aparece ao lado do de Bolsonaro em editoriais que abordam questões da corrida eleitoral e de falta de clareza na definição de suas atuações no futuro.

Nenhum dos editoriais dos dois jornais dá destaque a características positivas de Fernando Haddad, à sua formação ou a aspectos positivos de sua trajetória na política. Considerando ser gritante a diferença entre o histórico político de cada um dos candidatos, pode-se dizer que, dos títulos como um todo, recolhem-se as ideias: Bolsonaro é o provável vencedor; ele é o nome capaz de tirar o poder do PT; Haddad é um “desconhecido”; Haddad é um mero substituto de Lula; Bolsonaro tende a ações antidemocráticas.

Dos demais grupos semânticos, tomo apenas alguns termos mais importantes para esta reflexão inicial, considerando o próprio “repertório” da eleição presidencial de 2018, para, em seguida, refletir sobre o impacto semântico das informações que os editoriais oferecem em conjunto.

Busquei, nos editoriais de *O Globo* e da *Folha de São Paulo*, alguns termos e expressões que circularam nos mais diversos ambientes quando o tema eram as eleições presidenciais. Alguns desses termos nasceram de adjetivações que foram tomadas como parâmetro para definir comportamentos e atuações tanto de políticos como do próprio eleitorado. No caso de “Ele não”, por exemplo, faz-se associação direta

com a figura de Jair Bolsonaro, em virtude do movimento deflagrado por feministas, como expressão de repúdio por diversas manifestações públicas eivadas de misoginia do então candidato. Um protesto de dimensões grandiosas aconteceu no dia 28 de setembro de 2018, com repercussão internacional. Já o termo “petralha” teve origem em publicação de 2008 do jornalista Reinaldo Azevedo intitulada *No país dos petralhas* (São Paulo: Record) e, desde então, se tornou presença constante em manifestações antipetistas. A verificação da presença dos 18 termos selecionados pode ser observada no quadro a seguir:

Quadro comparativo 3

Termos	Número total de aparições <i>O Globo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (73)	Número total de aparições <i>Folha de São Paulo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (107)
antipetismo	4	3	4,1	12	11	10,5
bolsonarismo	0	0	0		1	0,93
censura	1	1	1,3	6	3	2,8
corrupção	39	23	31,5	25	22	20,5
“Ele não”	1	1	1,3	4	2	1,86
esquerdopata	0	0	0	1	1	0,93
fascista	0	0	0	1	1	0,93
lulismo	0	0	0	2	1	0,93
mito	1	1	1,3	1	1	0,93
outsider	5	5	1,3	0	0	0
“petralha”	0	0	0	1	1	0,93
presidiário	3	2	2,7	0	0	0
quadrilha	2	1	1,3	0	0	0

O termo “corrupção” esteve em 31,5% dos editoriais de *O Globo* e em 20,5% dos editoriais da *Folha de São Paulo*. Um dos editoriais de *O Globo*, o intitulado “Eleição é uma etapa num processo de mudança na política”, apresentou cinco vezes o termo. Ao se relacionar o título do editorial e sua proposta argumentativa, fica

evidente o centramento no combate à corrupção como elemento definidor não só da eleição em si como de uma suposta expectativa por parte do eleitor. Se somarmos a isso o termo mais presente, em segundo lugar, nos dois jornais, o “antipetismo”, que apareceu em 4,1% dos editoriais de *O Globo* e em 10,5% dos editoriais da *Folha de São Paulo*, podemos compreender as derivações da aproximação entre o combate à corrupção e o combate ao PT. Já o “Ele não”, que refletiu uma manifestação popular de dimensões relevantes, só mereceu atenção em um editorial de *O Globo* e em dois da *Folha de São Paulo*, o que revela um silenciamento por parte dessas mídias no sentido de relacionar, explicitamente, o “Ele não” ao desempenho mal avaliado do candidato Jair Bolsonaro no que se referia às questões de gênero.

De forma geral, além do “Ele não”, o que se vê é que os editoriais exploraram muito pouco o repertório mais popular que circulava nas ruas – presidiário, quadrilha, mito, esquerdopata, fascista, lulismo e petralha –, buscando dar mais visibilidade ao tema da corrupção.

As poucas ocorrências, nos editoriais de ambos os jornais, de termos tão representativos ao processo eleitoral de 2018, tais como, entre outros, “*Fake News*”, “Lava Jato” e o próprio movimento “Ele não”, que teve tanta repercussão nas redes sociais, nos fazem pensar que a grande imprensa optou por não problematizar aspectos da realidade vivida que tiveram grande influência na definição do pleito presidencial. O que, sim, se faz visível, também nos dois jornais, é um encaminhamento voltado para a afirmação da postura neoliberal como o “caminho certo” para a condução do país, tal como anunciam os títulos⁶.

Como se vê, os editoriais da *Folha* e de *O Globo* criaram pautas para a atuação do novo presidente, e evidenciam seus vínculos

⁶ Os editoriais analisados encontram-se nos anexos 1 e 2.

com um sistema voltado para o mercado financeiro e a redução do papel do Estado na Economia.

Outro ponto que foi abordado diz respeito à presença de países nos editoriais dos dois jornais, dadas as relações estabelecidas entre o sentido de “democracia” e a política norte-americana e o de “ditadura” com o suposto “comunismo” que poderia “voltar” ao Brasil, por meio de influências como a venezuelana, a cubana e a chinesa. A máxima de “O Brasil não vai ser uma Venezuela” circulou pelas redes sociais e se tornou mote ou argumento para as pessoas que defendiam um Brasil novo, apartado de quaisquer influências de esquerda. De outro lado, interessei-me pela possível presença de referências a países sul-americanos, dadas as tensões entre direita e esquerda que também caracterizaram e vêm caracterizando a política no continente, e as perspectivas de relacionamentos futuros a depender do vencedor do segundo turno no Brasil. Observemos:

Quadro comparativo 4

Termos	Número total de aparições <i>O Globo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (73)	Número total de aparições <i>Folha de São Paulo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (107)
Argentina	11	5	6,8	2	6	5,6
Bolívia	1	1	1,36	0	0	0
Chile	1	1	1,36	1	1	0,93
China	2	2	2,73	2	2	1,86
Colômbia	2	1	1,36	1	1	0,93
Equador	0	0	0	0	0	0
Estados Unidos	5	5	6,8	6	6	5,6
Paraguai	0	0	0	0	0	0
Peru	1	1	1,36	0	0	0
Rússia	0	0	0	0	0	0
Venezuela	8	7	9,5	24	10	9,3

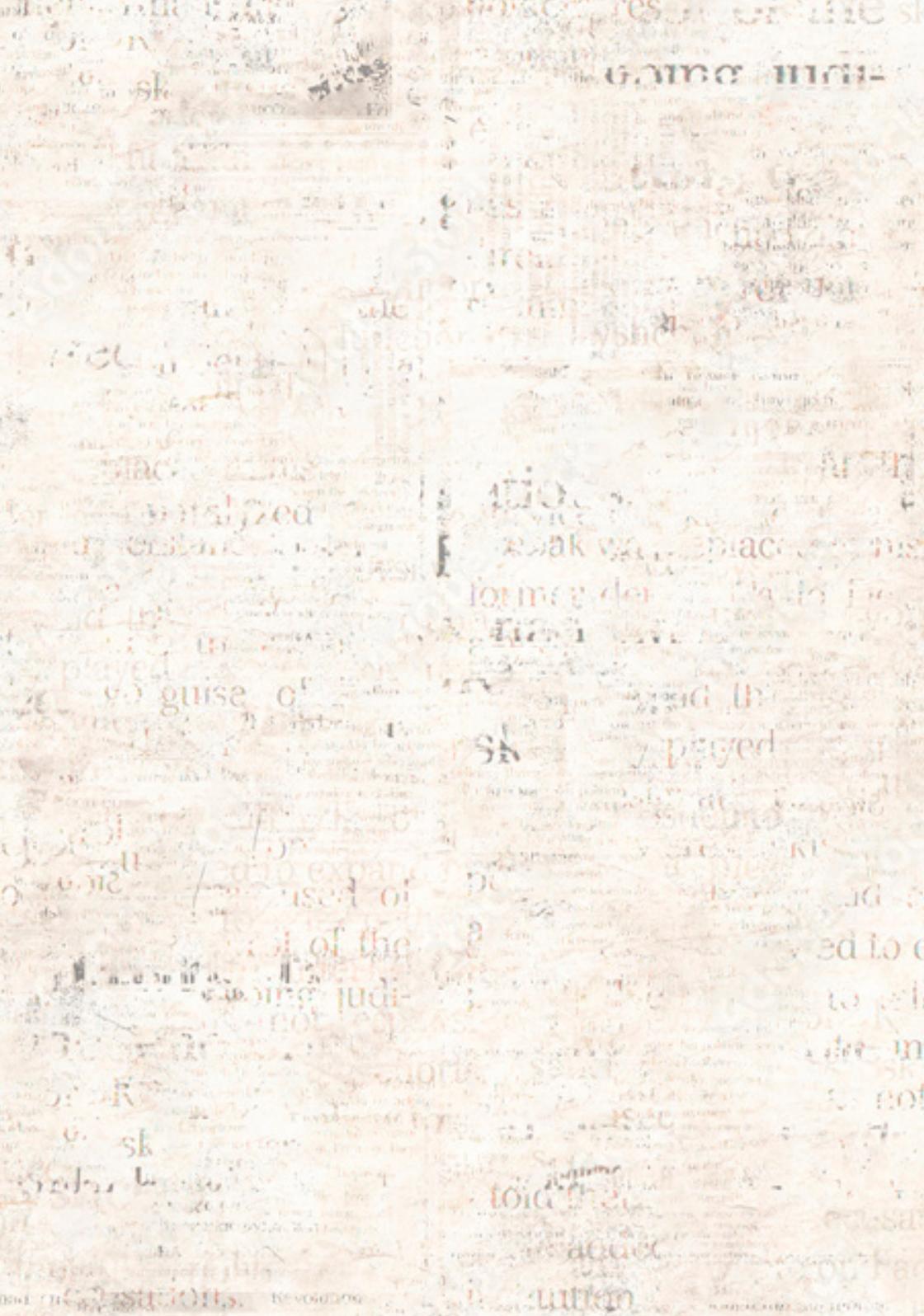
O quadro acima revela a restrita presença dos países sul-americanos, com exceção da Venezuela, cuja presença nos editoriais dos dois jornais – percentualmente similar, 9,5% dos editoriais de *O Globo* e 9,3% dos editoriais da *Folha de São Paulo* – abordou assuntos relacionados à situação da Venezuela dentro das contingências de enfrentamentos tensos que aconteciam no país vizinho. A ideia de “não ser uma Venezuela” fez com que circulasse muita desinformação sobre a realidade venezuelana. Em seguida, as referências à Argentina e aos Estados Unidos apareceram como o mesmo peso (5,6% dos editoriais). Os rumos à esquerda que a Argentina indicava estar tomando colocava em xeque a capacidade de um futuro governo Bolsonaro dialogar mais abertamente com nosso vizinho. Mas certamente o maior incômodo vinha justamente desse novo encaminhamento a um governo de esquerda, movimento que parecia o fracasso de se tentar trazer para a realidade sul-americana um padrão norte-americano de neoliberalismo.

Não parece, entretanto, que, com exceção da Venezuela, o tema das relações continentais do Brasil tivesse relevância no âmbito dos temas dos editoriais.

Por fim, os dois editoriais de *O Globo* parecem sublinhar a opção política da instituição: “Segundo turno precisa discutir, enfim, programas/Depois das eleições de 2016, PT continua a pagar um preço pela corrupção e a ruína econômica”, de segunda-feira, 8 de outubro de 2018; e “Eleição é uma etapa num processo de mudança na política/O crescimento de uma direita assumida melhora o equilíbrio ideológico da representação”, de domingo, 28 de outubro de 2018. E o mesmo se pode dizer dos editoriais da *Folha*: “Viés de baixa/Novos números do PIB não trazem alento; avanço mais vigoroso dependerá do desfecho nas urnas”, de 1º de setembro de 2018; “O mercado e o voto/ Plataforma econômica de

Bolsonaro, ou o que se conhece dela, agrada mais ao setor privado”, de 10 de outubro; e “Encruzilhada petista/Partido está longe de dispor de um programa de governo realista, que demonstre um aprendizado”, de 24 de outubro.

Sobre essa “condução” aos caminhos a serem seguidos pelo presidente eleito, voltarei a falar no Capítulo III deste estudo, em especial no item “A fabricação do devir”. Prossigo, agora, com as necessárias abordagens teóricas.



CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DA ELEIÇÃO

A presença da Antropologia, como alicerce desta pesquisa, tem, neste item da abordagem política sobre a eleição de 2018, o objetivo de analisar a escolha dos eleitores por determinada candidatura e os interesses desses coletivos no devir que se avizinhava. É justamente por investigar essas relações, sob a ótica das linguagens que perpassaram por todo o período eleitoral, que a Antropologia se qualifica como um corpus teórico com capacidade para traduzir, em suas especificidades, os movimentos políticos eleitorais refletidos pelos editoriais, de maneira a trazer elementos que dialogam com os campos de investigação da Ciência Política, da Filosofia Política e da Sociologia, mas também fazer desse diálogo um ponto para se completarem analiticamente. Essa característica a qualifica

para entrar no debate epistemológico das Ciências Humanas sobre o tema das eleições.

Este trabalho procura captar o que motivou a opção do voto individual, a partir do reconhecimento do agenciamento coletivo que cercou todo o período eleitoral. É uma tarefa extremamente laboriosa para uma eleição considerada maculada pelo jogo extra-oficial da disputa ao cargo de presidente que atingiu, a meu ver, diretamente o que seria a liberdade do voto, visto que foi formulada a ideia do novo a partir de um voo feito com asas sustentadas pela fragilidade de uma cera incapaz de enfrentar o sol da realidade (para dialogar com o mito de Ícaro).

Neste capítulo, tal como afirmei na introdução, discorro teórica, crítica e analiticamente sobre o que chamo de “a construção da eleição”, sustentado, principalmente, pelo pensamento de Ernesto Laclau, Bruno Latour, Antoine Hennion e François Jullien, de maneira que os conceitos teóricos fiquem vinculados ao tema do capítulo.

2.1 Conceitos para uma fabricação do vazio

Em “O ‘povo’ e a produção discursiva do vazio”, Ernesto Laclau (2013) retoma uma reflexão anteriormente feita no livro *A razão populista* sobre o sentido de “populismo”, recordando que essa palavra carrega rótulos pejorativos que se sustentam em pressupostos passíveis de questionamento. Enfocando dois desses pontos pressupostos, Laclau apresenta duas contra argumentações e uma tese. Cito:

Os dois pressupostos a que me referi são: (1) o populismo é vago e indeterminado quanto ao público a que se dirige, em seu discurso e em seus postulados políticos; (2) o

populismo não passa de mera retórica. A isto contrapõe duas possibilidades: (1) a vagueza e a indeterminação não são deficiências de um discurso sobre a realidade social, mas, em algumas circunstâncias, estão inscritas na realidade social enquanto tal; (2) a retórica não é um epifenômeno *vis-à-vis* uma estrutura conceitual autônoma, pois nenhuma estrutura conceitual encontra sua coesão interna sem apelar a dispositivos teóricos. Se assim for, o populismo é o caminho para se compreender algo sobre a constituição ontológica do político enquanto tal (LACLAU, 2018, p. 115).

Para desenvolver sua argumentação, Laclau destaca três categorias básicas tratadas por ele como fundamentais para a compreensão do seu ponto de vista: o discurso; significantes vazios e hegemônias; e retórica.

Segundo Laclau, o discurso é o “território primário da construção da objetividade” (2013, 116). Relembrando algumas colocações de Saussure sobre linguagem e sublinhando, em especial, o caráter relacional da linguagem, seja na forma de ações ou de palavras, Laclau explica que, no âmbito do discurso, na perspectiva em que ele o considera, a “relação” é um ponto central, que implica o reconhecimento de um “jogo de diferenças” (*Idem*, p. 117) a partir do qual se compreende a construção de um sentido discursivo.

Nesse aspecto, visto que tenho como corpus manifestações discursivas social e linguisticamente reconhecidas como editoriais, aqui reunidos pelos vínculos com o contexto da eleição presidencial de 2018 no Brasil, partir do reconhecimento do jogo das diferenças por detrás do modo como eleição, eleitor e candidato são discursivamente construídos nesses textos é um caminho afinado com as prerrogativas de Laclau.

Em relação a “significantes vazios e hegemonias”, Laclau retoma uma reflexão publicada no livro *Emancipation(s)* (1996) e cita um exemplo que me pareceu bastante congruente com o propósito de minha pesquisa. Vejamos:

Um exemplo político: é por meio da demonização de um setor da população que a sociedade se apodera da noção de sua própria coesão. Isso, entretanto, cria um novo problema: *vis-à-vis* o elemento excluído, todas as outras diferenças se equivalem mutuamente (LACLAU, 2018, p. 118-119).

Ora, considerando a já comentada divisão ou cisão no eleitorado brasileiro em 2018, posso compreender, por exemplo, o “antipetismo” como um significante vazio – tal como “corrupção” – a partir do qual se chegou à equivalência ou à hegemonia entre diferentes grupos de eleitores. Laclau, recordando Feud, explica que: “o traço que possibilita a mútua identificação entre membros do grupo é um ódio comum de algo ou de alguém” (LACLAU, 2018, p. 119). De outro lado, e aprofundando a reflexão, registra que: “A equivalência, porém, é precisamente aquilo que subverte a diferença, e assim toda identidade é construída no bojo da tensão entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência” (*Idem, Ibidem*). Portanto, a partir de Laclau se podem ler muitos referentes encontrados no corpus selecionado para a pesquisa.

Ainda no âmbito dessa categoria – significantes vazios e hegemonia – Laclau destaca a função da “dimensão afetiva” (2013, p. 120) para a criação de uma hegemonia, sem deixa de ressaltar que a hegemonia é, em si, uma “fatalidade fracassada” (*Idem*, p. 119) porque sustentada por uma “inalcançável plenitude” (*Idem*, p. 119). Assim, “a identidade hegemônica torna-se algo da ordem de um significante vazio, sendo que sua própria particularidade encarna uma completude inalcançável” (*Idem*, p. 120).

Se a observação crítica dos editoriais nos traz signos de viés hegemônico como “lulismo” e “bolsonarismo”, cabe, a partir de Laclau, verificar que jogo de diferenças e equivalências há por detrás dessa suposta hegemonia e que papel têm esses discursos (os editoriais) no sentido de valorizar ou desconstruir essa hegemonia.

Em relação à categoria “retórica”, Laclau explica que “ocorre um deslocamento retórico toda vez que um termo literal é substituído por um termo figurativo” (2013, p. 120). Citando a catacrese – “termo figurativo que não pode ser substituído por um termo literal” (*Idem*, p. 121) – e a sinédoque – “a parte que representa o todo” (*Idem, ibidem*) – como recursos retóricos, Laclau dimensiona o quanto a relação entre parte e todo se afina com a construção da hegemonia e dos significantes vazios:

se acaso estes surgem da necessidade de nomear um objeto ao mesmo tempo impossível e necessário, a partir da estaca zero da significação que, entretanto, é condição de qualquer processo significativo, a operação hegemônica obedecerá cada vez mais à catacrese (LACLAU, 2018, p. 121)

Feitas as incursões pelos termos fundamentais, Laclau passa a dimensionar o que ele chama de “demandas populares”. Destaca-se ali a observação de que “o ‘povo’ não é uma expressão de natureza ideológica, mas uma relação real entre agentes sociais” (2013, p. 122). Essa observação é importante para entendermos que “demandas sociais”, que vão além de solicitações de determinados segmentos sociais em espaços e tempo específicos, podem se tornar “demandas populares” quando extrapolam uma demanda específica para, em um processo de construção de uma suposta hegemonia, alcançarem um espectro mais vasto que migra do democrático para o populismo. Vejamos:

Uma demanda que, satisfeita ou não, permanece isolada, será denominada por nós uma demanda democrática. Uma pluralidade de demandas que, através de sua articulação de equivalência, constitui uma subjetividade social mais ampla, serão denominadas demandas populares. Em um nível muito incipiente, elas começam a constituir o “povo” como um ator histórico potencial. Temos, aqui, um embrião, uma configuração populista (LACLAU, 2018, p. 124).

Laclau, contudo, por meio de exemplos, demonstra que o estabelecimento de uma cadeia de equivalências que leva à hegemonia ou ao estabelecimento de demandas populares permite que se compreenda a própria natureza do populismo:

[...] a unificação de uma pluralidade de demandas numa cadeia de equivalência; a constituição de uma fronteira interna, que divide a sociedade em dois campos; e a consolidação da cadeia de equivalência por meio da construção de uma identidade popular que é algo quantitativamente maior do que a simples soma dos laços de equivalência (LACLAU, 2018, p. 128).

Todos esses aspectos estão diretamente ligados à construção do social e permitem que se pense, em um recorte menor, na própria construção (ou fabricação, como se verá mais adiante) de um processo eleitoral, visto ser um momento em que há grande fragilidade na fronteira entre demandas democráticas e demandas populares, ou, em outras palavras, entre democracia e populismo. Por isso, a importância de se verificar em que medida discursos vinculados pelas mídias, ao corroborarem com a fixação cada vez mais rígida de hegemonias em tensão, interferem na desconstrução do que

seriam demandas democráticas, passíveis de discussões e debates fundamentais nas especificidades das diferenças, em prol do estabelecimento de demandas populares que estão na base do populismo.

Laclau, ainda nesse âmbito, difere dois tipos de lógica: a lógica da diferença, ligada às demandas democráticas; e a lógica da equivalência, ligadas às demandas populares. Segundo ele,

Uma sociedade que postula o Estado do Bem-Estar Social como seu horizonte último é aquela na qual somente a lógica da diferença seria aceita como um meio legítimo de construir o social. Nessa sociedade, concebida como um sistema em contínua expansão, qualquer necessidade social seria atendida diferencialmente; e não haveria nenhuma base para a criação de uma fronteira interna (LACLAU, 2018, p. 130).

Como obstáculos para essa sociedade democrática – porque pautada em um Estado de Bem-Estar Social que considera as diferentes demandas sociais – Laclau cita a “a cobiça dos empresários” (2018, p. 130) que, segundo ele, “forçam seus proponentes a identificar inimigos e a reintroduzir um discurso de divisão social baseado em lógicas de equivalência” (*Idem, ibidem*).

Essas equivalências se tornam possíveis pela frustração trazida pelo atendimento a demandas sociais relevantes. No entanto, como já foi mencionado, a hegemonia criada pelas equivalências não elimina as diferenças. Elas continuam existindo e são, em si, elementos “constitutivos da construção social” (LACLAU, 2018, p. 133).

Importa ainda recuperar o papel dos “significantes vazios” em todo esse processo de tensão entre equivalências e diferenças. Cito:

Como sabemos, a identidade popular precisa ser condensada em torno de alguns significantes (palavras, imagens) que

se referem à cadeia de equivalência como uma totalidade. Quanto mais extensa a cadeia, menos esses significados serão ligados às suas demandas particularistas originais. Isso quer dizer que a função de representar a relativa ‘universalidade’ da cadeia prevalecerá sobre a função de expressar a reivindicação particular que constitui o sustentáculo material dessa função. Em outras palavras, a identidade popular torna-se cada vez mais plena de um ponto de vista extensivo, pois representa uma cadeia de demandas cada vez maior; torna-se, porém, intensivamente mais pobre, pois precisa despojar-se de conteúdos particularistas a fim de abarcar demandas sociais muito heterogêneas. Isto é, a identidade popular funciona como um significante que tende a ser vazio (LACLAU, 2018, p. 153-154).

Não é, porém, um vazio que significa ausência ou abstração de sentido. Esse vazio tem a ver com o esvaziamento resultante do fato de não se possuir “um conteúdo conceitual, qualquer que seja” (LACLAU, 2018, p. 155). Penso imediatamente nos termos “corrupção” e “justiça” e no esvaziamento de seus sentidos a partir do momento em que a injustiça ou o desrespeito às leis passa a vigorar como instrumento de combate à corrupção.

A divisão do eleitorado brasileiro, em termos discursivos (em ações e palavras, como destacou Laclau ao contemplar o sentido de discurso), entre “corruptos” e “justiçeiros” trazia em si significantes vazios tanto porque o conceito de corrupção e o de justiça foram deturpados como por desconsiderar ou esconder reais demandas sociais. E aqui volto a citar Laclau:

Porém, quando estou tentando constituir uma identidade popular mais ampla e um inimigo mais global, através de

uma articulação de reivindicações setoriais, torna-se difícil determinar a identidade tanto das forças populares como do inimigo. O momento do vazio surge necessariamente aqui, em seguida ao estabelecimento de cadeias de equivalência (LACLAU, 2018, p. 157).

Por fim, mais uma contribuição de Laclau, que se refere às “operações significantes que se requerem para que um nome desempenhe semelhante papel” [“tornar-se o fundamento da coisa”] (LACLAU, 2018, p. 160) e “a “força por detrás daquelas operações” (*Idem, ibidem*). Nesse sentido é que me parece pertinente estabelecer relações entre o que afirma Laclau e o papel dos editoriais como forças que corroboraram tanto para a reafirmação de equivalências como para a manutenção de duas hegemonias em conflito: uma que assumia plenamente a hegemonia, intitulado-se “patriota” e combatendo o discurso das diferenças; e outra que via na hegemonia uma forma de enfrentamento e sobrevivência, mas cujo nível de força para combater ambições e interesses não era suficiente para recuperar o olhar para demandas sociais.

Em meio a essas operações e forças, Laclau aponta que o afeto entra como componente relevante. Por isso, ele afirma que: “Fica claro, no entanto, que, se uma entidade se torna objeto de um investimento – como apaixonar-se ou odiar – este pertence necessariamente à ordem do afeto (LACLAU, 2018, p. 172-173).

Como síntese de suas reflexões, Laclau enumera os mais importantes aspectos relacionados ao populismo:

- 1) Em primeiro lugar, deve estar evidente, a esta altura, que por “populismo” não entendemos um *tipo* de movimento, identificado ou com uma base social especial ou com uma

orientação ideológica particular, mas o entendemos como uma *lógica política* (LACLAU, 2018, p. 181).

2) Existem dois aspectos de nossa discussão prévia que devem ser introduzidos em nossa caracterização conceitual do populismo: aqueles referentes à nomeação e ao afeto (*Idem*, p. 182).

3) É porque uma demanda *particular* não é atendida que se estabelece uma solidariedade com outras demandas não atendidas, de tal modo que, sem a presença ativa do particularismo do elo, não poderia haver uma cadeia de equivalência (*Idem*, p. 185).

Feitas as considerações sobre o pensamento de Laclau, que serão retomadas no Capítulo 3 e na conclusão deste livro, destaco outro texto que me foi especialmente útil para definir o olhar que eu dirigiria ao corpus que escolhi. Trata-se do artigo “Faturas/fraturas: da noção de rede à noção de vínculo”, de Bruno Latour, publicado no livro *Políticas etnográficas no campo da cibercultura* (2016), organizado por Jean Segata e Theophilos Rifiotis. Discorro aqui sobre o artigo de Latour, visto que há nele relevantes considerações que, se bem compreendidas, ajudam a nortear uma investigação, inserida no contexto da política, que se pretenda não “neutra”, visto que a neutralidade é uma máscara, mas científica, no sentido de capturar os sentidos dos textos analisados à luz de teorias antropológicas, sociológicas e, em algum ponto, jurídicas, sem deixar de dar espaço ao contraditório, ou seja, sem capitular à sedução de me centrar nos aspectos que mais se alinham com a natural politização.

Em seu texto, Latour chama a atenção para a desgastada e já inútil visão crítica, sociológica e, por que não, antropológica, que

parte da afirmação de dicotomias – como ativo x passivo; esquerda x direita; manipulador x manipulado; sujeito x objeto; liberdade x opressão; liberdade x escravidão; progressistas x reacionários; vínculo x desvinculamento; indivíduo x sociedade; dominante x dominado; fabricante x fabricado; eles x nós etc. – para propor uma leitura do ser e do mundo. Partindo de uma tirinha da Mafalda, famosa personagem do argentino Quino, Latour demonstra que a ideia de passividade, à qual se associa o “não-fazer”, a submissão, a manipulação, a escravidão, a condição de objeto, o ser dominado, é, conceitualmente, problemática. Aprofundando a reflexão, ele retoma o termo “*faitiches*”. Cito:

Eu obtive essa expressão incongruente a partir das palavras feito/fato e fetiche, na qual as duas primeiras são o objeto de um discurso positivo de verificação e a segunda de um discurso crítico de denúncia, ao adicionar *nos dois lados* o trabalho de fabricação uma vez que o verbo fabricar, como sabemos, é a raiz do trabalho científico de estabelecimento dos fatos (“os fatos são feitos”) como da etimologia da palavra fetiche (PIETZ, 1985). Fazendo ressoar novamente, tanto pela verdade quanto pela falsidade, tanto pelos fatos apreciados quanto pelos fetiches criticados, essa duplicação do “faz fazer” que a língua francesa preserva com precisão, deslocamos a atenção para o que *nos faz agir*, nós a desviamos da obsessiva distinção do racional – os fatos – o e do irracional – os fetiches (LATOURE, 2061, p. 68-69).

O “*faitiche*”, portanto, seria uma forma de nomear um olhar que rompe com a dicotomia entre o racional e o irracional e abre uma perspectiva de se considerar o “todo” partindo da ruptura com certas premissas, como vemos em:

Em outras palavras, os *faitiches* nos autorizam a não levar tão a sério as formas sempre conjugadas dos objetos e dos sujeitos: o que coloca em movimento não tem nunca a força de uma causalidade – quer se trate do sujeito dominante ou do objeto causal; o que é colocado em movimento nunca deixa de transformar a ação – não dando, portanto, origem nem a objeto-utensílio nem ao sujeito reificado (*Ibidem*, p. 69).

Além disso, Latour chama a atenção para o grau de perversidade que as dualidades e os extremismos possuem. Chamou-me a atenção uma questão proposta por ele, que, inclusive, a classificou como “surpreendente” e “quase contraditória” (2016, p.70): “como se emancipar da droga pesada da emancipação?” (*Idem, Ibidem*). O que Latour propõe é bastante pertinente, porque, ao abandonarmos essas dicotomias ou paradigmas metodológicos ortodoxos do pensamento científico, talvez alcancemos mais rapidamente a visão de que “A questão não é mais de saber se devemos ser livres ou vinculados, mas *se somos bem ou mal vinculados*” (*Idem, Ibidem*). E, complementando, cito:

A nova questão não se direciona ao sujeito, à sua autonomia, ao seu ideal de emancipação, assim como ela também não se direciona à objetivação ou à reificação que nos faria perder nossa autonomia; ela nos obriga a considerar a natureza precisa daquilo que nos *faz ser* (LATOURE, 2016, p. 70-71).

Partindo dessas considerações de Latour, faço delas uma espécie de diapasão com que afino a abordagem a que me proponho, entendendo que investigar a “fabricação da eleição presidencial de 2018”, por meio dos registros de como “os fatos são feitos” trazidos pelos editoriais da *Folha* e de *O Globo*, não pode prescindir da visão

de que todos e todas, no Brasil, somos, cada qual a seu modo e em diferente grau, partícipes desse processo por estarmos vinculados a ele, já que uma eleição não se faz sem eleitores.

Seria, talvez, um caminho mais fácil apontar apenas mecanismos discursivos voltados para a sujeição do outro, tornando-o um objeto ou um ser passivo, e, a partir disso, alimentar a ideia de uma guinada do país à direita e, portanto, ao reacionarismo, à qual se contraporía uma esquerda emancipatória e libertária. Todavia, nos passos de Latour, percebo que a discussão precisa ser bem mais complexa. Aproveitando a alegoria de Latour (2016, p. 75), se tratamos candidatos e eleitores como marionetes, acreditando que romper o fio que une marionetista e marionete solucionará a situação de opressão, na verdade, estaremos apenas propondo uma falsa ruptura, já que a condição social do ser humano exige seu vínculo com a vida, o mundo, os outros indivíduos, porque o que, de fato, existe é uma imensa rede que nos emaranha todo o tempo.

Ao abraçarmos a “esquerda” como o “lado certo”, humanista e democrática, tendemos a enxergar esse tipo de orientação política como a que será capaz de se tornar o “laço redentor” (LATOURE, 2016, p. 79) a se contrapor ao “laço mórbido” que associamos à direita “reacionária” (*Idem, Ibidem*). Segundo Latour, “Esse deslocamento arriscado faz tudo se assentar sobre a especificidade dos vínculos, da qual extraímos a normatividade que se encontra cativa, imanente, cristalizada nos detalhes mesmos dos laços” (2016, p. 80).

É claro que, em um segundo turno, no qual se dá a disputa entre dois candidatos claramente identificados como “forças politicamente opostas”, cria-se, naturalmente, uma dicotomia. E, como eu disse, poderia recorrer ao recurso fácil de ampliar essa dicotomia, realçando essa ou aquela caracterização positiva e negativa apenas para justificar um juízo de valor, que, certamente,

pesará essas duas forças de forma diferente. No entanto, ao recorrer à ideia de “rede” e de “atores”, e buscar ler com mais profundidade o que há por trás dessa “fabricação” ou dos fatos feitos para dar à eleição presidencial de 2018 os rumos que a história mostrou terem sido “eleitos” antes da eleição, posso me aproximar do que o próprio Latour chama de “um novo projeto de emancipação” (2016, p. 80), que “obriga a não confundir viver sem dominação com viver sem vinculamento” (*Idem, Ibidem*).

Parto, assim, sustentado por essas reflexões iniciais, aos recortes temáticos que elegi como caminho para abordar o conjunto de editoriais já discriminado. E, nesse início de caminhar pelo Capítulo 2, é necessário reafirmar que, ainda que estude as partes – a fabricação do candidato, do eleitor, da eleição e do devir –, o que almejo é penetrar no sentido amplo do político e corroborar com a ideia de que: “não se trata mais de passar abruptamente da escravidão à liberdade reduzindo os ídolos em migalhas, mas de selecionar os vínculos eles mesmos, aqueles que salvam e aqueles que matam” (LATOURE, 2016, p. 87).

2.2 O processo eleitoral e as suas nuances

Antes de individualizar a abordagem, é interessante apresentar um índice temático que denominei de cenário inicial. Para obter este gráfico a partir dos números que dele sobressaíram, submeti o corpus do meu trabalho à análise da plataforma de leitura de dados *Voyant-tools*. Vejamos o que resultou da leitura estatística dos editoriais:



Figura 18. O Globo



Figura 19. Folha

Os números não deixam dúvidas de que a eleição presidencial de 2018 foi um acontecimento relevante para o país. E esse acontecimento foi um divisor de águas e que marcou a história das eleições de 2018 no Brasil como uma das mais emblemáticas. Tínhamos, de um lado – e aqui peço licença para deter-me apenas nas duas candidaturas que seguiram até o 2º turno –, um ex-militar aposentado, compulsoriamente, pelos motivos que o ligam a questões indisciplinadas na caserna. E do outro lado, um professor que tinha sido prefeito da maior cidade do país e da América do Sul e que não apresentava rejeição mais incisiva, a não ser quando o associavam ao PT e ao ex-presidente Lula, que naquele instante encontrava-se encarcerado em Curitiba, PR.

Passo apresentar os 5 principais termos apresentados pela pesquisa e, conseqüentemente, os números a eles associados, para depois enquadrá-los e revelar os dados estatísticos. Cabe dizer que a pesquisa numérica dos dados foi aleatória no que diz respeito à escolha dos termos. Isso quer dizer que, ao submeter o corpus da pesquisa ao leitor de dados *Voyant-tools*, os termos que da plataforma resultaram, de fato, foram os que mais apareceram no corpus da pesquisa. Informo que os editoriais analisados aqui constam com os seus títulos e corpo textual. Excluí os *leads* por entender que o papel desses pequenos textos já está contido no

texto de opinião. Vejamos os números, lembrando que esses dois quadros refletem, individualmente, os cinco termos que mais apareceram no conjunto selecionado de editoriais, considerando todos os termos pesquisados:

Comparação da pesquisa livre de *O Globo* com a *Folha*

Quadro comparativo 5

Termos iniciais pelo O Globo	Número total de aparições <i>O Globo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (73)	Número total de aparições <i>Folha de São Paulo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (107)
Lula	143	42	57,5	-	-	-
PT	121	53	72,60	83	48	44,8
Presidente	108	44	60,27	-	-	-
Haddad	98	30	41	87	36	33,6
Bolsonaro	90	33	45	161	55	51,4

Comparação da pesquisa livre da *Folha* com *O Globo*

Quadro comparativo 6

Termos iniciais pela Folha	Número total de aparições <i>Folha</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (73)	Número total de aparições <i>O Globo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (107)
Bolsonaro	161	55	51,4	90	33	45
Governo	105	74	69,1	-	-	-
País	96	73	68,2	-	-	-
Haddad	87	36	33,6	98	30	41
PT	83	48	44,8	121	53	72,60

A observação dos dados demonstra que os editoriais d’*O Globo* fizeram uma opção clara, não por um candidato específico, mas por uma candidatura que não poderia chegar mais uma vez ao Palácio do Planalto. A análise dos dados constituídos livremente pelo *Voyant-tools* indica que o jornal utilizou os editoriais para manifestar-se publicamente sobre quem não deveria chegar à Presidência da República.

Já os dados coletados da *Folha* apresentam o candidato do PT, Fernando Haddad, com o menor índice de citações (36) quando comparados com os demais dados coletados. Um ponto interessante na leitura dos dados da *Folha* é a impressão de que o jornal a todo instante reforça nos editoriais os termos “governo” e “país”, como se estivesse prevendo a possibilidade de elegermos uma candidatura que fosse, digamos, um tanto quanto autoritária e que intimidasse as instituições.

De toda forma o que se lê nos números apresentados é que todos sabiam que, ao fim da eleição, poderíamos mergulhar em um “caos democrático”, mas acreditava-se que a vigilância da imprensa e a força das instituições poderiam conter qualquer movimento que ameaçasse a democracia brasileira.

Passo a investigar os editoriais ligados aos eleitores e às candidaturas. Em um primeiro momento, parto para as análises das candidaturas. Sigamos.

2.2.1 Os editoriais e a fabricação do candidato

Os primeiros editoriais que analisei estão ligados ao tema da fabricação do candidato. Começo a interpretação pelos editoriais da *Folha de São Paulo*, e, depois, sigo esmiuçando os editoriais de *O Globo*. Neste capítulo, sigo, por meio de uma análise dos editoriais selecionados como chaves para essa construção, os rastros deixados pelas publicações quando fazem referência direta a dois componentes

básicos e estruturantes de uma eleição: eleitor e candidato. A partir desse primeiro viés, busquei entender o fenômeno da eleição de 2018 para presidente do Brasil sob a ótica reflexiva dos editoriais da *Folha de São de Paulo* e *O Globo*, como se fosse uma espécie de prontuário hospitalar em tempos de gestação, no qual o nascituro (a eleição do candidato para o devir) já estava sendo gestado (ou preparado) há alguns anos. Os editoriais, continuando nesta linguagem que envolve metáfora e realidade, fariam, nessa imagem comparativa, o papel de porta-vozes da equipe médica que relaciona os dados biológicos e as funções vitais da gestante e do gestado, para depois disponibilizá-los para a família ansiosa por notícias. Melhor dizendo: para o público que diretamente e/ou indiretamente acompanhava os desdobramentos da eleição.

O número de editoriais levantados para esse capítulo inicial alcançou o total de 52 editoriais somados pelos dois jornais pesquisados¹. A *Folha de São Paulo* totalizou 29 editoriais referentes ao tema deste capítulo, e *O Globo*, 23. Observando individualmente cada diário, a *Folha*² foi o diário que mais se preocupou em falar diretamente com o eleitor e o candidato em fabricação.

Dado o volume dos textos, eu trouxe, para este estudo, além de reflexões extraídas do conjunto, a observação mais específica de dezesseis editoriais, sendo que metade foi publicado na *Folha* e a outra metade em *O Globo*. Dessa divisão surgiu uma subdivisão. Os oito editoriais separados de cada jornal foram organizados em dois subgrupos: os que revelam aspectos relacionados ao eleitor e os que se vinculam ao foco no candidato, de modo que a estrutura dos grupos ficou com o seguinte organograma:

¹ Dado o volume desse corpus, inserirei na seção de anexos apenas os editoriais diretamente citados em cada capítulo.

² Abro um brevíssimo parêntese para registrar a adoção de “*Folha*” quando me referir ao jornal *Folha de São Paulo*.

Grupo 1, *Folha de São Paulo*

Fabricação do candidato → Tristes fenômenos (22.ago.2018 às 2h00); Verborragia perigosa (3.set.2018 às 2h00); Repúdio geral (7.set.2018 às 2h00); e Quem Haddad será? (13.set.2018 às 2h00).

Grupo 2, *O Globo*

Fabricação do candidato → A vitimização de Lula na manobra da candidatura (16 de agosto de 2018); Candidatos precisam debater o déficit nas estatais (27 de agosto de 2018); Haddad entra na corrida rumo ao centro (20 de setembro de 2018); e Fracasso da frente é incentivo à autocrítica do PT (19 de outubro de 2018).

Com essa disposição estrutural e a flutuação periférica pelos demais editoriais – que por critérios metodológicos de seleção não entraram nessa primeira chamada, mas que podem ser convocados caso seja necessário – formei, portanto, o primeiro fragmento do corpus total, para dar início à análise pretendida.

A observação dos dados numéricos relacionados a esses termos específicos, me permite fazer algumas afirmações iniciais: a) em primeiro lugar, a pouca referência a Hamilton Mourão e a Manuela D’Ávila demonstram mínimo ou nenhum interesse em problematizar as possíveis influências dos vices em uma situação de real acesso à principal gestão pública do país. No que se refere a Manuela D’Ávila, a ausência é ainda mais gritante, pois ela foi uma das pessoas mais atacadas pela circulação de *Fake News*. A questão teve dimensão tão ampla, que D’Ávila, em 2019, criou o *Instituto E Se Fosse Você?* e o site *(R)Exista com Manuela d’Ávila*³, para poder

³ <https://apoia.se/manueladavila>.

desfazer muitas imagens e fatos falsos relacionados a ela e também propor uma campanha mais abrangente de combate às *Fake News*. É, portanto, curioso, que os editoriais tenham se silenciado sobre o contexto histórico que, durante o processo eleitoral, foi relacionado à figura da candidata à vice-presidente da República.

Também é interessante notar a mínima presença de referências a Sérgio Moro, se considerarmos que não só a Lava Jato era um dado histórico crucial para se compreender o imaginário dos eleitores brasileiros como a própria associação entre Bolsonaro e Sérgio Moro respaldaria o antipetismo que movia parte da sociedade brasileira. O fato de Sérgio Moro ter se tornado o “super Ministro” de Bolsonaro é um dado gritante que não teve ainda o merecido tratamento crítico.

Vê-se também que, nos editoriais da *Folha*, o número de aparições do nome de Bolsonaro é mais que o dobro que o de Haddad e que as inúmeras referências a Lula ratificaram e sublinharam a imagem dupla Haddad/Lula e, às vezes, tripla: “Haddad/Lula/Dilma Rousseff”. Em *O Globo*, essas aparições são equilibradas. No entanto, a leitura de seus editoriais comprova que, tal como indicou a análise dos títulos, pouco protagonismo é dado, com exclusividade, a Haddad.

Gritante também é o silêncio em torno do movimento “Ele não”. O único editorial que usa o termo, “Ele não, ele sim/Louve-se o caráter pacífico dos atos pró e contra Jair Bolsonaro” (2.out.2018 às 2h00), não se presta à análise do movimento de rejeição das mulheres a Bolsonaro, mas relativiza o impacto dessa rejeição, contrapondo o “Ele não” ao “Ele sim”, em uma imagem positiva da “convivência” entre ideias antitéticas.

A mínima presença do termo “programa de governo” parece denunciar outra despreocupação: a de se associar cada candidato a um programa específico. Ao contrário, as “reflexões” que relacionam nomes a acontecimentos políticos (bolsonarismo, lulismo,

antilulismo etc.) e as campanhas, inseridas no contexto histórico (envolvendo, também, aspectos jurídicos) predominam.

Nesse sentido, é importante lembrar que vivíamos uma “velada” ruptura institucional e que o próximo ocupante da cadeira presidencial era fabricado desde o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, mas esses antecedentes irão sendo explorados ao longo das análises.

O primeiro editorial aqui tomado tem por título “Tristes fenômenos” e foi publicado em 22 de agosto de 2018. O texto apresenta um quê de surpresa contida, quando traz dados da pesquisa mais recente (àquela época) do Datafolha, que apontavam para o ex-presidente Lula como o ocupante de uma dianteira que certamente lhe possibilitaria disputar uma eleição no mínimo em dois turnos, pois a vitória no primeiro turno também se verificava como uma possibilidade. A pesquisa foi publicada tão logo se deu a oficialização das candidaturas que concorreriam à vaga no Palácio do Planalto.

Paradoxalmente, diz o editorial, dentro da sua surpresa contida, que os dados não revelaram surpresa alguma, embora eles tenham apresentado algumas “informações relevantes”. No entanto, os fenômenos que o editorial considera como tristes se resumem na constatação de que haveria uma eleição polarizada entre o lulismo e antilulismo.

Sim, é verdade. Dentre alguns fatores que decidiram a eleição presidencial foi de fundamental relevância a ausência do ex-presidente Lula na urna eletrônica, visto que estava virtualmente inelegível, já que a condenação em 2ª instância o impedira de disputar sua sexta eleição. Diz o editorial (com uma certa empáfia):

Decerto que espanta a resistência da intenção de voto no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso desde abril devido à condenação em segunda instância por corrupção e lavagem de dinheiro.

Entretanto o que interessa a esta altura – e se mantém uma incógnita – é quanto dos 39% obtidos pelo petista virtualmente inelegível serão transferidos ao ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad.

De todo modo, os dados e a lógica apontam para cinco candidaturas mais fortes. No cenário sem Lula, Haddad tem apenas 4%, mas considerável potencial de crescimento; além dele, Jair Bolsonaro, do PSL (22%), Marina Silva, da Rede (16%), Ciro Gomes, do PDT (10%), e Geraldo Alckmin, do PSDB (9%) (Folha de São Paulo – 22.08.2018).

O editorial menciona que o número de candidatos concorrentes à vaga é mais expressivo do que o das eleições anteriores, quando, logo de saída, já se vislumbrava uma disputa entre PT e PSDB. Outro ponto que não pode passar despercebido é a crítica que o jornal faz ao PT por continuar defendendo a candidatura Lula até o esgotamento do jurídico do pedido. Diz o editorial:

Lamentável que o partido, vencedor legítimo das últimas quatro disputas, tenha substituído a necessária autocrítica pelo messianismo de Lula, que leva o inquestionável direito de defesa ao ponto de ataque político ao Judiciário (Folha de São Paulo – 22.08.2018).

A adjetivação “necessária” que o termo autocrítica recebe e a relação entre Lula e “messianismo” definem, por assim dizer, um ponto de vista (“lamentável”) e desenham um campo semântico de evidente rechaço ao PT e de valorização do Judiciário como instância de poder⁴.

⁴ Hoje, em 2021, já conhecemos o desfecho de toda a situação do ex-presidente Lula.

O editorial termina evidenciando que a outra “tristeza fenomênica” reside no fato de a candidatura de extrema-direita do ex-capitão do exército brasileiro, Jair Bolsonaro, ter começado a seduzir o eleitorado conservador, que corresponde com empatia ao discurso autoritário e demagógico do candidato. No entanto, a afirmação de haver um “eleitorado conservador” simpático a Bolsonaro é associada ao adjetivo “triste” que tem menor peso que “lamentável”. Parece que, subliminarmente, vai-se construindo a ideia de que: “dos males, o menor”. O grande número de citações do nome de Bolsonaro aponta para uma adesão implícita à sua candidatura dentro, claro, dessa ideia redutora, que, possivelmente, não resistiria a um confronto entre discursos e propostas.

No dia 3 de setembro, o tema abordado teve o título de “Verborragia perigosa”. Saímos de uma tristeza de fenômenos e passamos para utilização, segundo o jornal, de bravatas propagadas pelas duas principais candidaturas. Uma põe em questão a lisura das urnas eletrônicas; a outra questiona a imparcialidade da justiça nas condenações recorrentes impostas ao líder. Segundo o editorial, essas dúvidas levantadas podem contaminar ainda mais o ambiente democrático, pois o panorama da política nacional já vinha polarizado desde as manifestações de junho de 2013. Cito: “Trata-se de ataques infundados às regras do jogo — que, mais adiante, poderão ser usadas para negar também a legitimidade do eleito, de seu governo, de leis e políticas que vierem a ser implantadas” (*Folha de São Paulo* - 03.09.2018).

Como se percebe, o trecho reforça a ideia de que ataques infundados às instituições podem e devem ser reprovados, ainda mais quando se trata dos líderes das campanhas que viriam a disputar a cadeira presidencial no segundo turno. O editorial continua dizendo que ataques desse quilate, pautados em lógicas

e evidências argumentativas, não passam de uma reprodução retórica de crenças conspiratórias.

Traçando um elo com o editorial anterior, fica claro que o retrato da polarização entre as candidaturas é fruto dos acontecimentos que ocorreram em 2013. Acontecimentos durante os quais não se sabia ao certo o que estava em pauta além daquela sustentada pelos manifestantes da “revolta do busão”. Até que as ruas passaram a ser ocupadas por manifestações que, basicamente, reivindicavam uma “vida padrão FIFA”. A partir daí, o surgimento de sucessivos movimentos com interesses completamente diferentes foram engolidos por uma estrutura dicotômica que os dividiu em “coxinhas” e “mortadelas”.

O outro aspecto marcante nesse processo eleitoral foi a descrença nas instituições. Na verdade, um lado se descreia das instituições, de maneira que se algo não ocorresse da forma como se esperava que acontecesse, o caminho estaria aberto para deslegitimar o acontecido. Os opositores a esse campo político, buscavam, nas instituições, legitimar os seus anseios eleitorais.

Se fizermos uma associação entre Lula, Haddad, Dilma, “coxinhas” e “mortadelas”, veremos, a partir dos editoriais, uma linha de aproximação constante que não dá, como já disse, protagonismo a Haddad. Se lembrarmos que a imagem de “poste” foi amplamente explorada pelos adversários de Haddad, podemos entender que houve pouco espaço de reflexão sobre a inexistência ou as fragilidades dessa associação.

Esse ponto de vista se confirma no editorial “Quem Haddad será?”, que, além de voltar a criticar as decisões de Lula e de seu partido, traz um título que, como já comentei, dá um tratamento tendencioso ao nome de Haddad, apresentando-o, sugestivamente, como um “desconhecido”, visto que, citando o texto: “O concorrente oficial, Haddad, dispõe de credenciais administrativas e políticas

consideráveis – foi ministro da Educação e prefeito de São Paulo. Nada disso, porém, tem maior relevância na campanha” porque “Seu ponto forte é Lula”, tratado, no editorial como “padrinho” de Haddad e alguém que poderia levar Haddad a um “novo estelionato eleitoral”. Como se vê, a leitura nos leva a uma visão bastante negativa de Haddad como nome que substituiria Lula na eleição.

Já em relação a Bolsonaro, o fio semântico não obedece ao mesmo padrão. Não se pode relacionar “Bolsonaro” a “coxinhas” e “antipetismo” ou “antilulismo”, ainda que a candidatura Bolsonaro passasse a fazer uso mais recorrente dessa associação para arregimentar apoios como o de João Dória. Entretanto, como outras vertentes dentro do próprio PSDB pareciam recusar uma associação tão explícita⁵, o nome de Bolsonaro acaba se projetando no “novo” e sendo, assim, mais adequado ao “novo messianismo” que se desenhava, mas que, nos editoriais, não se contestava fazendo uso da mesma categoria. O “mito” era aclamado por seus eleitores, mas essa nomeação não era contestada ou problematizada nos editoriais.

Os editoriais de *O Globo* seguem os mesmos caminhos observados nos da *Folha*. No primeiro momento, um dia após autorização oficial do Tribunal Superior Eleitoral, TSE, na abertura do período eleitoral, o jornal refletiu sobre a presença de Lula nas eleições. O título do editorial é “A vitimização de Lula na manobra da candidatura” de 16 de agosto de 2018.

De acordo com o que se lê, o texto faz menção direta ao messianismo de Lula, o que de alguma forma impede que os seus fiéis seguidores tomem conhecimento do que estava robustamente

⁵ Ficou evidente que durante a campanha o PSDB silenciou quanto ao apoio direto ao candidato Jair Bolsonaro. Entretanto, o candidato ao governo do Estado de São Paulo pelo PSDB, João Dória Júnior, não pensou duas vezes em fazer com Bolsonaro uma coligação chamada de “Bolsodória”.

provado nos autos do processo. Processo que ficou conhecido nacionalmente como o “processo do triplex do Guarujá”. Diz a publicação:

Seguidores fiéis se recusam a examinar as provas materiais e testemunhais que atestam que um apartamento simples no prédio concluído pela OAS foi substituído pela cobertura triplex, reformada, com elevador interno e cozinha moderna (comprada na mesma loja que forneceu a cozinha do sítio de Atibaia, assunto de outro processo).

Em troca, o PT abriu as portas da Petrobras para a empreiteira. Daí tantos juízes rejeitarem argumentos da defesa do ex-presidente (*O Globo* – 16.08.2018).

A rejeição de inúmeros juízes ao que foi argumentado pelo PT na defesa do ex-presidente é o argumento evocado para sublinhar um suposto desprezo do partido pelas instituições, já que o impedimento imposto pela Lei da Ficha Limpa descredenciaria o ex-presidente a seguir na sustentação da legitimidade da sua candidatura. Segue o jornal tentando convencer que as possíveis manobras de Lula tinham como fim a transferência de votos para o seu vice Fernando Haddad e que a vitimização foi a maneira encontrada pelo carismático e condenado líder a permanecer vivo no coração do povo. Leiamos:

Para turbinar ainda mais esta manobra, o partido e o ex-presidente procuram usar ao máximo o clássico ingrediente da vitimização – truque sempre utilizado no PT. Militantes nas ruas, versões distorcidas espalhadas nas redes e artigos na imprensa estrangeira servem para criar a falsa ideia de um mártir do povo, um injustiçado. De nada valem os robustos autos dos processos (*O Globo* – 16.08.2018).

A falsa ideia apresentada nesse trecho que finaliza o editorial é a mesma que o abre, quando afirma que o PT é muito competente para distorcer os fatos.

Quando o editorial de *O Globo*, de 15 de agosto, intitulado “Violência não será combatida com mais armas” trata do tema dos perigos da valorização do armamento no Brasil, não deixa de aproximar Bolsonaro do candidato que representaria os “coxinhas”: “O candidato Jair Bolsonaro (PSL) costuma defender que os cidadãos possam ter armas ‘para se proteger’. Geraldo Alckmin (PSDB), para não deixar o concorrente sozinho, já acena com a liberação em áreas rurais”. Ainda que o editorial, como um todo, critique negativamente a ideia do armamento, quando associa Bolsonaro e Alckmin, projeta no imaginário da leitura essa associação.

Em “Candidatos precisam debater o déficit nas estatais”, 27 de agosto de 2018, o centramento volta-se para as expectativas de atuação futura de Bolsonaro ou de Haddad como presidente. O modo como o editorial desenha a situação das estatais no Brasil revela claramente o “ideal” de candidato ali defendido. Cito três trechos:

É crescente o déficit nas contas das empresas públicas dependentes do Tesouro Nacional. Entre as mais deficitárias, se destacam os Correios, a Infraero, a Casa da Moeda, o Serpro e a Dataprev.

[...]

Candidatos à Presidência e aos governos estaduais têm o dever de debater o peso do Estado na economia, com foco na retomada das privatizações. Nada justifica a manutenção de estatais notoriamente deficitárias numa etapa crítica, onde governantes não conseguem sequer garantir o pagamento de salários dos servidores, a qualidade mínima em serviços

de saúde, educação e segurança, ou realizar investimentos emergenciais em infraestrutura.

Vale lembrar: o déficit projetado de cinco empresas estatais obsoletas (Correios, Infraero, Casa da Moeda, Serpro e Dataprev) corresponde aos investimentos federais cortados nas áreas de ciência, tecnologia e inovação neste ano.

Se consideramos os vínculos reforçados pelo conjunto dos editoriais de *O Globo* de que Lula e, por conseguinte, Haddad, representaria uma atuação mais larga do Estado na vida do país, implícito fica que não seria Haddad a opção para “retomar as privatizações”. Assim, o candidato “ideal” para o país teria que adotar o viés neoliberal mais ortodoxo e “libertar” o país, tanto quanto possível, das empresas públicas.

Outro editorial de *O Globo* que analisei sob a perspectiva da fabricação do candidato foi o do dia 20 de setembro. Nesse momento, Fernando Haddad já era, oficialmente, o candidato do PT, e seguia uma linha que tentava costurar acordos que fortalecessem a sua candidatura. O título do editorial “Haddad entra na corrida rumo ao centro” explicita um movimento de Haddad como algo atípico ao campo político que ele representa:

A previsível corrida ao centro de candidatos à esquerda começou quando Ciro Gomes (PDT) tentou atrair o centrão, mas foi rejeitado em troca de Alckmin. Agora, é a vez de Fernando Haddad (PT), ungido por Lula, que tenta repetir a manobra bem-sucedida executada pelo padrinho na campanha de 2002, quando o chefe do PT afinal venceu as eleições presidenciais, depois de três tentativas fracassadas (89, 94, 98) (*O Globo* – 20.09.2018).

Além do que já foi apontado no parágrafo que antecedeu a citação, salta aos olhos a deselegância com que o jornal trata

o candidato e a candidatura que ele representa ao encabeçá-la. “Ungido”, “padrinho” e “chefe”, no contexto em que estão inseridos, não têm outra função senão a depreciação e o descredenciamento do candidato para concorrer em uma das maiores eleições do mundo democrático. O texto em nenhum instante diz quem de fato é Fernando Haddad. Qual é a sua formação? O que ele fez enquanto ocupante da pasta da educação nos governos do PT? Nada disso! O que é evidenciado é que o PT, em eleições anteriores, utilizou da mesma artimanha para chegar ao poder. E que, depois de ter chegado, graças às alianças com o centro, o resultado alcançado foi digno das piores páginas da historiografia da política nacional. Elaborou-se, assim, uma criminalização ampla do Partido dos Trabalhadores.

Por último, em “Fracasso da frente é incentivo à autocrítica do PT”, de 19 de outubro de 2018, voltamos a encontrar uma associação negativa entre Haddad e Lula, do qual retomo alguns trechos:

A proposta de uma “frente democrática”, lançada pelo PT para atrair apoios no enfrentamento de Bolsonaro no segundo turno, tem lógica formal. Se o adversário é considerado de extrema direita, todos que não o sejam devem se unir para enfrentá-lo. Mas não deu certo.

[...]

A mais recente demonstração do “centralismo democrático” com que funciona o PT é a absoluta dependência do projeto Fernando Haddad a um Lula preso em Curitiba. Cordão umbilical bem explorado pela campanha do adversário de Haddad.

[...]

Por tudo isso, não surpreende que o balão do “pacto democrático” não tenha subido. Aos cambulhões, o partido —

claro, com a aquiescência silenciosa de Lula — tem tentado de tudo: até trocou o vermelho pelo verde, amarelo, azul e branco, numa evidente e ingênua obra de fachada; Haddad, que nunca se sentiu confortável no figurino do programa lulista, pôde fazer alguns recuos — na Constituinte chavista, por exemplo —, e já considera que o juiz Sergio Moro fez bem ao país, menos, por óbvio, no caso de Lula.

A imagem do “cordão umbilical” nada mais é que um reforço à ideia de “poste”. E afirmações como “não deu certo” e “Haddad, que nunca se sentiu confortável no figurino do programa lulista” tanto funcionam como vaticínio (a primeira) como reforçam uma imagem frágil, dependente e, ao mesmo tempo, desconfortável, de Haddad no pleito eleitoral.

Por outro lado, a candidatura de Bolsonaro, ainda que todos os seus “atributos” negativos sejam elencados, projeta-se no campo semântico do “deu certo”, porque “tem a simpatia dos conservadores” e, ainda que não tenha revelado e debatido seu “plano do governo”, certamente é o único que, teoricamente, poderá assumir o papel presidencial desejado pelo sistema neoliberal que os dois jornais também representam. Nesse sentido, é interessante observar um exemplo de crítica a Bolsonaro, tomando como objeto o editorial “O necessário bom senso para não se propagarem boatos sobre as urnas”, de *O Globo*, de 9 de outubro de 2018. Nesse editorial, que critica a fala de Bolsonaro sobre o resultado do primeiro turno da eleição presidencial, há um primeiro momento, em que sua declaração é tida como “absurda” e seu comportamento o de alguém que “avançou o sinal”. No entanto, na sequência, o que faz o editorial? Afirma que

O caso é exemplar e serve de alerta para o segundo turno, que tende a ter uma campanha mais acirrada devido à

radicalização do embate entre direita e esquerda. Com o agravante de que tanto Bolsonaro e seu PSL quanto Haddad e seu PT demonstram habilidade no uso da internet para tentar desconstruir adversários.

Sem se sustentar em dados ou números reais, o editorial nivela Bolsonaro e Haddad, e seus respectivos partidos, no uso de *Fake News* como procedimento corriqueiro.

Por fim, em relação a *O Globo*, comento um “elogio” implícito a Bolsonaro no editorial “Bolsonaro também poderia propor frente ‘democrática’ contra o PT”, que critica uma fala dele, para, em seguida, nivelá-lo a Haddad:

A rigor, Bolsonaro também poderia propor uma “frente democrática” contra o PT, devido à extensa folha corrida do partido de atos, declarações e documentos contra a democracia representativa. E seria recebido também com certa dose de desconfiança.

Após as análises referentes às candidaturas e o posicionamento dos editoriais, sigo analisando sobre como se deu o tema da fabricação direcionado ao eleitor, para, na continuidade, relacionar as diversas observações no âmbito dessas duas fabricações, às teorias escolhidas para chegar a esse aprofundamento.

2.2.2 A fabricação do eleitor

Considero como relevante para investigar a presença do eleitor nos editoriais da *Folha* e de *O Globo* a incidência de alguns termos que podemos relacionar às expectativas dos diferentes

setores da sociedade brasileira. Recordemos, o quadro temático n. 3 apresentado no Capítulo 1 deste livro no qual se demonstra que termos que lá estão se relacionam diretamente com esses que aqui se encontram. Vejamos o organograma:

Grupo 1 Folha de São Paulo

Fabricação do eleitor → Universo paralelo (28.set.2018 às 2h00); Ele não, ele sim (2.out.2018 às 2h00); Fantasmas petistas (3.out.2018 às 2h00); e Ele não debate (17.out.2018 às 2h00).

Grupo 2 O Globo

Fabricação do eleitor → Defesa da CLT não ecoa junto a todos os eleitores (26 de setembro de 2018); Haddad diante de movimento antipetista (4 de outubro de 2018); A renovação no Congresso feita pelo eleitor (9 de outubro de 2018); e Eleitor dá o troco a ações políticas contra a Lava-Jato (11 de outubro de 2018).

Nesta altura, não é necessário explicar mais o quanto às referências ao uso de armas teve influência na formação do eleitorado de Jair Bolsonaro. As adesões à sua proposta armamentista e a seu discurso de direito do cidadão de se proteger com armas ficaram evidentes, mas não foram problematizadas nos editoriais estudados com a devida profundidade. Exemplo disso é o curioso editorial intitulado “Bolsonaro e a esfinge”, datado de 29 de outubro, ou seja, publicado após o encerramento do pleito, em que a *Folha* manifesta claramente seus pontos de vista sobre muitas das ideias até então defendidas na campanha do candidato eleito. Assim, embora passada a eleição, o editorial se manifeste dizendo que “Mais armas com a população e carta branca a policiais apenas aumentam assassinatos e suicídios”, não houve uma preocupação anterior de

dimensionar os porquês da adesão de parte do povo brasileiro a essa proposta. Muito menos se problematizou a incongruência entre pesquisas que apontavam que o povo brasileiro, em sua maioria, era contra o uso de armas, mas que o sinal de “arminha” feito com a mão explodisse como imagem simbólica entre os eleitores de Bolsonaro que não se constrangiam em fazer o gesto inclusive dentro de igrejas e em cenas familiares.

Igual postura se vê no já comentado editorial de *O Globo* “Violência não será combatida com mais armas”, que, mesmo afirmando que: “É certo que o país vive uma epidemia de violência. E não é com mais armas que conseguirá curar essa chaga. Ao contrário, só fará aumentar a sangria”, suaviza o papel de Bolsonaro nessa questão, aproximando-o de Haddad, como já comentei no item anterior.

Tampouco houve uma problematização da bizarra relação entre religiosidade e porte de armas. Muitas montagens, trazendo a imagem de Jesus Cristo portando uma arma circularam na Internet. Fiéis, cristão e evangélicos, posando para foto coletiva com todos fazendo o gesto de “arma” com as mãos também se proliferaram. No entanto, os editoriais se silenciaram em relação a essa conflituosa associação de referentes.

O vocabulário impregnado nas discussões populares sobre a eleição presidencial, tais como “cidadão de bem”, “cubanos”, “comunistas”, “petralha”, “mito” e “esquerdopatas”, por exemplo, pouco ou nunca apareceram. No entanto, “atentado” foi termo relativamente explorado e podemos entender isso como uma valorização do impacto do atentado sobre os eleitores. Não à toa o próprio filho do presidente, Flávio Bolsonaro, afirmou, logo após o episódio da facada, que o pai havia sido esfaqueado justamente por já estar eleito. Considerada a relevância do episódio, foi mínima a presença do termo nos editoriais em pauta. Já a ausência do

movimento “#EleNão” nos editoriais, ainda que tenha havido um superficial aproveitamento da expressão em editorial já comentado, parece estranha. A sensação é a de que os jornais preferiram atuar para o silenciamento da manifestação ou, ao menos, contribuir para esse silenciamento ao evitar ser fonte de informação sobre ele.

Também é possível observar no quadro a mínima importância dada a questões como os Direitos Humanos, a realidade dos povos indígenas, o preconceito, o feminismo, o machismo, a morte de Marielle e Anderson, entre outros temas. Destaque relevante teve o termo “Economia”, o que já era de se esperar, diante do quadro de evidente centramento no “mercado”, como princípio básico para os rumos do país. Talvez por isso não tenha havido um trabalho editorial para despertar nos leitores a consciência da necessidade de se conhecerem os programas de cada candidato, para, só então, se decidir o voto.

Considerando que os eleitores estavam, em grande parte, ligados às redes sociais, espanta haver tão poucas menções ao *Facebook*, ao *Instagram*, ao *Whatsapp* e ao *Twitter*. Também despertou pouco interesse analisar as expectativas populares em relação a projetos como o Bolsa Família e o Minha casa, minha vida. De modo geral, não houve o resgate dos pontos positivos da gestão petista. Lula na cadeia era, invariavelmente, o mote para reafirmar a relação PT-corrupção e abandonar reflexões mais profundas sobre histórias envolvendo corrupção no seio da família Bolsonaro, coisa que só veio a acontecer com mais força depois de encerrado o pleito.

No conjunto, os editoriais se sustentaram mesmo na dicotomia Bolsonaro x Lula, colocando Haddad em plano secundário, e na oposição entre direita e esquerda, com associações muitas vezes direta à correspondência entre esquerda, corrupção e velha política e entre Bolsonaro, conservadorismo, direita e mudança.

A valorização das pesquisas colaborou para que se criasse uma expectativa todo o tempo marcada por registros numéricos e a vitória de Bolsonaro ficava cada vez mais evidente, daí o nome dele aparecer muito mais vezes que o de Haddad assim como ter existido uma preocupação bem maior com os eleitores bolsonaristas ou simpatizantes a Bolsonaro.

Feitos esses comentários sobre a relevância de certos temas relacionados aos eleitores como partes fundamentais de um pleito eleitoral, neste caso, a eleição presidencial de 2018, passo às leituras críticas dos editoriais citados na definição do corpus deste capítulo.

O editorial da *Folha* “Universo paralelo” refere-se à propaganda direta dos candidatos aos eleitores. Diz o *lead* que as promessas feitas a respeito de investimentos em obras públicas e mais emprego circularam no debate realizado pela parceria da *Folha*, *Universo On-Line*, *UOL*, e o *Sistema Brasileiro de Televisão*, *SBT*.

Sem a presença do candidato Jair Bolsonaro, que ainda se recuperava do atentado sofrido em Juiz de Fora, MG, os demais concorrentes ganhavam uma chance de apresentar e debater o teor dos seus respectivos programas. Sobre isso, o editorial comenta:

No entanto, na maior parte do debate realizado por esta *Folha* em parceria com o *UOL* e o *SBT*, eles optaram por se dedicar a seu esporte predileto, trocando farpas e acusações na esperança de tirar pontos dos rivais nas pesquisas (*Folha de São Paulo* – 28.09.2018).

O jornal faz uma crítica aos candidatos entendendo que ali, naquele instante, seria um excelente momento para que os mesmos detalhassem os seus planos de governo e que, se porventura fosse necessário, dirimissem os questionamentos que pudessem surgir. Porém, o que foi notado é que parecia que os concorrentes habita-

vam um mundo paralelo ao mundo da realidade. Não se discutiu sobre orçamento público, recuperação da economia e desemprego de forma profunda. As falas em defesa dos planos de retomada do crescimento ficaram mais no abstracionismo do senso comum do que no pragmatismo das realizações.

Diz o jornal que “A agressividade das táticas empregadas transformou o debate em mais um duelo de personalidades, sem espaço para uma discussão profunda sobre os desafios que aguardam o próximo presidente e os caminhos para superá-los” (*Folha de São Paulo* – 28.09.2018). Por esses e outros motivos, a (re) afirmação do culto à personalidade, através do duelo produzido pelos candidatos, levou o eleitor a perder a oportunidade de conhecer as candidaturas em questão.

Outro capítulo relevante dessa eleição foi o movimento organizado pelas mulheres intitulado “Ele não”. O editorial “Ele não, ele sim” destaca, entre outras coisas, a pacificação dos movimentos.

Recuperando o período histórico, explico, com relativa brevidade, que o movimento “Ele não” (nas redes, “#EleNão”) foi um movimento organizado por mulheres, que protestaram contra o candidato Jair Bolsonaro devido a suas declarações misóginas, sexistas, machistas, homofóbicas e autoritárias, reafirmadas sempre que possível pelo mesmo. Esse movimento foi suprapartidário e reuniu diversos campos político-partidários do país.

O movimento antagônico a esse e, portanto, favorável ao candidato em questão foi o “Ele sim”. Como o próprio editorial diz, um movimento “aparentemente menos numeroso”, muito embora não afira com precisão as estimativas. De toda forma, segundo o jornal, o que fica retratado historicamente é que:

Nos dois casos é evidente o enfado com o sistema político tradicional, decerto acentuado hoje pelos efeitos acumula-

dos da Operação Lava Jato, do estelionato eleitoral de Dilma Rousseff, da recessão brutal de 2014-16 e do fiasco do governo Michel Temer (MDB) (*Folha de São Paulo* – 02.10.2018).

Lida a citação, o que se percebe é a existência, ou melhor, a (re) fabricação existencial de um eleitor antissistema forjado no punitivismo lavajatista contra o estelionato político de Dilma Rousseff e o fiasco governamental de Michel Temer. As intenções e o protesto do verdadeiro “#EleNão” foram desconsiderados como temas.

Outro ponto que reputo como relevante nesse editorial e que estava ligado a inúmeros acontecimentos do cenário nacional foi a utilização da justiça para criminalização da política, o que parece um tanto quanto contraditório, já que no último parágrafo é observado que resta pouco tempo para que o eleitorado tome uma importante decisão. E essa decisão, já que não se soube das propostas em campanha, teria que ser tomada no escuro e com base na crença em “milagres”.

“Fantasmas petistas”, de 3 de outubro de 2018, por sua vez, aborda o caráter plebiscitário da eleição. Na verdade, fala-se sobre o duplo caráter plebiscitário. Explico: a publicação afirma que aquele momento pelo qual passava a disputa à presidência, com a definição dos primeiros colocados e a quase certeza do segundo turno, foi o sonho alimentado pelo PT durante todo o pleito: ir para a reta final com o ex-capitão. Dessa maneira seria mais fácil para o eleitorado distinguir para escolher a que lado seguir. Tratava-se de dois que em nada se assemelhavam.

Mas essa era a visão do PT e do único plebiscito que iria disputar. O que era um engano, pois o outro plebiscito era uma disputa com o sentimento antipetista que circulava entre os eleitores. Cito:

No cenário sonhado pelo comando petista, o segundo turno da eleição presidencial seria um plebiscito sobre Jair Bolsonaro

— no qual Fernando Haddad representaria a alternativa à truculência e ao despreparo do candidato do PSL.

Entretanto dificilmente deixaria de haver um outro plebiscito, que parece em curso acelerado, acerca do legado do PT e de seu líder máximo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aqui, é o capitão reformado quem assume desde já o papel principal no contraponto aos escândalos de corrupção e à devastação das finanças públicas (*Folha de São Paulo* – 03.10.2018).

E é contra essas situações que o candidato do PT, Fernando Haddad, buscou uma aproximação com o centro por meio de um discurso mais moderado e até conciliador. No entanto, a tarefa era extremamente árida, já que o PT, segundo a visão trazida pelo editorial, personificava as práticas mais horrendas junto ao seu governo.

Enquanto nós tínhamos (pela ótica dos jornais) um candidato que se esforçava para debater e aprofundar os laços com os mais variados setores da sociedade, também tínhamos aquele candidato que não estava disposto a se apresentar em debates “cara a cara” com o seu adversário.

Nesse sentido, o editorial de 17 de outubro da *Folha*, “Ele não debate”, mostra um Jair Bolsonaro confortável com a situação de não participar dos debates. Nas duas vezes em que participou de debates televisivos, o candidato Bolsonaro mostrou-se inseguro e inconsistente nas suas falas desconexas com a situação do momento. Outro ponto abordado foi a sua participação no planejamento de um atentado a bomba em 1986. Fica claro que caso o atentado não tivesse ocorrido, o candidato poderia ser esvaziado, desidratado logo no início do primeiro turno. Embora por recomendações médicas não tenha participado dos debates, o candidato, entretanto, não deixou de utilizar as redes sociais. Leiamos:

Por causa do atentado, que o obrigou a se submeter a duas cirurgias e três semanas de recuperação, Bolsonaro ficou impossibilitado de participar de outros quatro debates no primeiro turno.

Mesmo assim, ele não deixou de gravar mensagens para seus seguidores nas redes sociais e conceder entrevistas a emissoras de televisão quando ainda estava internado.

Bolsonaro teve alta uma semana antes do dia da votação. Permanece de repouso em casa por recomendação médica, mas isso não o impede de manter encontros com correligionários, fazer propaganda na internet e receber jornalistas (*Folha de São Paulo* – 17.10.2018)

É perceptível, pelas linhas que acabamos de citar, que o uso das redes sociais foi determinante para os eleitores. Mesmo proibido de participar de eventos, como os debates com o seu adversário direto, Bolsonaro não diminuiu o ritmo no que se refere à comunicação pelas redes. No entanto, os editoriais não problematizaram essa “influência via digital”, tal como se percebe quando confrontamos o número de aparições referentes ao mundo virtual das redes sociais.

Reportando-me, agora, aos editoriais de *O Globo*, lembro que, entre os muitos pontos de interesses de uma eleição, por parte dos eleitores, estão, ou pelo menos deveriam estar, as políticas direcionadas ao emprego e/ou proteção dele. No dia 26 de setembro o editorial “Defesa da CLT não ecoa junto a todos os eleitores” revelou que o trabalhador brasileiro prefere ganhar mais a ter direitos trabalhistas. Dizia, ainda, que a gritaria patrocinada pelos sindicatos não surtiu efeito diante dessa onda de modernização do emprego e a sua flexibilização da lei e seguia informando que quem se prejudicou com essas mudanças nas normas trabalhistas foram apenas os sindicatos, pois sobreviviam do desconto

obrigatório, ou imposto sindical, em folha, e que hoje, por não prestarem bons serviços, terão imensas “dificuldades para se manter financeiramente”.

Os motivos que me levaram a escolher esse editorial como parte da fabricação do eleitor podem ser compreendidos a partir destes trechos:

A grita contra a reforma trabalhista chegou à campanha eleitoral, em que candidatos prometem revê-la. Mas o Datafolha, na semana passada, aproveitou a pesquisa eleitoral e perguntou também se as pessoas preferiam trabalhar como autônomos, sem benefícios da CLT, porém ganhando mais e pagando menos impostos, ou terem os benefícios da carteira assinada, com salário menor.

Quem promete revogar a reforma precisa se acautelar, porque 50% dos eleitores preferem trabalhar à margem da CLT, com salário maior e menos impostos. A parcela de 43% pensa o contrário (*O Globo* – 26.09.2018).

A citação apresenta trechos que, como os que resultaram da pesquisa do instituto Datafolha, mostram que metade do entrevistados preferem mais emprego e menos direitos, e, por isso, numa clara comunicação aos candidatos ligados ao sindicalismo, avisam que os trabalhadores brasileiros optam pelo que eles chamam de flexibilização dos direitos, a ficarem sem emprego.

Esse tipo de “pressão” talvez tenha perturbado o Partido dos Trabalhadores, lhe impondo uma busca, uma espécie de conciliação com o empresariado brasileiro, o único beneficiado de fato com a reforma trabalhista.

Em 4 de outubro, às vésperas da eleição, “Haddad diante de movimento antipestista” começa ressaltando a importância daque-

la eleição como uma das mais singulares no pós-redemocratização. E segue falando indiretamente da nossa democracia e o quanto ela está viva e forte. Faz um apanhado histórico mencionando governos eleitos anteriormente e arremata com a condenação e o fim do lulopetismo. Cito:

Veio o ciclo dos tucanos no poder, com o PSDB aliado à centro-direita (PFL/DEM), de 1995 a 2002, desembocando em outro fato histórico, o do período lulopetista, em que a esquerda chegou ao Planalto pelo voto, tendo à frente um metalúrgico sindicalista, Lula. E foi também dentro do estado democrático de direito, sem ferir a Constituição, que o período lulopetista chegou ao fim, no impeachment de Dilma Rousseff, na primeira parte do seu segundo mandato. Por crime de responsabilidade cometido em manobras contrárias à Lei de Responsabilidade Fiscal, para escamotear a situação dramática das contas públicas (*O Globo* – 04.10.2018).

A profecia do jornal sobre o fim dos tempos lulopetistas não deixa dúvida quanto à sua parcialidade. Esse sentimento, expressado por palavras como “fim” e “crime”, denota bem mais que o sentido literal dos vocábulos. Vejamos no parágrafo posterior o que se diz em continuidade:

A História caminha e, na atual eleição, o PT vive a inédita situação de disputar o pleito com seu líder carismático Lula preso em Curitiba, por corrupção e lavagem de dinheiro. E, representando o impugnado Lula, o candidato petista, Fernando Haddad, ministro da Educação do ex-presidente e de Dilma, começa a enfrentar um movimento antipetista,

o que não era observado em grandes dimensões desde a vitória de Lula em 2002 (*O Globo* – 04.10.2018).

Pois bem. O que salta aos olhos é a criminalização do candidato Fernando Haddad (a presença candidato é fundamental para se ter como referência para o eleitor) por ele ser do PT, partido do ex-presidente Lula, preso em Curitiba por crime de lavagem de dinheiro e corrupção, e Dilma, deposta por crimes contra o patrimônio público e enquadrados pela lei de responsabilidade fiscal. Ou seja, independente do candidato, o PT teria que enfrentar esse movimento antipetista que o criminalizava não com provas, mas com convicções. E as convicções foram as maiores fabricantes de eleitores por todo o Brasil.

“A renovação no Congresso feita pelo eleitor”, de 9 de outubro, apresenta ao eleitorado que o resultado da eleição legislativa no âmbito federal foi um aviso de que faltava pouco para que a renovação fosse completa. Cita o editorial que

A chamada onda bolsonarista, impulsionada por diversas forças – o conservadorismo, a irritação da população com a falta de segurança e o antipetismo, por exemplo – gerou fatos que seriam inimagináveis pouco tempo atrás (*O Globo* – 09.10.2018).

Mais o que seriam fatos inimagináveis? Ao meu ver, esses fatos não pensados antes, ou se pensados, improváveis de acontecer, são fruto de um trabalho de oposição que ultrapassou o campo da política.

O jornal segue apresentando um quadro geral dos resultados nos estados e mostrando o quanto houve de renovação. Por exemplo, na Câmara Federal, aponta que 47% dos candidatos são novatos. Isso se deve ao fato de que antigos “caciques políticos”

e seus familiares foram preteridos por aqueles que faziam parte da onda bolsonarista que tomou o país. O editorial finaliza com a observação de que caso Bolsonaro vença não terá dificuldades em governar com o chamado “centrão”.

Particularmente, entendi essa fala como sendo um aviso (in)direto para a militância antipetista, informando que para a renovação ser maior faltava eleger o presidente.

O último editorial sobre a fabricação do eleitor de *O Globo* traz no subtítulo a ideia de que o eleitorado reprovou nas urnas políticos acusados de corrupção.

Não restam dúvidas de que a pauta nuclear da eleição de 2018 foi a corrupção. E corrupção, segundo alguns eleitores, se combate com punição. O mais interessante é que a apropriação do tema da corrupção pela direita foi brutal. O editorial “Eleitor dá o troco a ações políticas contra a Lava-Jato”, de 11 de outubro, de *O Globo*, apresenta um levantamento feito pelo jornal *Estado de São Paulo*, que aponta que, dos 77 políticos envolvidos em atos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato, 40 não foram exitosos nas urnas.

O jornal de maneira até debochada utiliza-se de um bordão para se referir à ideia de que a justiça chega para qualquer um que não seguir as suas regras. Cito:

É um exagero usar o bordão popular de “a Justiça tarda mas não falha”, em alguma medida, no entanto, ele pode ser aplicado às eleições deste ano como uma correção do resultado de muitas manobras executadas no Legislativo, uma característica da República brasileira aristocrática e patrimonialista (*O Globo* – 11.10.2018).

Como se lê, o diário carioca fala em correção de um resultado e que, por esse motivo, o uso do ditado popular era permitido.

O conteúdo desses editoriais nos permite perceber que uma série de “proposições” foram elaboradas para seduzir mais eleitores para o que se sublinhava como “novo”, ainda que não fosse. No entanto, pouco se discute, verdadeiramente, o perfil desses eleitores, reunidos, em geral, pelo antipetismo como máxima.

Uma vez que os editoriais não aprofundaram a questão, passo a dimensionar esse aspecto fazendo uso de um estudo científico. Assim, sobre o perfil dos eleitores de Bolsonaro, faço alusão ao estudo coordenado por Isabela Oliveira Kalil, junto à fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Esse estudo, de outubro de 2018, é bastante interessante, porque busca, por meio da etnografia dos possíveis e prováveis eleitores de Bolsonaro, compreender o resultado da eleição presidencial e os tipos de aspirações relacionadas a 16 perfis de eleitores que o levariam ao posto máximo da gestão pública brasileira.

Levando em consideração dados como classe social e raça ou etnia, a pesquisa foi realizada de 2016 a 2018, especificamente antes do segundo turno. A apresentação, diferentemente do que se viu nos editoriais, faz alusão ao termo “mito”, considerando, assim, relevante a informação de que, para expressivo número de eleitores, a figura de Bolsonaro havia, como seu próprio nome levar pensar, extrapolado a barreira do humano e se alçado à figura mítica do “predestinado”, do “Messias”, do salvador. Ao mesmo tempo, e também diferentemente do que vimos nos editoriais, o estudo deu espaço a reflexões sobre o movimento “#EleNão” e a um cenário de eleição presidencial que envolveu um ex-presidente na cadeia e um candidato a presidente no hospital. O inusitado dessa realidade, logicamente, encaminhava tudo para uma configuração bastante peculiar. A pesquisa considerou, para a computação de dados, as manifestações públicas em eventos de curtas duração; a realização de entrevistas no “Acampamento

Patriótico de Resistência Paulista” (movimento que se situou na Avenida Paulista em frente às instalações da FIESP); observação de campo e entrevistas realizadas no Ato de repúdio a Judith Butler; e o acompanhamento de eventos que circularam nas redes sociais.

Segundo a pesquisa, “corrupção” e “cidadão de bem” foram os termos-chave para a compreensão do panorama eleitoral em questão. Daí a afirmação:

Embora os/as apoiadores/as, simpatizantes e eleitores/as de Bolsonaro componham uma diversidade de pessoas e grupos, é possível apontar determinados valores difusos capturados pela figura do “cidadão de bem” entre homens e mulheres. Embora a ideia do “cidadão de bem! não seja uma novidade na sociedade brasileira (e já foi apontada e analisada por Esther Solano e por Marcio Moretto), esta definição passou a ser mobilizada nas manifestações públicas como um elemento de distinção entre os participante das “manifestações pacíficas” x “manifestações de baderneiros” (2019, p. 8).

A essa figura do “cidadão de bem” somou-se o discurso anticorrupção, que, segundo o estudo, de “categoria antes utilizada para denotar um modo de conduta adequado” (2018, p. 9) passou a “ser usada para diferenciar formas de protesto (“violentas” ou “pacíficas”) e em seguida para evocar pautas de reivindicação contra (as pessoas do bem) ou a favor da corrupção (os/as bandidos/as)” (*Idem, Ibidem*).

Os 16 tipos de eleitores descritos são: “As pessoas de bem”, “Masculinidade viril”, “Nerds, gamers, hackers e haters”, “Militares e ex-militares”, “Feministas e bolsogatas”, “Mães de direita”, “Homossexuais conservadores”, “Etnias de direita”, “Estudantes pela liberdade”, “Periféricos de direita”, “Meritocratas”, “Influenciadores

digitais”, “Líderes religiosos”, “Fieis religiosos”, “Monarquistas” e “Isentos”. A cada tipo, a pesquisa relacionou uma visão básica, um perfil e seu objeto de repúdio.

Esse tipo de abordagem, buscando entender o processo, realiza, a meu ver, uma análise afinada com o que Latour defende em “Faturas/fraturas: da noção de rede à noção de vínculo”, uma vez que pontua os “vínculos” desses grupos com o significado do nome Bolsonaro para os rumos da política nacional. A pergunta que fica é: por que os editoriais não aprofundaram seus olhares para as eleições, trazendo à tona questões como as que o estudo levantou? Uma resposta possível é que manter as dicotomias “esquerda” e “direita”, “lulistas” e “bolsonaristas” alimentaria melhor o projeto subliminar, que, desde o resultado da eleição de 2014, havia decidido implantar a qualquer custo. Literalmente.

2.2.3 A análise teórica do processo eleitoral

Feitas as leituras críticas de alguns editoriais a partir dos temas “fabricação do candidato” e “fabricação do eleitor”, passo à própria justificativa para chamar esses processos de “fabricação”.

O livro de Bruno Latour intitulado *A fabricação do direito* (2019)⁶ foi a principal fonte de inspiração para que eu chegasse à ideia de “fabricação” de uma eleição. Latour, como cito no artigo que abre este capítulo, parte do verbo “fabricar” como algo que está implícito na pesquisa científica, no momento em que se dedica a compreender o “como” que está por trás do que “se faz”. Assim, o Direito, como ciência posta em prática nos processos, tribunais, leis e todos os atores envolvidos, é

⁶ Faço uso da edição brasileira de 2019, com tradução de Rachel Meneguello. Ver referências bibliográficas.

“fabricado” justamente pela conjugação de todos os elementos – ou engrenagens, em minhas palavras. A observação crítica do Direito como o produto vivo de uma sociedade requer, nessa percepção, entender e ler os sentidos impregnados nos diversos textos que se cruzam, até que se chegue a uma visão mais aprofundada de sua materialidade.

Quando pensamos em uma eleição, não há como não ver que há uma conjugação de “fatos” que, compreendidos, nos levam a percebê-la não como um acontecimento limitado a uma circunstância de tempo, mas como o resultado de um “fazer” que envolve uma série de agentes – partidos, políticos, empresários, agentes do agronegócio, bancos, estatais, servidores públicos, aposentados, indígenas, trabalhadores CLT, igrejas, classe artística etc. – e uma série de acontecimentos que vão desde fenômenos naturais de grande impacto que podem interferir no modo de “ser” de uma eleição a fatos relacionados a diferentes segmentos da sociedade como um todo.

Falar da “eleição presidencial de 2018” não significa (pelo contrário), dizer que somente a eleição de 2018 foi fruto de uma “fabricação”. Toda eleição o é. Por isso, a necessidade de procedimentos prévios por parte dos partidos políticos até a definição de seus candidatos aos pleitos eleitorais previstos pela Constituição; a necessidade do estabelecimento de procedimentos por parte da Justiça Eleitoral, que define e fiscaliza a estrutura de funcionamento da engrenagem eleitoral; o envolvimento das mídias com a divulgação de informações que trarão luz para o processo eleitoral; a colaboração das instituições de ensino e das próprias famílias no exercício de seus direitos e deveres cidadãos; entre outros. Quando falo da fabricação do candidato, do eleitor e, conseqüentemente, da eleição, busco saber, especificamente, o que “se fez” para que chegássemos ao resultado final, considerando

um componente até então não presente de forma tão protagonista quanto a que agora se deu: a comunicação virtual.

Escândalos, boatos, manipulação de informações, exploração da vida privada como forma de atacar a vida pública, compra de votos, entre outros “fenômenos” nada compatíveis com o desejo de uma vivência democrática do direito ao voto, sempre estiveram presentes na história do mundo. Mas o que se vê hoje é que a rapidíssima circulação de informações via redes virtuais ampliou o próprio impacto de circulação de mentiras. Se antes delas, apenas jornais, revistas, rádio e televisão traziam o registro desses eventos nada recomendáveis, hoje eles nos chegam a nossos telefones pessoais. Invadem nossa intimidade em forma de avalanche de dados que não há sequer tempo para uma investigação cuidadosa de sua veracidade. Os fatos mais “espetaculosos” rapidamente “viralizam” e constroem pontos de vista frágeis como fontes, mas fortes como influenciadores de outras opiniões.

Foi o que se viu nas eleições estadunidenses de 2016, que até hoje reverbera questionamentos quanto à participação do então assessor de Trump, Steve Bannon, no processo e o uso das *Fake News* como modo de manipular a opinião pública e levar à presidência um candidato com perfil jamais imaginado para essa função. Esse referente histórico é elemento imprescindível para se pensar a própria eleição presidencial brasileira visto que, igualmente, alçou à presidência uma pessoa que viveu mais de duas décadas como político de segundo escalão e cuja truculência ganhou fama.

Assim, a ideia inspirada em Latour, não é inédita nem pretende sugerir que somente em 2018 houve um processo eleitoral fabricado. O que desejei, e volto a sublinhar, é entender o que há por trás dos fatos e como os editoriais de dois grandes jornais estão envolvidos nesse fabricar, visto que apresentaram e debateram fatos eleitorais.

É difícil prosseguir no caminho democrático quando a criminalização do fazer político é a prática politicamente produzida, visando a conduzir grupos a certo encaminhamento de pensamento e ação. Segundo Latour, a formação de grupos está inteiramente ligada ao fazer-se presente. E essa presença é estabelecida através dos meios de produção do social (LATOURE, 2012, p. 64) que renovam as sociedades e as põem em movimento. O movimento é que define os meios sociais enquanto conjunto social. Uma sociedade não se estabelece pela imobilidade ou pela edificação dos seus conjuntos de representações sociais. Pelo contrário, a dinamicidade dos acontecimentos é que impõe aos agrupamentos uma condição para interagirem, quando se fizer necessário, e transformarem essas representações em algo constantemente manipulável. Por isso, Latour recorre a dois termos técnicos para explicar a atuação dos atores em rede: mediadores e intermediários. Vejamos o que ele diz:

Um *intermediário*, em meu léxico, é aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai. Para todos os propósitos práticos, um intermediário pode ser considerado não apenas como uma caixa-preta, mas uma caixa-preta que funciona como uma unidade, embora internamente seja feita de várias partes. Os *mediadores*, por seu turno, não podem ser contados como apenas um, eles podem valer por um, por nenhuma, por várias ou uma infinidade. O que entra neles nunca define exatamente o que sai; sua especificidade precisa ser levada em conta todas as vezes. Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam (LATOURE, 2012, p. 65).

Essa conceitualização do que significa ser intermediário e mediador não é nada mais nada menos que o núcleo discursivo

da teoria do Ator-Rede. Para a minha pesquisa, cabe, nesse sentido, identificar qual foi o papel desempenhado pelos editoriais. Porém, é do caráter da teoria a que recorro apontar que essa resposta será dada pelos próprios editoriais. Não será um simples ato discricionário de minha parte que separará os atores em suas salas de atuação. O que definirá as suas atuações é o modo como se movimentaram durante o período recortado da análise.

Em primeiro lugar, é fundamental assinalar que a atuação dos periódicos não deve ser observada – e aqui volto a seguir as ideias de Latour sobre o necessário abandono às dicotomias, tal como tratei na abertura deste capítulo –, de forma excludente, como de intermediação ou de mediação. Momentos há em que um editorial assume a função de intermediário, apresentando, ainda sem defender pontos de vista, informações que coleta de registros históricos, estatísticos, referenciais. A atuação como mediador se dará quando essas informações forem organizadas e distorcidas para provocar um efeito desejável e por trás do qual se pode chegar a pontos de vista que, em algumas situações do cenário da política e da democracia, não fazem jus ao que se espera de uma imprensa responsável.

Os elementos de intermediação, nos editoriais que compõem este capítulo, podem ser vistos quando dados de pesquisas são trazidos à cena, ou quando são apresentados números divulgados por órgãos ligados a resultados econômicos. No entanto, como algumas vezes já destaquei, percebe-se um encaminhamento direcionado nas análises de alguns eventos ou fatos, que deixam implícitas as opções dos dois jornais pelas questões econômicas.

O que já estava indo muito além do que se pensava era que o “mito” acabara de furar a bolha das classes sociais. O seu exército de eleitores, como fiéis seguidores que são, faziam a melhor propaganda do candidato, catapultando o seu nome com os seus

discursos autoritários aos mais longínquos celulares. Nesse ponto nota-se a integração entre o eleitor e o candidato. Nessa relação de transformação, identifica-se um processo mútuo de fabricação a partir do gosto formado pela performance política do candidato.

Latour (2012, p. 59) também distingue o que é considerado ostensivo do que é considerado performático. Para o autor, ostensivo é o que se vale de uma espécie de definição dos conceitos já categorizados e que terminam por enquadrar os pré-acontecimentos, de possíveis devires, em nomenclaturas arbitrariamente já conceitualizadas e formuladas em epistemes já definidas. Poderíamos entender esse momento de ostensividade como continuidade de um pensamento sobre algo já existente e que apenas revela uma nova face de um mesmo rosto. Performático, por sua vez, seria a ebulição ou a preparação para o que ainda está porvir. Seriam os primeiros ensaios para a constituição de uma futura peça que não se sabe ao certo se vai existir ou não.

A performance é um tipo de recurso que se usa como proteção, mas também como libertação. Nesse sentido, podemos entender que o uso performático das relações é algo bastante comum entre os atores. Considerando que, no embate eleitoral de 2018 para Presidente da República, tínhamos, preferencialmente, dois candidatos que despertavam tanto os melhores quanto os piores sentimentos, o recurso a ser utilizado por uma dessas candidaturas foi o uso desproporcional de uma “agressividade retórica”. Segundo o editorial anexado a esta análise, e aqui reproduzido em breve citação, o candidato em questão transformou a fala autoritária em plataforma eleitoral.

Percebam que a categoria do “machão autoritário” ganhou o verniz da propaganda de que tão logo chegasse ao Palácio do Planalto, o homem branco reorganizaria a casa de acordo com o modelo superestimado dos anos 60. A fala caiu como luva para os

movimentos que representam as minorias, com especial atenção para o movimento de mulheres identificado como “Ele não”. O candidato que vinha sofrendo um desgaste diário com o eleitorado feminino que corroía a esperança de chegar ao cargo máximo da República, contou com a ajuda de outro movimento de mulheres chamado de “Ele sim”. A crítica que Latour lança a esse modelo pré-existencial de rótulos já pré-definidos, em relação aos agregados sociais, é o impedimento de se investigar a atuação dos atores em movimento. Nesse sentido, restringir o olhar sobre o objeto actante furta ao pesquisador entendê-lo mais satisfatoriamente pelo que se apresenta como disposição em fazer-se e refazer-se, em sua inteireza de dados revelados pelo informante.

O método de que a teoria latoureana faz uso é o de descrever, sem nenhum preconceito, os passos da ação política. Quando se analisa com essa objetividade é que é alcançada a resposta para os inúmeros modos de existência performática dos atores. Cito:

Uma das maneiras de realçar essa diferença é dizer que os agregados sociais não são objeto de uma definição *ostensiva* – como copos, gatos e cadeiras, que podem ser apontados com o indicador –, mas apenas de uma definição *performativa*. São feitos pelos vários modos que lhes dão existência (LATOUREAU, 2019, p 59).

O sociólogo francês Antoine Hennion escreveu dois artigos sobre a atividade que forma o gosto. Assim que os li, logo pensei em utilizá-los como uma das fontes de diálogo teórico. Os artigos me chamaram atenção por abordarem os temas das práticas e das reflexividades sobre a formação do gosto, através da mobilidade das atividades que os atores produziam e/ou desenvolviam. Achei extremamente pertinente trazê-los ao texto acadêmico, pois acre-

dito que entre o candidato e o eleitor existe uma correspondência de vontade intensa, já que os dois estão ligados pelos elementos do afeto, do prazer, do gesto, do acontecimento etc.

O primeiro artigo Hennion já mira no alvo e acerta a ação como a prática que agrega os significados dos fazeres dos amadores. Como já disse, nós podemos substituir a figura do “amador” pela figura do “eleitor”. Tanto o amador quanto o eleitor são levados a crer em determinados rituais, sem perceber que esses ritos contornam e/ou desviam por sobre ou abaixo as linhas dos sentires e das percepções. O que é bastante intrigante, pois esse desvio termina por oferecer aos amadores/eleitores uma concepção reflexiva sobre o gosto das coisas de forma dessocializada das práticas hegemônicas. Vejamos:

Uma concepção reflexiva da atividade dos amadores atua de um ponto de vista mais respeitoso tanto da sua concepção do gosto quanto das suas práticas para lhes revelar a si mesmos. Os amadores não “creem” no gosto das práticas das coisas, ao contrário, eles devem fazer com que eles mesmos as sintam. Eles não param de elaborar procedimentos para pôr o seu gosto à prova e para determinar a que ele responde, apoiando-se tanto nas propriedades de objetos que, longe de serem dadas, devem ser desenvolvidas para serem percebidas, quanto nas competências e nas sensibilidades a serem formadas para perceber essas propriedades (HENNION,2010, p.34).

Nota-se na citação a existência de uma mutualidade a partir do duplo amador que utiliza uma técnica de conhecimento do próprio objeto, através da percepção, como também da prática. O conhecimento do objeto perpassa por esses dois procedimentos

que avaliam se aquele objeto merece um olhar e uma vivência mais íntimos. Vê-se aqui a existência de uma clivagem relacionada à propriedade objeto.

Na eleição presidencial de 2018 no Brasil ocorreu o mesmo. Criou-se um ponto de segurança que, caso fosse ultrapassado, levaria o país a entrar em colapso, cantilena repetida pelos quatro cantos do país. E esse colapso adviria caso o Partido dos Trabalhadores se consagrasse com a quinta conquista ao topo da montanha. Ou melhor: ao topo do poder!

Por que eu escrevo isso? Como diz Hennion (2010, p. 35), as conquistas são marcadas pela ficção dualista do elemento segurança. O prazer não está em chegar ao topo, mas em chegar ao que foi planejado. Traçam-se planos ou vias que asseguram aos/as amadores/as a atividade seja ela qual for: escalar uma montanha, degustar vinhos, eleger uma candidatura... É notório que os verbos conjugados no futuro do subjuntivo apresentam uma ação que determina a atividade do amator/ eleitor/ ator. Por exemplo: quando eu escalar...; quando eu degustar...; quando eu eleger... Nenhuma dessas hipóteses que revelam uma finalidade tem mais relevância do que o período da preparação para o desafio. Esse, o desafio, não tem importância porque o objetivo não é alcançar o cume, mas o que acontece durante. Não existe distinção entre o objetivo e a realização. Ambos são reduzidos analogamente à instrumentalidade superficial da ação. Das técnicas de relação! Meio e objeto são a mesma coisa (HENNION, 2010, p.36).

Também Antoine Hennion (2011), agora no artigo “Pragmática do gosto”, fala do que ele chama de “virada pragmática do gosto”. O corpus da sua pesquisa é a música e os seus vários gêneros, no entanto, o sociólogo não afasta a possibilidade de se investigar o gosto comparativamente a outras paixões como a culinária, o esporte e a degustação de vinhos. A virada pragmática do gosto

é o mesmo que a adoção de um novo modelo de prazer que visa reformular o que se deve gostar. Dizer que as pessoas estão em constantes transformações me parece ser algo mais do que comum quando relacionamos as mudanças aos aspectos externos ao corpo. Porém, quando situamos as transformações ao fazer como uma proposição interna corporis, iremos navegar por um universo, ou melhor, pluriverso, bem mais complexo do que o conjunto de elementos que constituem o espaço fora do corpo. Primeiro, as relações internas das incertezas como uma provação para a fabricação dos sentidos; segundo, as práticas externas das controvérsias e a relação com a coletividade. São essas relações que irão descortinar o que poderá ser considerado mediador e/ou intermediário, do gosto político – no caso da pesquisa, o gosto é sobre a política – e da reconfiguração do gosto do eleitor por uma candidatura. Por isso, a eleição só pode ser medida por aquilo que dela resultou.

Trazendo Hennion para o âmbito de minha pesquisa, lembro que, segundo o autor, o trabalho do teórico/pesquisador não consiste em sintetizar específicas transformações do gosto dos amadores, como ocorreu nas eleições brasileiras, em jaulas que os classificam como objetos imóveis e que ali permanecerão para sempre grudados naquela dimensão. Tipos como o “eleitor de classe média”, o “pobre de direita”, os “esquerdopatas” etc. perdem o vigor quando são analisados e classificados como espécies definidas. O pesquisador, ao trabalhar com o tema do “gosto” e as suas variações performáticas, necessita ir além das categorias que determinam formas já estabelecidas como sendo formas pétreas e, portanto, imutáveis. Hennion observa que:

Esse trabalho consiste em considerar reflexivamente a autoformação pragmática do gosto pelos próprios amadores,

e não em reduzir criticamente o gosto real através da sua sujeição a uma interpretação purificada (2011, p. 261).

Essa citação termina por proporcionar uma discussão sobre o que seria essa categoria ou, até mesmo, a conceituação da “autoformação da pragmática do gosto”. Ao que parece, partindo de uma análise reflexiva própria, pois o autor não faz menção direta ao significado da categoria/conceito, ela se refere aos amadores como produtores dos seus próprios “gostos”. O que isso quer dizer? Que o amador não se sente compelido a adotar gostos considerados como de alta ou baixa cultura?

A classificação que se faz da alta e da baixa cultura tem uma inclinação para o sistema padronizado de hierarquias que medem e delimitam a atividade do amador. Isso quer dizer que o amador é incapaz de pensar e escolher, por si mesmo, o que quer ouvir. E aqui trago essa linha de pensamento para a minha pesquisa, transformando o amador no eleitor, desdobrando o que fora dito sobre o amador para o eleitor: será que ele é incapaz de pensar e escolher por si mesmo? Parece-me que o que transparece dessas linhas de pensamento que congelam categorias/conceitos no campo divino é uma determinação de como o objeto deve ser investigado. E se de fato for isso, não resta outra avaliação senão a de uma arrogância sem precedentes.

Os objetos se movem e mediam as relações entre si. Não são alvos passivos, mas ativos e que transportam e impulsionam as suas ações. Tanto os amadores, objeto do artigo de Hennion (2011), quanto os eleitores que são o objeto dessa pesquisa, são inteiramente autônomos. E é por isso que eles são produtores das suas gramáticas de vontades e de interesses.

Isso fica evidente, no caso dos eleitores, quando a propaganda contrária às dos candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, que eram consideradas perigosas, por serem tidas como extremistas em

alguns dos editoriais coletados, não surtiu efeito. Os eleitores, como fabricantes do próprio gosto, escolheram essas duas candidaturas e conseguiram levá-las até o segundo turno. O que torna o desafio ainda mais complicado dessa empreitada científica é tentar comprovar essa autonomia de escolha por meio dos modos que os/as eleitores/as optaram de se fazerem ativamente presente ao invés de serem passivos no jogo das diferenciações sociais (HENNION, 2011, p. 261). Mas antes, é necessário desconstruir um dos editoriais que não falam diretamente com os eleitores, mas que optou por se dirigir aos candidatos considerados radicais. Cito:

Quem participa da eleição presidencial adere tacitamente a um contrato com a nação. Obriga-se a aceitar o resultado soberano das urnas em caso de derrota e, na outra hipótese, a respeitar a Constituição e os direitos fundamentais ao conduzir o governo (*Folha de São Paulo* – 29.09.2018).

“A hora do compromisso”, publicado pela *Folha*, faz um chamado aos candidatos e aos eleitores apontando para as responsabilidades relacionadas a uma eleição presidencial. O chamado, que mais parece uma ameaça do que outra coisa qualquer, é direto ao informar que diante de qualquer resultado advindo das urnas, a única hipótese plausível e aceitável é a de respeitar a decisão soberana do povo: “Chegou a hora de expressarem compromissos definitivos com a democracia”. Essa preocupação é explicada pelo fato de que o jornal entende que as duas opções que lideravam a corrida acenam para ideias autoritárias e que poderiam ser consideradas como estelionato eleitoral. E é por isso que

Os eleitores têm o direito de saber, antes da votação, o que prega a campanha do capitão reformado sobre as atri-

buições do presidente da República. Pode desfechar um autogolpe e convocar uma constituinte de notáveis, como afirmou seu candidato a vice? Pode atropelar votações no Congresso Nacional, como teorizou seu assessor econômico? A resposta da Constituição a essas duas perguntas é não. Qual é a de Jair Bolsonaro?

Manifestações de submissão ao enquadramento democrático também têm faltado a Fernando Haddad, do PT. O bordão “Eleição sem Lula é fraude”, cinicamente silenciado agora, carece de desmentido público. A agressão constante a decisões legítimas da Justiça e do Congresso, bem como o recurso sistemático à corrupção nas gestões petistas, ainda não foi objeto de autocrítica da legenda nem de seu candidato (*Folha de São Paulo* – 29.09.2018)⁷.

Vejamos que há uma imposição sobre os direitos dos eleitores de conhecerem quem são os candidatos que estavam despontando como os prováveis competidores em segundo. Da maneira como está publicado o texto, o leitor de língua portuguesa que não dispõe de informação sobre a política interna brasileira entenderá que naquele instante o diário paulista estava falando a dois iniciados na política.

Voltando a Hennion e a sua pragmática do gosto, o momento agora é o de adentrar no que ele chama de reflexividade do gosto como sendo uma quase definição desse gesto inaugural, motivado por uma suspensão, que nada mais é do que uma observação sobre os pré-acontecimentos que estão sendo fabricados, e que

⁷ Ressalto o peso do que o texto afirma diante do contexto hoje já evidente e consagrado da contaminação dos processos relacionados ao ex-presidente Lula pela parcialidade do então juiz Sérgio Moro.

poderão ser incorporados ao conjunto das percepções desse sujeito amador/eleitor, como uma característica da transfiguração das práticas corporais, coletivas e instrumentada, como uma atividade definidora dos amadores. Para o autor, perceber esse metabolismo é a mesma coisa que perceber a noção chave da reflexividade. Vejamos o que diz:

A noção chave aqui é, com efeito, a de reflexividade, ao mesmo tempo como modalidade central da atividade dos próprios amadores e como método necessário ao sociólogo para dar conta de tal atividade (HENNION, 2011, p 263 [Clifford e Marcus, 1986; Beck, Giddens *et al.*, 1994]).

A reflexividade é a de saber como as ligações e as práticas entre os amadores e os seus objetos se estabelecem. Fazendo uso dessa formulação, procurei identificar como se estabelece a relação entre eleitor e candidato.

A eleição deve ser entendida como uma atividade do eleitor. É aqui que a relação entre a reflexividade do gosto de Hennion (2011) e a teoria do Ator-Rede de Latour (2012) se encontram irmanadas em rastrear os acontecimentos quando esses estão em processo de modificação. É claro que identificar o momento exato que irá definir, segundo Latour, a complexidade do ator é o que caracteriza o objeto como um ser actante (mediador) ou um transportador (intermediário) de fluido que não altera o significado dos sentidos. No entanto, essa busca pelos meios metodológicos propostos pela teoria do Ator-Rede esbarra na concepção do que se entende por *social*.

Para o autor, a palavra *social*, consignada como adjetivo, designa duas interpretações completamente distintas: *substância* e *movimento*. Observemos:

O adjetivo social designa dois fenômenos inteiramente distintos: ele é ao mesmo tempo uma *substância*, um tipo de matéria, e também um *movimento* entre elementos sociais. Em ambos os casos, o social desaparece. Tomado como um sólido, ele perde a sua capacidade de associar-se; tomado como um fluido, o social torna a desaparecer porque só lampeja brevemente ao momento fugaz em que novas associações estão reunindo o coletivo juntas (LATOURE, 2012, p. 229).

Perceber o objeto na teoria do Ator-Rede é um ato de difícil apreensão, porque, para captar o instante da transformação, o átimo no qual o movimento, quase imperceptível, se torna real pelas pegadas impressas deixadas ao longo do percurso, é necessário, antes de tudo, ter a sensibilidade para “aprissonar” aquele movimento antes que se torne um embotamento trivial e, portanto, sem relevância para a teoria. É justamente isso que o teórico diz nas últimas linhas da citação acima.

Hennion também diz o mesmo ou algo semelhante a Latour quando discorre sobre a reflexividade da teoria do gosto. Parafrazeando-o, ele diz que se faz necessário levar o amator, ou actante, mais a sério (2011, p. 255), pois os objetos de que os mesmos fazem uso guardam uma sofisticação quando são associados às capacidades que desenvolvem, não apenas reprodutivas, mas, sobretudo, criativas. Essa observação me fez relacionar o eleitor ao actante dessas duas linhas de pensamento teórico. Principalmente o eleitor amator, considerado por mim como o eleitor médio, foi aquele definiu, dentro do seu campo pragmático e performático das práticas culturais (HENNION, 2011, p. 256), a eleição de 2018 para o cargo de Presidente da República.

2.2.4 A eficácia e os efeitos da propaganda negativa

Adentremos agora ao Tratado da Eficácia de François Jullien (1999). Faço questão de frisar que a presença dessa teoria no meu trabalho está, demasiadamente, ligada às demais já apresentadas, pelo simples motivo de ela também tratar de enfatizar as práticas e as ações. É necessário trazer para o debate o tema da propaganda negativa (OLIVEIRA, 2019) de maneira que se possa identificá-la como um processo que busca ser exitoso – o que quer dizer que será eficaz – possibilita o diálogo entre os conceitos.

A eficácia levantada por Jullien é um princípio que não poderia passar despercebido na minha apuração sobre os fatos que motivaram as eleições e o que deles decorreram. Como ponto nuclear dessa observação, irei analisar a eficácia da linguagem como recurso para os discursos catalogados nos editoriais, o que dessa cartografia de acontecimentos publicada nos jornais em suas tribunas de opinião diz muito sobre o que se desenhava no silêncio da performance dos eleitores e das candidaturas. Basta lembrar que modificações durante o desdobramento da eleição aconteceram em demasia. Marchas organizadas contra alguns candidatos, impedimento de candidatura, burla ao sistema eleitoral, produção e reprodução de *Fake News*, intervenção do judiciário no pleito etc., todo esse aparato interventivo foi manobrado de forma a manipular a opinião de quem estava indeciso entre uma ou outra candidatura.

Jullien, com o seu ensaio sobre a eficácia, colaborará com o desenvolvimento da abordagem no sentido de relativizar objetivamente, sobre nuances, relacionadas ao que ele estudou na China,

e, ao que estou estudando no Brasil. Pois, trata-se, de observar os movimentos dos atores políticos e a eficácia das suas políticas institucionalizadas. Menciona, o autor, ao fim do segundo tópico *objeto y referencias*, que os ensaios que compõem o livro não são um tratado de eficácia, mas sobre a eficácia.

O autor começa por reconstituir o instante histórico da China no século IV anterior a nossa era. Vale informar que aqui não abordarei os detalhes históricos que compuseram o texto de Jullien (2011) sobre os pensadores chineses e os conflitos que sucederam entre moralistas e realistas. O que interessa ao meu texto é o efeito prático da eficácia que vai da voluntariedade à imanência das ações. Ou seja, a minha discussão girará em torno do que é considerado como um capricho, uma espontaneidade, ao que é tido como essencial ou inerente à própria realidade que circunvizinhou o momento de transformação.

Essa transformação, entendida como uma busca por um modelo ideal passa por uma assimilação do mundo no qual vivemos. Entender o mundo e os acontecimentos dos fatos está vinculado à noção particular e coletiva de um plano de execução de dar forma a realidade. E quanto mais permanecermos com esse intuito de realização das nossas vontades, mas estaremos próximos de realizá-las (JULLIEN, 2011). No entanto, o mundo social não é de todo receptivo aos anseios de agrupamentos sociais específicos. Isso é o que torna o conflito entre as esferas do individual e do coletivo uma marcha, quase utópica, das realizações (friso que o uso da palavra utopia no texto não quer dizer outra coisa senão o sentido das realizações incompletas. Incompletas porque o mundo que projetamos não é o mundo em que atuamos. Há um enorme abismo entre um e outro). E aqui entendi que o conceito da eficácia proposto por Jullien está inteiramente relacionado ao da completude momentânea da ordem. Ou seja, a eficácia como sendo fruto de uma caminhada constante

em direção ao mundo, supostamente, idealizado.

A propaganda negativa tem como função a desestabilização dos adversários. É um jogo no qual está imbricada uma série de interesses e que, por isso, as partes que estão envolvidas no processo eleitoral a utilizarão sem nenhum pudor. Trata-se de uma batalha na qual aqueles que se sagrarem vitoriosos, não terão dúvidas que se utilizaram dos efeitos que propaganda negativa revelaram.

O candidato que conseguir conquistar adeptos fazendo uso da desqualificação do seu adversário como expediente se enquadrará literalmente no conceito de propaganda negativa. É óbvio que o conceito não se restringe apenas ao candidato que consegue se expressar, de maneira que venha capitalizar um coeficiente eleitoral seguro. Não! O conceito também está relacionado aos interesses que outros atores tenham e usem essa construção de elementos para substanciar, negativamente, o embate eleitoral, o embate de ideias.

O alinhamento das estratégias eleitorais com o que Oliveira (2019) chama de notícia-valor é um desses interesses. Esse diálogo, caso ele seja eficaz, renderá bons lucros aos que estejam envolvidos na promoção dessas ações. O “efeito cascata”, tradução livre do termo *ripple affect*, promovido pelos editoriais foram eficazes quando no período eleitoral os seus editoriais escolheram bombardear um partido e um candidato específicos.

Essa caminhada termina apresentando implicações durante o percurso. Implicações que aparecem quando as multiplicidades dos sentidos florescem em meio a um turbilhão de interpretações. O que, convenhamos, é um duplo desdobramento dos efeitos completos e incompletos da eficácia. Entendamos como efeito completo o que Jullien (2011) designa como aquele que tem excesso de causas explicativas, produzidas e finalizadas, e que possui uma natureza resolutive dos acontecimentos. Já os efeitos incompletos são

aqueles que estão em curso, em constante plano de transformação. Para diferenciarmos um e outro, cito Jullien:

Para diferenciarlo de éste, el *efecto* (más próximo a su fondo verbal *efficere*) es la dimensión operante de efecto, es lo que conduce a él y lo vuelve efectivo: es el efecto *en curso*, el efecto grávido de potencia, tal como dimana incesantemente del proceso iniciado, que corresponde a una lógica no de producción, sino de acontecimiento. Así, el efecto es el aspecto pleno, saturado, del *efecto* y, como tal, está demasiado hecho; el efecto, em cambio, es el efecto habitado por el vacío y llevado a producirse, es el *efecto* que se opera, en curso, por tanto nunca completamente manifiesto, como deficiente pero inagotable (JULLIEN, 1999, pp. 185-186).

É nítido que a relação entre os efeitos que produzirão a eficácia (como resultado das demandas) é simbiótica. O surgimento do efeito incompleto impulsiona o movimento para o “fazimento” do efeito que completará de forma resolutiva a modificação. Ao que parece, surgiu aqui uma relação fenomenológica sobre o conceito de efeito. Mas voltemos! Essa relação é muito próxima do que estamos chamando de fabricação e de seus devires.

Quando se pensa em fabricação e as causas que motivaram a produção do produto, não, necessariamente, o resultado que se obtém é aquilo que esperamos. O resultado pode ser completamente diferente, tanto sob o aspecto que motivou a causa quanto do que resultou como efeito. O que nos interessa é saber sobre a capacidade modificativa dos efeitos. Sem indagar de onde vem, mas, de como funciona como um rito processual da realidade. E aqui se abre uma brecha para o que trabalharei mais adiante; a

saber, no terceiro capítulo, com a proposição de Isabelle Stengers sobre *cosmopolítica*.

2.3 Notas de encerramento do capítulo

Feitas todas as alusões teóricas e/ou conceituais necessárias para a observação de alguns editoriais, chego aos aspectos que me permitem ver nesses textos instrumentos para se fabricar não só o perfil dos candidatos à eleição, mas também o do próprio eleitor. E aqui cabe a célebre pergunta: quem veio primeiro, o eleitor ou a eleição?

O eleitor é um ator que quando ganha a forma de actante tem a capacidade de transformar e, não apenas, de transportar a matéria intermediária definida como voto expressado pela vontade. Podemos dizer o mesmo do candidato, que, além de sê-lo, também é um eleitor com as prerrogativas que lhe são conferidas, mas também outras que lhe são dadas, visto que seus próprios votos são formas de convencer os demais eleitores a votarem em outras candidaturas que lhes seriam afins. Para esse candidato, a teoria latureana do ator-rede é ainda mais completa, pois ele pode se transformar em um mediador de altíssima complexidade.

O eleitor pode modificar o cenário de disputa eleitoral com o seu voto e com a sua participação direta – como militante que busca angariar votos para o seu representante – e indireta – quando apenas participa da eleição com a sua escolha pessoal e intransferível. O candidato, da mesma forma, caminha por um percurso quase semelhante não fosse o alvo central do jogo eleitoral. Ele segue todo o processo realizado pelo eleitor (pois também é um eleitor, como já mencionara anteriormente), porém, com três destinos, possivelmente, prováveis: a. no caso de ser derrotado no pleito, o candidato pode voltar à vida comum de eleitor que é; b. no caso de não ser eleito, ele pode ocupar um espaço nos setores público ou

privado (e isso depende do seu desempenho enquanto candidato!); e, c. em caso de êxito, ele tem o poder de transformar o ambiente político institucional.

Por tudo isso, tanto a fabricação do eleitor quanto a do candidato estão bem mais vinculadas ao destino do intermediário do que ao do mediador, guardadas as devidas e genéricas condicionantes de proporcionalidades entre aquela e essa candidatura.

Para comprovar que a fabricação do eleitor e do candidato nessa eleição de 2018 foi algo pensado apresento um fato determinante que o editorial de *O Globo* de 18 de agosto de 2018 (“Eleição depende de desfecho rápido no caso de Lula”) aponta. Refiro-me ao impedimento imposto pela lei da ficha limpa ao PT de concorrer às eleições tendo Lula como cabeça de chapa, e a insistência do partido em promovê-lo, mesmo *subjudice*, causando, segundo o editorial, um desconforto nas instituições que representam o judiciário, como se o que foi decidido não encontrasse alicerce na norma.

Podemos entender, com fatos semelhantes a esse, que houve a interferência no Estado Democrático de Direito, por uma outra força que corre paralelamente a ele e que disputou a própria eleição, por meio de suas candidaturas próprias ou candidaturas simpáticas a esses movimentos criminosos, atuando desavergonhadamente durante toda a corrida eleitoral, convencendo adeptos que, em princípio, não compartilham a mesma ideologia criminosa. Isso só mostra o quanto essa eleição foi atípica aos demais processos eleitorais. Aqui nós temos um caso evidente de fabricação do eleitor pela força da violência aos direitos de liberdade de escolha.

O editorial apresenta, em seu último parágrafo, esta célebre passagem:

Compreende-se que o país, e em especial o Rio, vive uma crise ímpar na segurança. Mas isso não pode ser pretexto

para que parte do eleitorado fique sujeita a pressões típicas de regimes de exceção. Portanto, é importante que se criem forças-tarefas e ações localizadas, como tem sido feito, para assegurar a lisura das eleições. Como convém a um Estado democrático.

Vê-se, nesse trecho recortado, que há uma relação de efeito, como bem falou Jullien (2011), que se desdobraria no modelo idealizado da eficácia. É certo que o efeito sobre o qual relatou o jornal estava em mobilidade e pode ser considerado como incompleto quando é observado pelo âmbito do contexto histórico que naquele instante se desenvolvia, visto que o acontecimento “Eleição” estava em franca ascensão germinativa.

Feitas todas essas reflexões, cabe, como conclusão desta etapa da abordagem aos editoriais, voltar a Laclau e perceber o diálogo entre títulos de editoriais como “Tristes fenômenos”, “Repúdio geral”, “Ele não, ele sim” e “Fantasmas petistas”, da *Folha de São Paulo*; e “Eleitor dá o troco a ações políticas contra a Lava-Jato”, de *O Globo*, com o que Laclau chamou de criação de “demandas populares”, para as quais se faz uso de palavras e imagens carregadas de figuras e investimento na afetividade (no caso, pelo ódio), promovendo uma demanda de equivalência de caráter populista que se sobrepõe à demanda de democracia. Assim, o uso de “tristes”, “repúdio geral” e “fantasmas” ratifica a ideia do compromisso desses editoriais com a manutenção de uma cisão que integrou candidatos e eleitores em duas frentes – “Ele não, ele sim” –, uma delas visivelmente demonizada. Todas essas circunstâncias do processo eleitoral, captadas no discurso dos editoriais, apontam para uma realidade bem distante do que Laclau identificou como “Estado do Bem-Estar Social”, princípio fundamental de uma sociedade democrática.

Parece pertinente, inclusive, aproximar as ideias de Antoine Hennion sobre a formação do gosto com o que Laclau identificou como componente afetivo, em que o processo eleitoral, como um “ringue” exigia lutas apaixonadas, nas quais, contudo, os sentidos de corrupção, justiça e ética, para citar três exemplos, foram se perdendo. De igual modo, a considerar a influência dos editoriais na elaboração de matérias de sites, blogs e informações divulgadas em outros canais midiáticos, podemos aproximar as reflexões de Laclau às de Jullien em seu ensaio sobre a eficácia. O uso do discurso para ampliar tensões e enfraquecer a lógica das diferenças no âmbito real das demandas sociais é um exemplo de eficácia.

Assim, também se pode perceber, pelas análises feitas até agora, o próprio esvaziamento do sentido de “eleição”, visto que salta aos olhos que o que estava a suceder na eleição não tinha ligação com os elementos clássicos da política, que visam debater sobre a possibilidade de oportunizar espaços de vivências dignos para todos. O que foi potencializado na fabricação do eleitor e também do candidato (ou dos candidatos) foi a tríade “segurança, corrupção e antipetismo” – como significantes vazios – ainda que sob o risco de se menosprezar o próprio sentido da democracia, tal como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

A ELEIÇÃO E O DEVIR

Chego a este momento da análise já mais confiante de ter intuído corretamente que a eleição presidencial brasileira de 2018 não só reforçou o papel dos editoriais como produtores de conteúdo político-eleitoral – ainda que, em alguns casos, fossem velados – como também consolidou a influência direta da realidade virtual, com suas múltiplas linguagens e canais, no processo eleitoral, e que deixou virem à tona práticas incompatíveis com o sentido de liberdade responsável e consciência cidadã que um regime democrático deve ter como forças norteadoras. Os fatos trazidos pelos editoriais, como se viu até agora, deram uma ênfase grande a fatores econômicos e, como veremos aqui, também se fizeram “vozes” a pautarem o futuro, como se, de algum modo, essa voz jor-

nalística fosse, ela própria, uma representante das ânsias do povo brasileiro como um todo. Nesse sentido, penso que se confirma a hipótese de ser possível encontrar rastros deixados na superfície das publicações, por meio dos quais se percebem “as peças do xadrez” que configuraram a eleição em foco.

Retomando o quadros temático que apresentei na Introdução é possível visualizar a expressividade numérica quando o tema é “economia”. Vejamos a série de termos que estão semanticamente relacionados à ideia e à realidade do tema:

Quadro comparativo 7

Termos	Número total de aparições <i>O Globo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (73)	Número total de aparições <i>Folha de São Paulo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (107)
agronegócio	0	0	0	5	4	3,7
Amazônia	0	0	0	8	5	4,6
Banco Central	4	4	5,4	6	4	3,7
crise	29	14	19,1	26	20	18,7
déficit	14	10	13,7	14	11	10,2
dólar	4	4	5,4	14	9	8,41
economia	37	21	28,7	33	27	25,2
inflação	15	8	10,9	12	10	9,3
meio-ambiente	8	3	4,1	1	1	0,93
mercado	18	15	20,5	28	19	17,75
Petrobras	14	7	0,95	9	5	4,6
previdência	16	8	10,9	16	12	11,2
Produto Interno Bruto	3	3	4,1	12	11	10,2

A presença expressiva de referentes relacionados à Economia e ao Mercado reforça a categoria de demandas populares de Laclau, no sentido de incutir no universo social temas que não são de uso comum entre as pessoas, mas que são utilizados como

massa de manobra, no sentido de criar vínculos entre as pessoas ditas “comuns” e o mercado de capitais. Esse tipo de manobra é o que faz gerar a propaganda negativa, que com seus efeitos pode tornar-se um referente para uma possível demanda popular. Esse tipo de estratégia discursiva dilui as demandas sociais em nome de uma demanda popular que poderá tornar-se um significante vazio. Reflexo disso foi, por exemplo, a apatia de segmentos da classe trabalhadora diante de mudanças tão profundas nas leis trabalhistas e nas leis da previdência social.

Esses números assinalam a preocupação em se reafirmar a situação de crise, pontuando as questões a partir de referentes econômicos ou financeiros e se dando pouco espaço a aspectos que pudesse estar mais ligados a temas como Direitos Humanos, Democracia, Ética. O que pude perceber até aqui, trazendo de volta a lembrança do editorial “A hora do compromisso”, da *Folha*, é que o processo eleitoral contou com “atores” principais ligados às estruturas de poder, inclusive os órgãos de imprensa mais importantes – importância aqui medida pela capacidade de penetração nas massas.

Revelador também é observar os números relacionados a Bolsonaro, Lula e Haddad. Vejamos:

Quadro comparativo 8

Nomes	<i>Folha</i>	<i>O Globo</i>	total
Bolsonaro (Jair Messias)	161	90	251
Haddad (Fernando)	87	98	185
Lula	57	143	200

Os números acima expressam, na visão do conjunto, que Bolsonaro foi o nome central do processo eleitoral quando é observado individualmente. Os modos polêmicos de atuação e comunicação; o jogo entre palavra e silêncio; o apelo à ideia de um “novo” sem

sustentação em fatos; a colaboração das mídias, quando silenciaram em relação a acontecimentos que violentavam a saúde da eleição como prática democrática, todos esses pontos, sem dúvida, tiveram o candidato Jair Bolsonaro como origem. Voltando a fazer alusão a Jullien (2011), a “eficácia” da campanha de Bolsonaro foi reafirmar, todo o tempo – ainda que sem um fundamento mais concreto –, seu nome como o “novo” capaz de derrubar a “velha” corrupção. Por exemplo, no editorial “Eleição é uma etapa num processo de mudança na política (O crescimento de uma direita assumida melhora o equilíbrio ideológico da representação)”, do dia 28 de outubro, de *O Globo*, percebe-se um tom explicitamente otimista em relação à mudança política no país, marcado por uma eleição em que a direita e a extrema-direita tiveram expressiva adesão popular. Ainda que não mencione o nome de Bolsonaro como o “novo”, a não alusão a seu partido e a justificativa para a busca por nomes novos ou “nem tão novos assim” insere o nome de Bolsonaro no campo semântico desse novo. E para alguém que tinha uma trajetória de sete mandatos de pouca expressividade conseguir espaço para concentrar praticamente todas as forças políticas adversárias do eixo progressista, só podemos concluir que foi uma campanha muito bem estruturada para obter o resultado que obteve. Além disso, cabe sublinhar, o editorial demonstra simpatia a uma mudança que, na verdade, e agora sabemos mais profundamente, se revelou um grande retrocesso em termos de espaço para as demandas democráticas. Vejamos o trecho que salienta esse aspecto:

Outro aspecto desta eleição é que PT, PSDB e demais partidos de alguma relevância chegaram à campanha manchados por desleixos com a ética. Lançada em março de 2014, a Lava-Jato passou a ser devastadora para PT, PSDB, MDB, PP, DEM, PTB, citando-se apenas os principais atingidos.

A grande fadiga de material que acelerou a corrosão do sistema político-partidário passou a abrir espaços para nomes que o eleitorado considerasse “novos” ou “outsiders”. Nem que não fossem tão novos nem outsiders assim (*O Globo* – 28.10.2018).

O sucesso foi tanto que pudemos assistir a uma associação tranquila entre termos como “arma” e “Cristo”, que talvez sejam, de fato, duas referências fundamentais ou duas microestruturas simbólicas que estão na base do “novo” Brasil que o voto demonstrou desejar ter. Democraticamente. Democraticamente?

Outro ponto que acendeu a minha curiosidade sobre possíveis conclusões sobre o sentido ou os sentidos de todo o processo observado se deu quando encontrei a expressão “*lawfare*” no editorial de *O Globo* de 18 de agosto no qual tem por título “Eleição depende do desfecho rápido do caso Lula”. O editorial condiciona a eleição à celeridade dos ministros/juízes quanto ao processo que tramitava no Tribunal Superior Eleitoral, TSE, que tinha como parte o ex-presidente Lula. Ali se afirma que delongar no processo só fortaleceria o grito de ordem de que “Eleição sem Lula é fraude!” – que os militantes do PT estavam reproduzindo a pleno pulmões –; pioraria o quadro eleitoral e até, quem sabe, poderia motivar um sentimento de insegurança jurídica. Por esse motivo, o editorial é incisivo na cobrança de uma resolução rápida da lide, mas também sublinha a necessidade de que fossem observados todos os ritos do processo. Mas essa análise será feita mais à frente.

Como eu já havia tratado dos candidatos e dos eleitores no capítulo anterior, agora iria me deter nas análises que remeteriam à eleição e ao devir. No entanto, ao me deparar com esse editorial do dia 18 de agosto, e entendendo que o desfecho rápido do caso apontado por ele era fundamental para que a eleição ganhasse

legitimidade – afinal, tudo estava acontecendo e tinha o respaldo dos tribunais que alicerçavam, por meio das suas decisões, a legalidade dos atos processuais formalizados –, fiquei instigado em querer saber mais sobre o termo *lawfare*, que de imediato me condicionou a investigar por quais razões o jornal associou o termo ao processo de Lula, já que tudo, absolutamente tudo, estava sendo alcançado pela lei.

Antes, entretanto, era preciso saber a recorrência do termo nos editoriais, ou seja, cabia investigar quantas vezes o neologismo teria sido citado no conjunto de textos que compunham o corpus da pesquisa, de modo a conferir outras possíveis abordagens ao tema. Fui ao corpus do trabalho e confirmei que apenas aquele editorial tocava no termo. Não desanimei e de pronto fui procurar elementos para, em uma nova perspectiva, incluí-lo na dissertação.

A nova consulta foi saber o que se falava sobre *lawfare* no espaço acadêmico e em matérias de mídia. Encontrei pouquíssimas coisas em português e outras em inglês. As referências em língua portuguesa quase todas são sobre o livro *Lawfare: uma introdução*, dos autores Cristiano Zanin, Valeska Martins e Rafael Valim, que acabara de ser lançado no segundo semestre de 2019 pela Editora Contracorrente. Cabe salientar que Cristiano Zanin e Valeska Martins são os advogados responsáveis pela representação do ex-presidente nos processos em que ele figura como parte. Mas, voltando para a expressão *lawfare*, o trabalho agora seria o de referenciá-lo dentro do contexto histórico da eleição de 2018.

Mas afinal, o que significa *lawfare*? Essa era a pergunta que exigia uma resposta imediata para que a importância do termo, dentro do contexto da pesquisa a que me propus, ficasse bem clara. E assim que encontrada a resposta, o vocábulo passaria por uma avaliação que averiguaria sobre a possibilidade de realmente inseri-lo na abordagem.

Já nas primeiras buscas por respostas, descobri que o termo *lawfare* é a contração da palavra *law* (direito) e *warfare* (guerra). Em tradução livre e literal, *lawfare* tem o sentido de guerra jurídica. Mas não de uma guerra convencional como aquelas que vemos nos cinemas ou nos meios de comunicação visual. Mas uma guerra produzida por palavras que utilizam o campo do Direito como cenário para alcançar “objetivos geopolíticos, políticos e comerciais” (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019, p. 12). Seria o uso do Direito como uma ferramenta para estratégias de aniquilamento do adversário através da força opressora da lei. E aqui saliento que, para melhor compreensão, é mister entender o adversário como o inimigo a ser defenestrado.

Desde os primeiros passos para o estudo do livro *Lawfare: uma introdução* é visível que o trabalho que os autores tiveram para desenvolver o tema com honestidade intelectual foi extremamente difícil, já que eles estavam imersos na defesa da vítima dessa estratégia de guerra jurídica. É claro que, para eles, que compunham a defesa do ex-presidente Lula, estar em uma situação daquela, como acadêmicos, era um privilégio, quando pensamos sobre a posição do sujeito e do objeto da pesquisa, o lugar de fala do pesquisador e a matéria pesquisada. Isso configura, sim, uma posição que denota privilégio científico. Por outro lado, deve-se pensar que a posição de pesquisador é afetada pela condição de parte integrante do processo. E é isso que deve ser sopesado para que a produção não seja atingida certamente pela afeição. E foi o que, a meu ver, aconteceu.

Nas páginas introdutórias, os autores têm o cuidado de explicar o termo para que não seja confundido com outros conceitos presentes nas discussões jurídicas e políticas. No trecho que citarei a seguir, os autores esclarecem que o *lawfare* não pode ser comparado com a judicialização da política, pois os elementos

que caracterizam tanto um quanto outro se desencontram nas motivações que implementam suas vontades. Na judicialização da política, as motivações para o seu uso tem como base a luta interna impulsionada pelo que é estritamente político. No caso do *lawfare*, o interesse motivacional também é político, mas acrescido das lutas geopolíticas e comerciais. Vejamos:

[...] o *lawfare* está acoplado às novas formas de guerras e de disputas desenvolvidas precipuamente pelos Estados Unidos e quaisquer pessoas, instituição ou governo pode dele ser vítima. Basta, para tanto, que haja um conflito – geopolítico, político e comercial – e pessoas do Sistema de Justiça e dos demais órgãos que aplicam o Direito estejam dispostas a manipular as leis e os procedimentos jurídicos para atingir fins ilegítimos com o auxílio de alguns recursos de persuasão (ZANIN; MARTINS; VALIM; 2019, p. 12).

Percebe-se que os campos que identificam uma situação de *lawfare* são os três já mencionados. Vê-se também que na citação um novo elemento surgiu e que sem ele a guerra jurídica esbarra na impossibilidade da sua existência: as pessoas. Para que seja estabelecida uma situação de *lawfare*, é, pois, preciso que pessoas estejam dispostas a manejar a lei de maneiras distintas para que se alcance determinada finalidade.

Na análise do editorial, vê-se que é nítida a posição do jornal no caso em questão. Além da cobrança por um desfecho rápido do caso envolvendo o ex-presidente Lula, também há uma referência para que sejam obedecidos todos os ritos jurídicos, para que não se possa, mais à frente, alegar algum tipo de vício processual, já que, com relação ao crime substancial, não haveria mais dúvidas. O jornal não menciona em nenhum momento a Constituição do

Brasil e nem faz alusão ao respeito que as instituições devem a ela.

Continuando com a leitura do libelo jornalístico, vê-se que a intenção do jornal é confundir o leitor, quando reverte a situação e afirma que a tática do *lawfare* é uma prática que o PT utiliza na defesa de Lula. O termo *lawfare*, que é desconhecido pela imensa maioria de brasileiros, veio justamente à tona pelas mãos da defesa de Lula. E o pior é que o jornal acusa o PT dessa estratégia sem saber o que se diz conceitualmente sobre o termo. Fica claro que o papel desse editorial é confundir os eleitores e pressionar o TSE para uma decisão rápida e sem vícios processuais. Cito:

Conforme costuma agir o PT – dentro de uma tática, aí sim, de *lawfare*, guerra judicial – a candidatura tríplice de Lula foi registrada, com Fernando Haddad de vice e Manuela D’Ávila, do PCdoB, de reserva, para abrir mais um round judicial. O partido e aliados desrespeitam a clareza com que a Lei da Ficha Limpa torna inelegível o ex-presidente, por ter sido condenado em duas instâncias, nas acusações de corrupção e lavagem de dinheiro, no processo do apartamento do Guarujá (*O Globo* – 18.08.2018).

Além da acusação da prática de *lawfare*, o diário carioca segue como se o ex-presidente desfrutasse de uma vida, apesar de ser presidiário, com regalias a ponto de sua solitária ser comparada a um comitê da campanha eleitoral de Fernando Haddad. Lugar, segundo o editorial, no qual estaria sendo arquitetado o golpe de mais estelionato eleitoral produzido e fabricado por Lula. E o texto continua informando que a proposta do PT, e do seu líder que se encontrava preso, é estender ao máximo a insistência da candidatura de Lula, para que isso redunde em uma transferência de votos para a chapa triplex, como o próprio jornal já mencionara.

Podemos ver aqui o que Laclau chamou de “demonização”, ou seja, fazendo associações entre o caso do tríplex e os nomes de Haddad e Manuela D`Avila, o editorial compôs um campo semântico que gerou a ideia de que todos eram parte de uma mesma coisa, ou, mais claramente, parte do que deveria ser odiado.

Essa estratégia de guerra de incluir setores da sociedade em um acordo que aponte para uma vontade comum é o que podemos entender como uma concepção sobre as formas de se pensar o projeto de guerra. E a parte da tática fica restrita ao ato de execução do golpe jurídico final. Apesar de vermos uma diferença conceitual entre estratégia e tática, no fim das contas, uma complementa a outra. Cito:

Deste modo, a tática é mais pormenorizada e mais contingente, naturalmente limitada no tempo e no espaço e destinada a resolver um problema específico. Já a estratégia compreende toda a campanha, inclusive a escolha das táticas e, nessa medida, assume certo grau de rigidez (ZANIN; MARTINS; VALIM; 2019, pp. 24-25).

Não esqueçamos que, para ser implantado o sistema de aniquilamento do inimigo, com suas estratégias e táticas pela via do judiciário, é preciso ter pessoas que se coadunem com esse mesmo ideário, com essa mesma vontade de aniquilar o oponente comum a todos que estão envolvidos no *lawfare*.

Feita a devida referência ao *lawfare*, neste capítulo, abordo a fabricação da eleição como sendo a arena da luta política entre as candidaturas, que pretenderam ocupar, por quatro anos, a cadeira de Chefe de Estado. Vimos no capítulo anterior que a fabricação do eleitor e a do candidato passaram pela formação de uma rede que utilizou, como elemento de manipulação política, chaves como a corrupção, a criminalização da política e o antipetismo.

Sedimentada nesses três pilares, a campanha política retratada nos editoriais formulou discursos que captassem eleitores e candidaturas que gravitavam pelo universo da dúvida sobre quem esses eleitores iriam apoiar. Para conquistar e arregimentar mais simpatizantes, os núcleos das campanhas não mediram esforços. Daí a utilização de meios antidemocráticos como o impulsionamento de mensagens via redes sociais.

A fabricação de uma nova eleição, ou melhor, de uma nova perspectiva governamental, está ligada ao *feitiche* (LATOURE, 2016) de como se deve atuar em um espaço que se deteriora, se desmorona, se transforma, e que causa uma completa e absurda insegurança entre os que sobreviveram à hecatombe causada pela mudança institucional de um novo paradigma político. Pelo viés da legitimidade transfigurada pela hermenêutica (ou como se costuma falar nos bastidores dos fóruns e dos tribunais: pelo malabarismo retórico dos que manejam com conhecimento a lei), a eleição de 2018 teve um caráter de justaposição entre o direito, a política, a economia, a educação, o comércio internacional, a geopolítica, etc. Essas imbricações não foram saudáveis ao jogo democrático brasileiro, porque vínhamos de uma ruptura institucional ocasionada por um golpe de Estado sofrido pela então Presidenta Dilma Rousseff. A retirada de Dilma do cargo foi a ponta do iceberg que se descolava do continente da legalidade e que se lançava solto pelo universo de uma oceânica crise institucional.

A fabricação da eleição foi essencialmente a fabricação de incontáveis agenciamentos que vieram se constituindo ao longo das eleições anteriores ao de 2018. Partidos que fizeram oposição ao Partido dos Trabalhadores durante todo o período em que este estava no poder não conseguiam, pelas vias legais, derrotar o PT. Com suas alianças fragilizadas e sem força para o debate político, a oposição precisava de uma nova narrativa que ultrapassasse a

pauta do embate retórico da política. Precisava de algo que mexesse mais profundamente no espírito das pessoas. Apenas a cantilena da corrupção, ainda que presente nas campanhas eleitorais, não era o suficiente para destronar o PT da cadeira que ocupava por três eleições seguidas. Eles precisavam, digo, a oposição ao governo do PT, de um elemento que combatesse a esperança e o símbolo máximo da sua representação. Eles precisavam combater esse elemento mítico que unia o povo ao Estado com uma nova novela, na qual os telespectadores acompanhassem o seu desenrolar nos jornais televisivos. Eles precisavam de uma Operação Lava Jato. Passo, agora, à leitura dos editoriais selecionados para os dois itens finais deste trabalho. Porém, antes, apresento eixos temáticos que circularam nos editoriais e durante o período eleitoral.

3.1 Eixos temáticos sobre a eleição como um fato histórico

O grupo de eixos temáticos que escolhi está diretamente relacionado ao debate histórico-político e apresenta um percentual mais uniforme de aparições de termos se comparado a outros, o que é compreensível, visto que a seleção de termos obedeceu à observação do que geralmente circula em campanhas eleitorais, tanto em termos de projeto político de gestão pública quanto em relação às próprias expectativas do eleitorado. Além dos termos, por assim dizer, comuns, inseri outros diretamente relacionados ao contexto político de 2018, como “Lava Jato” e “arma”. Assim, vejamos:

Quadro comparativo 9

Termos	Número total de aparições <i>O Globo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (73)	Número total de aparições <i>Folha de São Paulo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (107)
arma	16	5	6,84	4	4	3,7
centro	12	7	9,5	7	6	5,6
corrupção	39	23	31,5	25	22	20,5
crise	29	14	19,1	26	20	18,7
debate	25	19	26	42	28	26,1
democracia	44	18	24,6	19	13	12,1
direita	23	14	19,1	13	8	7,4
educação	17	10	13,7	24	15	14
esquerda	26	18	24,6	17	13	12,1
inflação	15	8	10,9	12	10	9,3
judiciário	17	12	16,4	14	11	10,2
justiça	21	15	20,5	14	10	9,3
Lava Jato	14	9	12,3	17	10	9,3
segurança	16	16	21,9	26	16	15
violência	19	7	9,5	11	5	4,6

Percentualmente, nos editoriais de *O Globo*, percebemos o destaque do termo “corrupção”, presente em 31,5% dos textos. Em seguida, os termos “democracia” e “esquerda” tiveram presença igual (24,6%), enquanto “direita” e “centro” apareceram menos (19,1% e 9,5%, respectivamente). Essa percepção – somada à presença de “Venezuela” e “comunismo”, entre outros termos, em outros grupos temáticos estudados nesta abordagem – leva à ideia de que o investimento temático talvez tenha sido conduzido para desconstruir o papel da esquerda em uma sociedade democrática, relacionando-a constantemente a regimes considerados autoritários, ainda que sob um viés de grande falta de conhecimento científico sobre as afirmações feitas, de que foi exemplo o chavão

“Vai pra Cuba”, eivado de visões fantasiosas sobre a realidade cubana, ainda tão desconhecida, em geral, pelo povo brasileiro. Ao mesmo tempo, a igual presença de “crise” e “direita” recorda o tom de muitos editoriais que sublinham a necessidade de mudança política como forma de superação da crise, tal como comentarei em outras partes do trabalho.

Ainda em relação à presença dos termos nos editoriais de *O Globo*, destaca-se a curiosa presença do termo ‘armas’, que, embora apareça, no total, 16 vezes, na verdade está concentrado em cinco editoriais, um deles com 11 aparições do termo. Trata-se justamente do primeiro editorial, intitulado “Violência não será combatida com mais armas”, visão que, com o decorrer do segundo turno, parece ter sido abandonada pelos editores de *O Globo*. Levando em consideração a inequívoca relação da candidatura Bolsonaro com a ideia de armar o povo brasileiro, esse desaparecimento do termo, de algum modo, indica que o jornal optou por não trazer o tema polêmico como pauta de seus editoriais, ficando, portanto, o argumento do primeiro editorial apagado pelo investimento na ideia da corrupção.

Surpreende também a baixa menção ao termo “violência”, uma vez que é um dos temas que mais aflige a população brasileira. Os editoriais parecem ter privilegiado o campo semântico de “justiça”, investindo na presença de temas relacionados ao poder judiciário. No entanto, somadas as referências à “justiça”, “judiciário”, “arma” e “violência”, temos 71 aparições, número bem próximo ao total de editoriais. O que se pode concluir com isso é que os editoriais mantiveram esse campo semântico sempre presente.

Nas análises que promoverei neste capítulo, recorrerei a oito editoriais (4 da *Folha* e 4 de *O Globo*), que imagino serem relevantes para a formação do olhar histórico acerca do que foi apresentado durante todo o período eleitoral como pontos de relevo a serem analisadas pela população.

O primeiro editorial da *Folha* selecionado para apurar o tema da “fabricação da eleição” foi o “Brasil inseguro”, de 19 de agosto. Pelo próprio título já se tem uma intuição em qual tema o editorial se deteve. É óbvio que a questão da segurança é um tema importante e por isso recorrente nos mais diversos países. Concordando sobre a relevância temática proposta pelo jornal, a pesquisa acabou por selecionar esse editorial para uma observação com maior acuidade interpretativa.

O texto, logo na abertura, informa sobre um levantamento divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no qual é revelado que houve, no país, um aumento de 2,9% em casos de mortes com intencionalidade e desmedida violência. O documento apresenta alguns números e compara, com os dados registrados na pesquisa, os índices de violência entre os Estados brasileiros.

O que é interessante apontar é que a violência, de acordo com o que foi exposto pela pesquisa, não está inteiramente ligada aos índices da economia financeira. A demonstração estatística diz que mesmo os Estados que têm uma arrecadação tributária maior sofrem com esse tipo de violência por mortes intencionais. E cita como exemplo o Estado do Rio de Janeiro. Vejamos:

Seria enganoso atribuir tamanha diferença apenas a fatores econômicos. No Rio de Janeiro, por exemplo, a cifra de 40,4/100 mil supera a de estados mais pobres, como Paraíba, Maranhão e Piauí (*Folha de São Paulo* – 19.08.2018).

Apenas para complementar a informação sobre a cifra apresentada de mortes por violência para cada habitante, o estado com o maior índice é o Rio Grande do Norte, que registrou o número de 68 por 100 mil habitantes.

O jornal continua cobrando do próximo governo um papel mais ativo da União na segurança pública. Segue comentando que mesmo a segurança sendo de responsabilidade dos estados, a União tem que participar mais ativamente e já indica a necessidade de ampliação do contingente da Força Nacional de Segurança Pública, como órgão que suplementaria as unidades federativas, ao invés de convocar as Forças Armadas para interceder nas regiões de conflito.

O outro ponto que se destaca e que talvez seja o mais relevante do editorial faz referência a uma possível revisão da norma penal no sentido de ampliar o uso das penas alternativas. O próximo momento, depois dessa observação sobre o tema da Segurança Pública, é sobre a interferência do Poder Judiciário, não de forma harmônica como preceitua a Constituição, mas de maneira a interferir nos papéis dos outros poderes. E esse tipo de ativismo não faz bem ao modelo de democracia adotado no país que é a democracia representativa.

No entanto, o jornal também tece críticas ao Legislativo, e comunica que o que impulsiona o Judiciário a intervir sem recorrência no Legislativo se dá exatamente por este, em muitas situações, declinar das suas prerrogativas constitucionais, ficando atrelado ao executivo e às suas medidas provisórias.

Outro editorial é “Bizarras ordenações”, publicado em 6 de setembro, que destaca o componente que foi decisivo na eleição de 2018: a tutela do eleitor, visto como um ser indefeso, por uma toga arbitrariamente invasiva. Esse paternalismo judicial furou a bolha que limita o raio de ação entre os poderes. E essa interferência já qualifica a eleição de 2018 como uma eleição completamente judicializada. Mais uma vez destaco aqui, à luz de Laclau (2013), em especial no que se refere ao componente “afeto” (pelo ódio) como forma de promover equivalências, o uso do adjetivo “bizarras” no

título do editorial, que não só cria a propaganda negativa em torno das instituições, mas do próprio sentido de justiça.

O jornal admite que a crítica ao ativismo judiciário não é uma espécie de castração das atribuições dos juízes. O que é apontado quando esse ativismo excede o bom senso é o que vem das revelações de decisões desencontradas e que terminam por promover insegurança jurídica. Cito:

Não que juízes se recusem a tutelar a imagem e a palavra alheias. Provocado pelo Partido Novo, que prometia praticar liberalismo de verdade no Brasil, um ministro do Tribunal Superior Eleitoral proibiu, numa decisão provisória, o PT de veicular uma propaganda em que prometia “trazer o Brasil de Lula de volta” (*Folha de São Paulo* – 06.09.2018).

São questões como essas que estão aquém do bom senso que deveria servir com uma balança interna do pensamento jurídico e do caráter constitucional que reza pelo equilíbrio entre os poderes.

Passemos agora para a terceira e quarta perspectivas de analisar a “fabricação da eleição” via candidaturas que se movem dentro desse grande corpo orgânico que é a eleição.

O primeiro é o “Encruzilhada petista” de 24.10.2018. O título do jornal já cria a imagem de dúvida associada ao PT como resultado do momento que ali atravessava. É como se o partido estivesse numa estrada que em determinado momento oferecesse inúmeras bifurcações de modo que a situação suscitasse dúvidas sobre qual caminho seguir.

Inicialmente, o jornal transcreveu o discurso de apoio da candidata Marina Silva, que acabara de cobrar do seu ex-partido uma autocrítica corajosa para que possa, ele o PT, se fazer alternativa democrática para o Brasil. O jornal segue com as adesões críticas

à candidatura de Fernando Haddad. Adesões que ficaram mais no aspecto da particularidade do que em uma participação direta na campanha do petista. Como foi escutado no durante o período do segundo turno: um apoio crítico. Cito:

Ainda que se devam descontar das declarações ressentimentos comuns nas batalhas políticas, cumpre apontar que Marina e Gomes fazem críticas das mais pertinentes em seu apoio relutante.

Por um lado, pode-se considerar que a estratégia do PT no pleito deste ano foi bem-sucedida ao levar Haddad ao segundo turno, ao manter uma bancada de deputados expressiva para os padrões nacionais e ao eleger três ou quatro governadores no Nordeste (*Folha de São Paulo* – 24.10.2018).

Vê-se que os ressentimentos políticos não haviam sido esquecidos e, naquele instante de definição, os candidatos com expressão nacional, notadamente Marina Silva e Ciro Gomes, cobraram do PT uma autocrítica que já vinha sendo reproduzida nos meios de mídia nacional. Essa cobrança, retomando o conceito de ator-rede de Latour, pareceu, em determinado momento, um subterfúgio para que ambos se isolassem da própria rede. Ciro Gomes optou por se fazer um “crítico” feroz das duas pontas do conflito, para a grande decepção dos eleitores de esquerda, que pareciam confiar no bom senso de Ciro. Mas não foi assim. O isolamento de Fernando Haddad chegou ao ponto de sua presença nos meios de comunicação ser rechaçada pelo simples fato de seu oponente não ter aberto espaço para o debate.

Diferentemente de Fernando Haddad, o seu adversário, o ex-Capitão do exército Jair Bolsonaro, navegava por águas calmas entre os que prestam apoio a sua candidatura e aqueles que são

simpáticos a ele. Principalmente os militares que, segundo o próprio editorial, estariam, propositalmente, mantendo-se distantes dos embates políticos partidários.

O editorial “Bolsonaro e militares”, de 25 de outubro, confirma que nesses 30 anos de (re)democratização do país, os militares não têm se envolvido em temas partidários abertamente. Como a classe enfatiza a cada questionamento sobre uma determinada circunstância que refira à política institucionalizada, o papel das Forças Armadas é defender o país.

No entanto, às vésperas do julgamento do *habeas corpus* impetrado pelo ex-Presidente Lula no STF, manifesta-se o General Eduardo Villas Bôas, que em momento anterior (2013), quando do surgimento dos primeiros grupelhos pedindo a volta dos militares ao poder, foi enfático ao rebatê-los os chamando de “tresloucados”. Esse mesmo General, em uma manifestação via rede social, que foi lida com um tom de ameaça pelo apresentador do jornal nacional da Rede Globo, declarou que o Exército repudiava qualquer decisão que redundasse na impunidade do ex-Presidente. Leiamos:

O mesmo general, infelizmente, aventurou-se em manifestação descabida em abril deste ano, quando o Supremo Tribunal Federal preparava-se para julgar *habeas corpus* impetrado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na ocasião, Villas Bôas declarou o repúdio do Exército à impunidade, o que não inevitavelmente seria lido como aversão a uma decisão que evitasse o encarceramento do líder petista, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro (*Folha de São Paulo* – 25.10.2018).

Essa postura do General Villas Bôas e as posteriores manifestações, louvando-o pela atitude, foram a senha pública para que

os militares entrassem de vez na eleição de 2018. Esse episódio foi significativo para a inserção das Forças Armadas como componente político fundamental para a demanda popular criada em torno do combate à corrupção. Se a história do Brasil documentava a incompatibilidade entre as práticas democráticas e a militarização do governo, essa demanda funcionou como um apagamento da própria História, ela própria, portanto, transformada em um significativo vazio (LACLAU, 2018).

O primeiro editorial de *O Globo* a ser investigado nas análises que seguem sobre a “fabricação do eleitor e do devir” é o que remete a um enfrentamento entre liberais e conservadores. O título é “Embate é essencial entre liberais e conservadores”, com publicação datada em 25 de agosto.

O editorial saúda a presença que dessa tensão e afirma que quem ganha com o choque entre essas correntes é a democracia e conseqüentemente a eleição. Impressionante mesmo é como se descreve a oposição entre liberais e conservadores a partir do contexto histórico da cena política brasileira.

Diz o jornal que, até bem pouco tempo atrás, uma parte significativa dos políticos brasileiros se diziam quando muito “de centro”. E ser de centro tinha o mesmo significado de ser conservador. Aqui cabe informar que uma coisa não exclui a outra. A pessoa pode ser um conservador liberal sem prejuízo tanto de um quanto de outro. Como próprio nome diz, ser conservador é ser adepto das formas e dos conteúdos a partir dos quais se estabelecem os Estados de Direito. E ser liberal é o mesmo que defender as garantias individuais a partir da conquista dos direitos civis.

Com essa pauta equivocada, o diário apresenta dados de uma pesquisa do Ibope nos quais revela o crescimento de identificação da sociedade brasileira com temas do espectro do conservadorismo. E afirma que a sociedade brasileira é conservadora. E isso é

fato que deve influenciar na eleição presidencial de 2018, a partir dos embates que poderão surgir. Cito:

É notável nos debates presidenciais a inibição dos candidatos liberais e progressistas na defesa dos ideais que norteiam uma parte da população, ativa na reivindicação das liberdades civis.

Esse embate é fundamental e necessário. O confronto de ideias conduz ao reconhecimento da legitimidade dos porta-vozes. Não existe democracia sem autêntica representação de conservadores e liberais na arena política. (*Globo* – 25.08.2018)

O editorial seguinte “Voto de Barroso no TSE desmonta farsa armada em órgão da ONU” refere-se à decisão do colegiado do Tribunal Superior Eleitoral, TSE, quanto ao impedimento do ex-Presidente Lula de concorrer às eleições. Segundo o TSE, o impedimento se sustentou no fato de Lula estar enquadrado na lei de ficha de limpa que impede a participação de candidatos concorrerem após o trânsito em julgado de sentença condenatória. A decisão apenas confirma o que já era esperado: a “insofismável condenação” pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro tornou improvável a permissão do registro da candidatura do ex-Presidente.

A guerra jurídica que se estabelecera ganhou mais importância quando os advogados de Lula, de posse de uma recomendação do Comitê de Direitos Humanos da ONU, recomendou que impossibilitar a participação de Lula nas eleições como candidato infringiria a própria constituição brasileira no seu artigo 5º, § 3º sobre tratado e convenções internacionais que versam sobre Direitos do Humanos.

O editorial qualifica que o voto do Ministro Luís Roberto Barroso foi preciso quando desconstruiu a “patranha” prota-

gonizada pelo comitê da ONU em parceria com a defesa do ex-Presidente. Cito:

Como ficou registrado no voto de Barroso, não houve qualquer pronunciamento “da ONU”, mas de um órgão administrativo da instituição, chamado Comitê de Direitos Humanos. Não confundir com a Comissão de Direitos Humanos, em que países são representados. Dos 18 componentes do tal comitê, dois concordaram em tomar a medida cautelar em favor da candidatura, sem que ela tivesse ou tenha qualquer efeito vinculante sobre a Justiça brasileira, apesar do entendimento em contrário do ministro Edson Fachin, único voto no TSE pelo acolhimento do pedido. Foi derrotado por seis a um (*O Globo* – 04.09.2018).

Situações como essa só demonstram o quanto o pleito eleitoral de 2018 no Brasil foi judicializado.

Seguindo na mesma direção de procurar identificar pontos publicados que demonstrarem a “fabricação da eleição” pelos editoriais, chego ao editorial “É preciso não banalizar o risco de golpe” de 15 de setembro. Nele é dito que o risco de não se levar a sério as posições, consideradas radicais, representadas pelas duas candidaturas que lideravam a corrida eleitoral, a do PSL e a do PT, e das quais escapavam espectros ideológicos. Segundo o editorial, as tensões que circulavam por esses campos iam muito além de uma acirrada disputa entre direita e esquerda. Por isso, observa-se que:

[...] apenas a disputa entre campos ideológicos opostos não explica esta banalização com que a possibilidade de ataques ao estado democrático de direito tem sido tratada em debates, conversas e prospecções.

Há também especulações desastradas de candidatos sobre situações-limite de anarquia derivadas da ausência do Estado em que seria necessária a intervenção estabilizadora de militares.

Existem também, como ameaça à democracia, menções, na esquerda, ao controle dos meios de comunicação — censura — e um descabido apoio à ditadura nacional-populista venezuelana, regime que deve ser repudiado sem condescendência.

Admitir a possibilidade de golpe, não importa de que lado venha, é subestimar as instituições e uma sociedade civil robusta que se constrói no Brasil (*O Globo* – 25.09.2018).

Nota-se que o editorial levanta a hipótese de existirem algumas existências que rondam, feito fantasmas, a democracia e que, talvez, apenas a intervenção militar fosse capaz de garantir a ordem institucional.

O jornal ingressa por uma pauta que remonta aos idos de 1964, quando da “ameaça comunista”, sob o aspecto das reformas que o então Presidente João Goulart gostaria promover no país, flertava com a possibilidade de institucionalizá-las como políticas públicas. O jornal continua informando que, em uma sociedade cada vez mais fortalecida pelo sonho democrático, não pode e nem deve tolerar situações que ameacem as liberdades.

Outro elemento fundamental para entender a eleição presidencial de 2018 foi, como já dissemos, a presença maciça das redes sociais e que passou quase que despercebida pelos editoriais. A presença, nos editoriais de *O Globo* e da *Folha de São Paulo*, de referentes diretamente relacionados à realidade virtual que, como já afirmei, foi um dos aspectos mais marcantes do processo eleitoral em 2018, se faz relevante observar a ausência de termos que pode-

riam indicar uma preocupação dos editoriais em problematizar a presença da realidade virtual na eleição presidencial. Observemos a tabela que apresenta os termos em ordem alfabética:

Quadro comparativo 10

Termos	Número total de aparições <i>O Globo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (73)	Número total de aparições <i>Folha de São Paulo</i>	número de editoriais em que apareceu	% de aparições no conjunto de editoriais (107)
<i>Facebook</i>	3	1	1,3	0	0	0
<i>Fake News</i>	4	2	2,7	4	3	2,8
Mídias(s) Mídia digital	0	0	0	0	0	0
Redes sociais	4	3	4	5	5	4,7
<i>Twitter</i>	1	1	1,3	0	0	0
<i>Whatspp</i>	4	1	1,3	4	3	2,8
<i>You Tube</i>	1	1	1,3	0	0	0

Como a tabela acima demonstra, apenas os termos “*Fake News*”, “redes sociais” e “*Whatsapp*” apareceram em editoriais dos dois jornais, ainda assim, com alguma concentração em um mesmo editorial, o que diminui o impacto da circulação do termo, como é o caso de “*Whatsapp*”, cuja aparição, em *O Globo*, se deu quatro vezes no mesmo editorial, o que representa apenas 1,3% do total de editoriais. Percentualmente falando, o termo “*Facebook*” teve a mesma representatividade nos editoriais dos dois jornais. Contudo, 2,7%/2,8% está longe de significar uma abordagem temática considerada relevante entre as pautas de discussão dos editoriais de ambos os periódicos.

A ausência de “mídia(s)” ou “mídia digital”, termo mais abrangente, porque incluiria os demais, ratifica a ideia de que os editoriais não privilegiaram discussões sobre o modo como as campanhas se construíram nas redes sociais.

É fato que o papel das redes foi definidor na eleição. E isso foi descoberto a partir de uma série de reportagens do jornal *Folha de São de Paulo* nas quais foram expostas as vísceras da campanha de Jair Bolsonaro e a utilização dos aplicativos de mensagens que disseminavam *Fake News* em detrimento da imagem dos seus adversários.

O jornal, depois comentar sobre como esse fato poderia aprofundar ainda mais essa polarização política, haja visto que esse furo jornalístico serviu como uma injeção de ânimo na militância petista, se disse preocupado com o resultado das investigações do Ministério Público, pois estas poderiam ocasionar um ferimento as liberdades de expressão e de manifestação. Cito:

O preocupante é que, na esteira das repercussões dessa onda de conteúdos de propaganda eleitoral desfechada por meio do *WhatsApp*, ressurgem propostas que até podem ser bem-intencionadas, mas são inconstitucionais, por invadiremos direitos à privacidade e à liberdade de expressão. Nenhuma ação que viole os arquivos que transitam nas redes é legal (*O Globo* – 24.10.2018).

É crível, a partir dessa citação, que para o jornal a liberdade de expressão é quase um direito divino. Mesmo que esse direito fira o direito de uma coletividade, que enganosamente participa de uma ficção eleitoral. O jornal prefere o engodo democrático travestido de liberdade de expressão a uma investigação séria sobre o patrocínio, por parte de empresários apoiadores da candidatura do ex-capitão, de mensagens pagas, mas não declaradas, que caracterizam um sistema de caixa 2, o que é proibido por lei. E mais, o jornal faz vista grossa quando os acontecimentos são favoráveis ao PT.

Ainda no âmbito da relação editoriais e eleição lembro um fato curioso: um dos motes criados pelo antilulismo foi o “Vai pra

Cuba!” e também o “Vai pra Venezuela!”. Os dois países se tornaram alvos do ódio à esquerda e esses motes vieram, muitas vezes, substituir a falta de argumentos para um debate saudável.

A observação dos números apresentados pelo quadro 4 no primeiro capítulo, leva à reflexão sobre o referente “Venezuela” (incluindo “Maduro” e “venezuelanos”) ter, sim, se tornado um elemento valorizado na configuração da “rede” eleitoral. Os Estados Unidos, em contraponto à própria “presença” venezuelana, sugerem certa adesão a essa dicotomia, com todos os perigos nela apontados por Latour no artigo trabalhado na abertura do Capítulo II.

3.2 Eixo temático sobre a construção do devir

Este último item é, talvez, o mais revelador, porque evidencia uma concepção de “Brasil futuro” ou, para seguir as linhas teóricas aqui utilizadas, uma concepção futura de “rede” e, por que não, também de seus atores. Afinal, o “novo” não foi o mote da eleição presidencial de 2018?

Observando o editorial da *Folha* que faz referência ao Sistema Única de Saúde, SUS, publicado em 26 de agosto com o título “Pior sem ele”, o diário paulista faz um levantamento sobre as benesses do financiamento da saúde por parte do governo em parceria com a iniciativa privada. O jornal cita os programas de saúde dentro os quais o de imunização e o do transplante de órgãos. Outro ponto interessante é o que aborda que o Brasil foi um dos primeiros a fornecer gratuitamente drogas antirretrovirais.

Por outro lado, não faltam razões para o pessimismo quando se está discutindo sobre a saúde pública. A falta de médicos e equipamentos, a falta de um corpo especializado que promova um melhor atendimento ao público e de remédios para distri-

buição gratuita maculam a experiência, que sopesada, tem mais êxito que insucessos. E continua informando que o gasto com a saúde pública no Brasil gira em torno de 8,9% do Produto Interno Bruto, PIB, o que é muito similar ao gasto de países de primeiro mundo. Cito:

O principal problema reside no financiamento. Em termos proporcionais, o Brasil gasta 8,9% do Produto Interno Bruto em saúde, patamar semelhante ao de países desenvolvidos. Entretanto a parcela correspondente ao SUS ronda os 3,8% do PIB, abaixo dos padrões internacionais (*Folha de São Paulo* – 26.08.2018).

Ao fim da citação o jornal diz que, embora o gasto com a saúde pública tenha cifras astronômicas, com o financiamento proporcionado pela parceria público/privado, segue abaixo dos padrões internacionais.

É curioso que no primeiro momento, depois de elogiar o percentual de 8,9 do PIB destinados para a saúde pública, o jornal critica o percentual destinado ao SUS de 3,8%. Para mim, fica evidente que o jornal opta por um modelo de gestão no qual o único beneficiário do investimento em saúde pública é o setor privado.

Ainda continuando nessa reflexão acerca do gerenciamento da máquina estatal, passo a analisar o editorial “Gerir a herança” publicado em 17 de setembro. Já na abertura do texto opinativo uma mensagem sem subterfúgios rocambolescos:

Qualquer candidato a presidente precisa ter consciência de que o sucesso de seu governo dependerá do bom manejo de receitas e despesas, além de condições favoráveis para o financiamento da crescente dívida pública.

Ainda em campanha, todo postulante deve fazer um exercício prático, ainda que simulado, de administração – explicar ao eleitorado como pretende lidar com o principal desafio de seu mandato.

Este será, necessariamente, o enorme déficit orçamentário, que torna necessário recorrer a dinheiro emprestado até para os gastos cotidianos como salários, aposentadorias, Bolsa Família, material escolar, água e luz (Folha de São Paulo – 17.09.2018).

Analisando esse recorte é perceptível pelo tom arrogante de que é “preciso ter consciência” que o êxito da gestão está ligado ao bom uso da arrecadação tributária, de modo que, de posse do tributo arrecadado, o manejo das receitas e das despesas públicas sejam bem direcionadas para não redundar em um aumento da dívida pública. E finaliza, depois de palpitar sobre como o candidato deve se comportar em campanha, comentando que o ano seguinte de 2019, será de “enorme *déficit* orçamentário” e que por esse prognóstico será obrigatório “recorrer a dinheiro emprestado”.

O que impressiona é o desvirtuamento dos sentidos. O que para o jornal é gasto, para muitos estudiosos do orçamento público é investimento. Essa confusão proposital de parecer ser o que não é faz parte das lógicas que são absorvidas pela luta pelo poder. Como é que o editorial no parágrafo anterior comenta sobre as responsabilidades que o novo presidente terá com a máquina pública, e isso inclui o corte de investimentos público, e no outro diz ser obrigado recorrer a agiotagem nacional e internacional para manter o seu governo estável?

Penso que aqui está demonstrado o achaque imperativo para as democracias representativas no mundo.

Nessa mesma linha, o editorial “O mercado e o voto” de 10 de outubro, mostra que o modelo ultraliberal do futuro Ministro Paulo Guedes, o famoso “Posto Ipiranga”, encontra mais simpatia do setor privado pela candidatura de Bolsonaro. O termômetro para isso foi a euforia com que a bolsa de valores reagia à vitória do ex-capitão no primeiro turno da eleição de 2018. Bolsonaro já sabia para quem iria governar. Leiam:

A muitos tal comportamento pode parecer abjeto, por escancarar a preferência por um candidato, ou surpreendente, tendo em vista a falta de clareza do programa de governo e as demonstrações de despreparo do preferido.

É fato incontestável, contudo, que a plataforma econômica de Bolsonaro, ou o que se conhece dela, agrada mais ao setor privado que a de seu adversário.

Paulo Guedes, conselheiro do presidencial, defendeu a permanência do teto para os gastos federais inscrito na Constituição, além de propor uma reforma da Previdência até mais ampla do que a tentada pelo governo atual.

Ademais, prega privatizações, um redesenho tributário profundo e a redução do custo de contratação com carteira assinada para reforçar a geração de empregos (*Folha de São Paulo* – 10.10.2018).

O mercado já tinha escolhido o seu candidato ou pelo menos o modelo/perfil da candidatura. Como o próprio editorial diz mais à frente, essa entidade chamada mercado não sentiu comprometimento com as mudanças que, segundo o mercado,

seriam necessárias implementá-las. Reforma da previdência, redução da carga tributária, austeridade fiscal e processo de privatização eram algumas das exigências que o setor privado fazia para que se pudesse estabelecer uma linha de conversações sobre o apoio eleitoral.

Mesmo tendo ensaiado uma aproximação por meio de um discurso mais pragmático, Fernando Haddad não convenceu o setor de que ele representaria uma boa opção para gerir o país.

De todo modo, como diz o editorial no último parágrafo: “Qualquer mercado é amoral por natureza [...]”.

O último editorial deste veículo de mídia brasileiro a ser analisado é “Constituição acima de todos” de 29 de outubro. A data – o dia seguinte à eleição – anuncia o resultado da eleição com uma paráfrase ao lema da campanha do ex-capitão. Prega, a *Folha*, que seja respeitada a Constituição e os princípios democráticos que dela derivam. Também aponta que essa é a primeira vez que uma candidatura abertamente de direita chega ao Palácio do Planalto pós (re)democratização. E reforça que chegou de maneira legítima.

Entre outros pontos que o editorial do dia seguinte à eleição abordou, fala-se do compromisso que o candidato eleito prometeu com a experiência democrática que a Constituição de 1988 vem garantido nos últimos tempos. No entanto o jornal diz que é preciso reconhecer

[...] o gesto, mas sem deixar de apontar que, durante 27 anos como deputado e ao longo desta eleição, Bolsonaro deu inúmeros sinais de que ignora rudimentos da convivência democrática, como o respeito às instituições de Estado, a proteção das minorias e a transigência com diferentes pontos de vista (*Folha de São Paulo* – 29.10.2018).

A posição me pareceu desconfortante. O candidato no decorrer do pleito demonstrou que não alimenta apreço algum por uma imprensa livre. Inclusive escolhendo a própria *Folha* como alvo preferencial de seus ataques, a acusando de tentar prejudicá-lo enquanto candidato em ritmo de campanha. E o editorial terminou informando que a *Folha* ficará onde sempre esteve e que quem precisa se transformar para continuar no jogo democrático é ele, Bolsonaro.

Continuo as análises, só que dessa vez pela ótica da “fabricação do devir”. O editorial “A necessidade de diálogo depois das eleições” de *O Globo* de 17 de agosto traz um registro de campanhas anteriores, nas quais as disputas mais, digamos, acirradas, se limitavam ao período oficial da campanha eleitoral.

O jornal reconstrói uma espécie de linha do tempo na qual é traçado um perfil das últimas eleições com os seus principais atores. Começa com a polarização entre PSDB e PT e depois segue de forma invertida entre PT e PSDB. A inversão é apenas um recurso que utilizo para demonstrar qual dos dois partidos, naquele instante, estava no exercício do poder nacional.

O ponto chave do diálogo foi o período de transição de Fernando Henrique Cardoso para Lula em 2002. O jornal diz que ali existia um respeito, mas também uma admiração mútua entre as duas lideranças. Porém, com as disputas que se seguiram pelos anos subsequentes, os ânimos foram se exaltando e o diálogo entre os partidos passou a não mais existir. Essa situação agravou-se com o golpe liderado pelo PSDB, que recepcionou a atitude chantagista de Eduardo Cunha, em retaliação ao Partido dos Trabalhadores e à ex-Presidenta Dilma, que não o apoiaram na Comissão de Ética da Câmara Federal.

Essa circunstância de confronto sem diálogo, segundo o diário carioca, terminou por desfavorecer o país como um todo. Diz o jornal que

Campanhas duras, para além do limite do respeito, injuriosas e difamatórias impediram qualquer possibilidade de entendimento entre oposição e governo. Serve de alerta para os candidatos a assumir o governo em 1º de janeiro, que se enfrentam de forma direta, e cada vez mais, a partir de agora (*O Globo* – 17 de agosto).

Outro ponto de referência que o jornal faz quanto ao devir é sobre “Folha salarial dos servidores é outra ameaça à espreita”, título do editorial de 27 de setembro, no qual expressa sua opinião sobre a urgência de uma reforma nos planos de cargos e salários do funcionalismo público federal. Cito:

Esta reforma é chave, porém não se trata de alguma bala de prata, de solução instantânea. É imprescindível para dar sustentação à economia a longo prazo. Mas há também outros problemas sérios no campo fiscal a serem tratados com urgência. Caso do plano de cargos e salários do funcionalismo, cuja folha de pagamento, R\$ 300 bilhões este ano, só é superada no Orçamento pela Previdência e seus R\$ 593 bilhões (*O Globo* – 27.09.2018).

O jornal elege a categoria dos servidores públicos como um dos principais nós que impedem uma modernização do Estado. Aponta que os privilégios dos aposentados do serviço público os fazem ocuparem os 2% da população mais rica dentre os brasileiros.

A generalização retórica da qual se utiliza o jornal ganha mais força de persuasão quando compara os salários do setor público com os do setor privado. E de maneira sarcástica promove uma disputa entre os trabalhadores do setor privado com o do público.

Essa maneira de intervenção nas discussões não é à toa. Existe muitos interesses que atravessam as disputas políticas e o jornal não estaria fora dessa disputa.

Em mais um editorial dentro da ideia da formação de um dever, chegamos ao “É urgente o debate sobre a verdade orçamentária” de 15.10.2018. É perceptível que editoriais dedicados a essa categoria têm como força motivadora a questão orçamentária do país. Nesse editorial o jornal apresenta um ultimato para o próximo governo que é a urgência de se reformar o sistema previdenciário. A fala é incisiva: caso não seja de imediato, o país corre o risco de entrar numa incapacidade de convencimento pessoas e empresas. Diz o texto:

Bolsonaro e Haddad devem saber que a prioridade zero é a reforma da Previdência. Sem ela, o país corre o risco de ficar insolvente no próximo governo. E quando um Estado se torna incapaz de convencer pessoas e empresas sobre a sua capacidade de pagar compromissos assumidos, a economia começa a derreter.

Nesse cenário, não haveria dinheiro nem mesmo para serviços básicos de saúde, educação e segurança pública. Uma vez instalada a corrosão na convicção coletiva sobre o real valor da moeda, o processo de desintegração econômica ganha velocidade, foge ao controle e dissipa a credibilidade do governo (*O Globo* – 15.10.2018).

Como sabemos, a reforma da previdência foi aprovada com rapidez e extrema facilidade. Os avisos enviados pelo jornal surtiram efeito. Hoje, depois da aprovação da reforma, o governo trabalha com uma confortável margem para, inclusive, fazer das pautas culturais, educacionais e de costumes, a sua “diversão” em hora de folga permitida pelo mercado de capitais.

E para encerrar as análises do devir o editorial de 29 de outubro, um dia após a vitória de Jair Bolsonaro, o jornal estampa o seu editorial com o título de “A hora do rodízio democrático no poder”. Volta mais uma vez para a necessidade de apaziguamento dos ânimos, depois de uma intensa campanha eleitoral, marcada pela efetiva participação do judiciário.

E essa participação do judiciário ocasionou muitas dúvidas entre os eleitores. Não digo dúvidas com relação específica do “em quem vou votar”. Não! Mas dúvidas com relação ao processo do qual o ex-Presidente Lula era parte interessada e da lisura dos procedimentos processuais a ele dirigido.

Como diz o jornal, Lula estava na dianteira das pesquisas até o seu impedimento de concorrer por estar condenado em 2ª instância e preso em Curitiba. Cito o jornal:

O fato de um líder popular, Lula, estar encarcerado por corrupção e lavagem de dinheiro, e ainda por cima ter estado à frente em pesquisas eleitorais, colocou no centro dos debates políticos o Poder Judiciário. O PT e advogados do ex-presidente exerceram pressão máxima, de várias formas, legais e outras nem tanto, para que o candidato Lula pudesse tentar despachar no Planalto pela terceira vez (*O Globo* – 29.10.2018).

E convenhamos, o fato de o ex-Presidente ter estado impossibilitado de participar da eleição de 2018 como candidato e eleitor foi o segredo público dos que elegeram Jair Bolsonaro para o Palácio do Planalto.

Dimensionados os itens da fabricação da eleição presidencial de 2018 (candidato, eleitor, eleição e devir), finalizo trazendo para a pesquisa o pensamento de Stengers, que, a meu ver, recompõe o

todo da questão. A ligação da proposição teórica da cosmopolítica de Isabelle Stengers com o objeto da minha pesquisa se deu quando identifiquei nos editoriais o papel desempenhado pelo que ela chama de teóricos generalistas, como sendo os responsáveis por querer aprisionar aqueles que procuram por novas práticas em um espaço que, ao invés de condicioná-los, os libertem da aplicação do caráter dicotômico das suas experiências, sejam estas teóricas, retóricas, jurídicas, filosóficas, jornalísticas, antropológicas etc.

Essas categorias são aquelas que costumamos chamar de formadores de opinião. Aquela figura social que exerce um poder sobre a experiência dos demais a ponto de não se questionarem as suas impressões sobre determinados pontos de vista por ele/ela abordado como verdades intangíveis. Isabelle Stengers assim define o termo cosmopolítica:

No presente caso, devo, portanto, afirmar que a proposição cosmopolítica, tal como eu a apresentarei, renega explicitamente todo parentesco com Kant ou com o pensamento antigo. O “cosmos”, no sentido que tentarei transmitir, pouco tem a ver com o mundo no qual o cidadão antigo, por toda parte, se afirmava em seu território, nem com uma terra por fim unificada, onde cada um seria cidadão. É exatamente o contrário. Por outro lado, a “proposição cosmopolítica” poderia de fato ter afinidades com uma personagem conceitual que o filósofo Gilles Deleuze fez existir com uma força tamanha que me marcou: o idiota (STENGER, 2018, p. 444).

O artigo de Isabelle Stengers inicia informando que o motivo daquela comunicação teórica não era exatamente o de propor algo novo sobre a cosmopolítica ou de reconceituá-lo a partir de uma nova perspectiva acadêmica. A proposta do artigo era apenas fazer

pensar sob e sobre qualquer situação que apresentasse um sobrevoosobre as verdades dicotômicas e maniqueístas, que ao invés de libertar, como toda grande verdade o faz, aprisiona pelo fato de estar umbilicalmente ligado à figura do guru que forma opinião.

Além disso, o desafio a que Stengers se propôs foi o de procurar decifrar, a partir de questionamentos sobre a “desaceleração” dos raciocínios, o quanto essa intervenção autoritária desses teóricos generalistas – esse conceito pode ser aproveitado, sem prejuízo semântico, para o que venho apontando como formador de opinião – poderia interferir na nossa sensibilidade. Outro ponto inquietante na teoria de Stengers (2018) é sobre a possibilidade de analisar em separado a proposição a partir das questões que remetem aos conceitos/categorias de “autoridade” e de “generalidade”, e que são revelados durante todo o percurso da teoria enquanto acontecimento teórico/científico, inclusive com uma discussão própria em torno da noção de “teoria” (STENGER, 2018, p. 443).

A crítica que se faz é levantada com base no que ela definiu de “coisa viva”. Que seria uma substância de difícil monitoramento, mas que é possível segui-la através da percepção e do estalo intuitivo capaz de identificar os rastros deixados pelo grifo da sua passagem. O que chamei de grifo pode e deve ser compreendido como o instante de transformação do qual a filosofia contemporânea faz uso denominando de acontecimento.

Identificado esse instante e o seu lugar de acontecer, o trabalho agora seria de associá-lo, sem impor obrigações que condicionasse a determinadas formas de existência, mas que possibilitasse outros devires (os acontecimentos não obstem explicações. Pelo contrário, sem as explicações os acontecimentos ganham outros aspectos).

A “coisa viva” é a micropartícula que adere ou que descola das agências propostas e que se fazem vivas quando catapultam,

nas formas concretas como se apresenta à política, a ruptura ou o enxerto de um ramo com outro (SERRES, 2008). Ou seja, as micropartículas se concretizam quando se alinham umas às outras formando células com características próprias logo após o rastro. Essas características entre as micropartículas serão o mote que caminhará por todo o texto no dizer da teórica “a distinção e o caráter inseparável das proposições políticas e cosmopolíticas” (STENGERS, 2018, p. 443).

Essa fronteira entre a política e a cosmopolítica que distingue, mas não separa, é o campo das relações chamado de “ecologia política” (STENGERS, 2018, p. 443). Ecologia política é a malha visível e invisível na qual estão grudados os saberes que transitam entre o cosmo das relações humanas, não humanas e pós-humanas, dando sentido à cosmopolítica através da prática concreta da política.

A cosmopolítica e a política tanto têm inassimilaridades (distinções) quanto assimilaridades. Embora pareçam ambíguas – e são muito constantemente – elas se cruzam ou se inserem uma em outra quando o “acontecimento” agencia a transcendência do concreto em abstrato e do abstrato em concreto, diluindo a fronteira opositora entre esses dois campos e quaisquer outros que estabeleçam uma dicotomia estrutural entre as partes.

A eleição presidencial de 2018 no Brasil, como um acontecimento, aproxima Laclau (2018) de Stengers (2018), quando comparamos a “desaceleração” dos raciocínios com a lógica da equivalência, como também com a fabricação de Latour (2012). Os teóricos generalistas categorizados por Stengers podem ser os mesmos que formam demandas populares ou os que fabricam atores que se locomovem pelo espaço em suspensão, fazendo da eleição presidencial de 2018 um laboratório de acontecimentos políticos em que democracia acaba sendo um significante vazio.

Em 2018, Fernanda Carvalho e Emerson Servi, no artigo intitulado “Imprensa brasileira e eleições presidenciais: a polarização do conteúdo jornalístico das revistas na web”, sublinharam que:

Há uma tradição na literatura brasileira sobre mídia e eleições que mensura justamente como a imagem dos principais candidatos à presidência foi construída na imprensa desde a redemocratização do país. Nas eleições de 1989, a imprensa, de um modo geral, portou-se de modo favorável ao candidato Fernando Collor de Melo (Neves, 2009; Lima, 2001). Para Azevedo (2006), a disputa representava uma forte polarização da direita com a esquerda e a imprensa favoreceu o candidato que, desde o início, tinha mais chances de defender os interesses dos jornais expressos em editoriais e demais espaços opinativos dos próprios veículos (CARVALHO; SERVI, 2018, p. 166).

Vinte e nove anos depois, segundo o que aqui se pode constatar, mantém-se viva a fragilidade democrática no país, principalmente naquilo que se refere ao papel da imprensa como articuladora de discursos políticos e fonte de informação e esclarecimento.

CONCLUSÃO

Quando iniciei a pesquisa que resultou na dissertação de mestrado e agora neste livro, eu tinha muitas ideias, mas, mais impactante que as ideias era a angústia de me ver parte de um processo que eu não alcançava compreender como um todo dada a quantidade imensa e intensa de informações discrepantes que jorrava por todos os cantos. Percebi, mesmo sem poder abarcar satisfatoriamente o sentido de tudo, que estava em curso uma eleição contraditória ao próprio princípio da vida democrática – em que o trânsito pelos direitos e pelos deveres trazidos pela escolha inerente ao voto deve ser sempre estimulante a ponto de levar o povo a ter orgulho de sua democracia e lutar para que ela permaneça forte e viva –, porque em sua complexa rede (tal como quase sempre são as eleições em si) não havia apenas nós, mas profunda desconexão

entre seus vários atores, o que impedia o necessário cruzamento dos fios que devem compor uma rede eficaz que, pouco a pouco, reajuste suas tramas em prol de um conjunto (ou uma sociedade) mais harmonioso.

Retomando, contudo, a perspectiva nada otimista de Achille Mbembe, à qual fiz alusão na introdução deste trabalho, consigo ver, no quadro de esfacelamento do jogo democrático neoliberal e no surgimento do confronto entre a democracia liberal e a democracia financeira, um espelho da situação brasileira, da qual a eleição presidencial de 2018 no Brasil foi um sintoma.

Conviver com uma realidade refém de *Fake News* e, ao mesmo tempo, perceber que articulações “pró-sistema” davam pouca importância a severas ocorrências relacionadas ao campo dos Direitos Humanos e da própria democracia também me fizeram logo associar o quadro pintado por Achille Mbembe quando desenhou a imagem caótica que a impossibilidade de integrar democracia e neoliberalismo gerava.

Vi, dia após dia, desconstruir-se a máscara da “cordialidade” brasileira, que deu lugar a manifestações absolutamente isentas de preocupações éticas. Pior, manifestações essas respaldadas por figuras públicas que, naquele momento, eram os principais atores da rede eleitoral de 2018. Sim, tal como Mbembe anunciara “o racismo, o ultranacionalismo, o sexismo, as intolerâncias étnicas e religiosas e as transfobias” viraram manchetes e foram, pouco a pouco, sendo banalizados, sinal vivo de que Democracia e Liberalismo não podiam mais estar lado a lado.

As análises feitas, no decorrer do estudo, mostraram o peso histórico de situações que se passaram no Brasil desde a eleição de 2014.

No Capítulo I, apresentei o corpus, destacando a eficácia expositiva e argumentativa do gênero editorial e realçando as temáticas, acontecimentos, pensamentos, comportamentos e ca-

tegorias que estão na base desse discurso. Também no primeiro capítulo descrevi o corpus em termos quantitativos e qualitativos, trazendo as especificidades dos dois jornais, *Folha de São Paulo* e *O Globo*, e os enquadramentos temáticos relacionados ao tema da eleição presidencial de 2018 no Brasil.

Refleti, igualmente, sobre a influência dos editoriais em outros gêneros e veículos midiáticos, e, nesse sentido, destaquei o impacto semântico de títulos de editoriais para a produção de outras matérias. Como afirmei, esse impacto pode se relacionar a influências positivas e negativas no público leitor. Vimos que muitas ideias acabam sendo deturpadas por meio de reproduções orientadas para determinada recepção.

Entre outros, pode-se observar o pouco destaque dado ao candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, em comparação com a presença de Jair Bolsonaro e de Luiz Inácio Lula da Silva nos editoriais estudados.

No primeiro capítulo, portanto, procurei organizar o tema a partir das categorias que criei para que pudesse me locomover melhor quanto ao objeto da pesquisa. De maneira que naquele capítulo, a classificação das categorias de fabricação (candidato, eleitor, eleição e devir) seguisse uma lógica que me permitisse também – além de uma análise individual de cada uma delas – suscitar uma malha entre as fabricações.

No segundo e terceiro capítulos, parafraseando o que disse Isabelle Stengers sobre captar para rastrear os acontecimentos, procurei filtrar dos editoriais subsídios que fomentassem a minha tese dissertativa de que os editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* refletiram parcial e tendenciosamente, sobre os acontecimentos que foram se desdobrando em períodos anteriores ao pleito eleitoral, como os que surgiram naquele instante e que vinham à tona.

O Capítulo II foi dedicado à abordagem às categorias “fabricação do eleitor” e “fabricação do candidato”. Iniciei com considerações sobre a relação entre o gênero editorial e o contexto histórico, aprofundando reflexões iniciadas no capítulo anterior.

Sustentado por reflexões de teóricos e críticos como Ernesto Laclau e Bruno Latour, entre outros, e, partindo de conceitos teóricos como “significantes vazios”, “demandas de diferença e equivalências” (LACLAU, 2018), e do conceito de “fabricação” de Latour e suas reflexões sobre “a natureza precisa daquilo que nos *faz ser*”, estabeleci, ainda nesse capítulo, uma relação entre teorias, visões críticas, eleição presidencial e o corpus em si, centrando-me, como já foi dito, nos polos “candidato” e “eleitor”. Sem dúvida alguma, a presença do pensamento ou das visões críticas dos dois foram fundamentais para o desenvolvimento de minhas próprias ideias. De igual modo, me valeram bastante as colocações de Antoine Hennion (2010) e François Jullien (1999).

Ainda nesse capítulo, um dado relevante foi a percepção de que a divisão do eleitorado brasileiro foi prestigiada pelos editoriais, que, a seu modo, reforçaram a criação de equivalências que sugeriam uma rota populista para o pleito. Foi importante registrar o quanto palavras e imagens elaboradas por esses discursos incidiram para o esvaziamento do sentido de aspectos fundamentais para a consolidação da democracia brasileira, como justiça e demanda social.

Sublinhei, e é importante ratificar, que a ideia de “fabricação da eleição presidencial de 2018” não se restringe somente a essa eleição, visto que todo processo eleitoral, em si, resulta de uma construção, tal como se percebeu quando mencionamos a relação do jornal *O Globo* com a candidatura de Fernando Collor de Melo em 1989. O que eu busquei revelar foi o que os editoriais mostraram que estava em jogo na eleição de 2018. Entre as peças desse “jogo”,

sem dúvida, teve destaque ímpar o universo das redes virtuais e a incompatibilidade entre o que ali se veiculou e a vivência democrática do voto. Injúrias, violência, comportamentos antidemocráticos, entretanto, tiveram espaço bem menor que o investimento no dualismo e a supervalorização do mercado financeiro. Todo esse “campo semântico”, na verdade composto de significantes esvaziados, deu forma ao comportamento de candidatos e eleitores.

No Capítulo III, retomei alguns eixos temáticos, destacando a presença maciça da linguagem do mercado financeiro e da sugestiva adesão à ideia de “mudança”, uma mudança, entretanto, que não trazia nada de novo. A perspectiva desenvolvida pela pesquisa foi direcionada ao conceito de “cosmopolítica”, de Isabelle Stengers, que evidencia o acontecimento como algo definidor da ideia de suspensão do tempo. O acontecimento, nesse caso, foi a eleição presidencial brasileira e os seus desdobramentos. Além disso, Zanin, Martins e Valim (2019) incrementaram o diálogo, a partir das considerações sobre o *lawfare*.

A ideia de pensar sobre o “dever” reflete uma preocupação que vai além da análise dos dados. A construção de um dever reflete no modo como o futuro passa a ser pensado. E, a depender do esvaziamento também dessa palavra, esse dever pode, sim, prenunciar uma ruptura concreta com o projeto de redemocratização do país.

Depois de apresentar o que foi analisado nos editoriais dos jornais *Folha de São de Paulo* e *O Globo*, vê-se, nitidamente, o posicionamento que os dois jornais tomaram no período da eleição. Na *Folha*, mesmo com uma tangência para uma política liberal mais institucionalizada, ainda era possível encontrar ponderações mais sensatas no que diz respeito às decisões que o eleitorado poderia tomar, mesmo que, em alguns momentos, a recepção à candidatura de Jair Bolsonaro tivesse, como propósito, impedir o Partido dos Trabalhadores (PT) de voltar ao poder. Já *O Globo* não

se conteve durante todo o período eleitoral de fazer uso de seus editoriais para fixar a visão de que o ex-capitão e o PT eram faces de uma mesma moeda. Em relação a isso, imagina-se a elaboração semântica de um devir mais afinado com a perspectiva neoliberal que com o rumo democrático, se considerarmos, mais uma vez, a tensão contemplada por Mbembe.

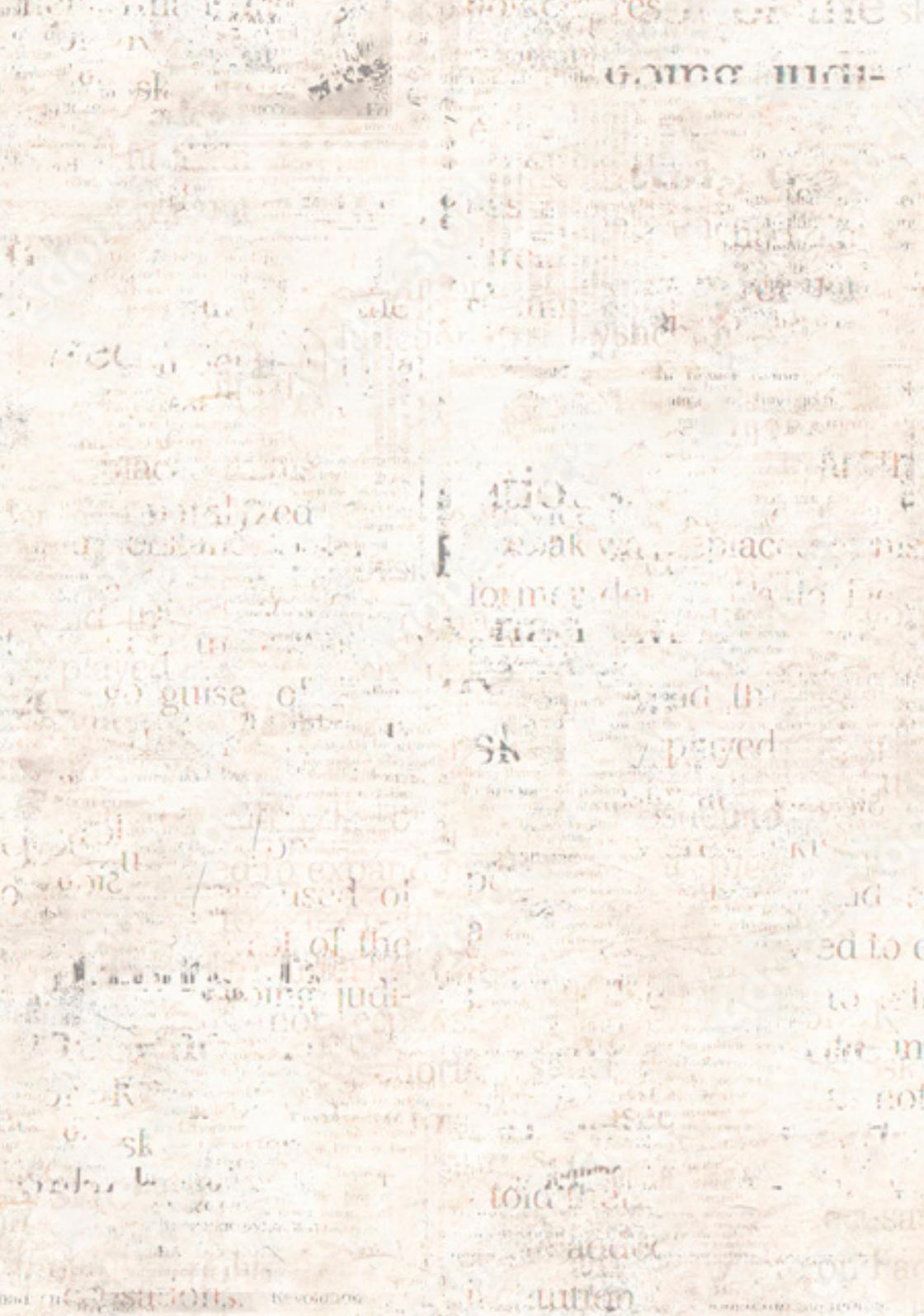
Imagino ter alcançado o objetivo principal da pesquisa que foi, tomando como ponto de partida análise quantitativa e qualitativa dos editoriais da *Folha de São Paulo* e de *O Globo* no período entre 15 de agosto e 9 de outubro de 2018, reconhecer as (micro)estruturas envolvidas na fabricação da eleição presidencial de 2018 no Brasil. Essas microestruturas foram simbolicamente identificadas a partir de termos elencados e investigados nas leituras e releituras dos textos e dos contextos a eles relacionados para que o “mapeamento” da realidade da eleição presidencial de 2018 pudesse ser minimamente fidedigno e, obviamente, compatível com a etnografia.

Todo o conjunto teórico que alicerçou a minha pesquisa me fez crer que a eleição de 2018 para a ocupação do maior cargo da República teve o próprio Estado e as suas instituições mais como agentes que mediadores de transformação. Em especial, a atuação do Poder Judiciário, alçado ao papel de protagonista, foi definidora para o resultado pleito. Como apresentei nas análises feitas dos editoriais, o punitivismo estatal, representado pela Operação Lava Jato e o seu *modus operandi*, proporcionou, por meio de sua pauta de combate à corrupção, um sentimento de intolerância similar ao do fanatismo sócio-religioso. Esse ânimo social redundou em uma campanha plebiscitária do nós contra eles.

A pesquisa, a meu ver, consegue responder os questionamentos propostos por ela. Certamente, como já havia dito, o campo de investigação para uma análise desse porte dificilmente irá contemplar todo o universo do tema eleição.

Os jornais, principalmente em seus artigos de opinião, como são os editoriais, formam um compus relevante para quem, sob o viés da Antropologia da Política, busca chegar a uma compreensão mais científica da realidade sobre a qual se debruça. O que pude observar, no âmbito da eleição presidencial, vai mais além desse tema, visto que os demais processos eleitorais também são contaminados pela fabricação ali reconhecida.

A Antropologia Política, assim, se faz canal relevante de apreciação da realidade política de um país que há muito pouco tempo iniciou seu processo de (re)democratização e que, no entanto, parece estar caminhando para trás.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando Antônio. RT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). In: **Opinião pública**. Campinas, vol. 24, no. 2, maio-agosto, p. 270-290, 2018.

BARREIRA, Irllys. **Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BORBA, Felipe. Medindo a propaganda negativa na TV, rádio, debates, imprensa e *Facebook*: o caso das eleições presidências de 2014. In: **Intercom – RBCC**. São Paulo, v. 42, n.1, p. 37-56, jan/abr 2019.

CARVALHO, Fernanda Cavassana de; CERVI, Emerson Urizzi. Imprensa brasileira e eleições presidenciais: a polarização do conteúdo jornalístico das revistas na web. In: **Cuadernos info**, 42, p. 163-182. Disponível em: <https://doi.org/20.7764/cdi.42.1225>. Acesso em 25/03/2020.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. In: **Revista de Antropologia da USP**. São Paulo, v. 62 n.3: 530-557. USP 2019

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**. Tradução Carlos Szlak. 1ª. ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A.. **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

GOLDMAN, Márcio. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir (Coords). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

HENNION, Antoine. Pragmática do gosto. In: **Revista de Ciências Sociais da PUC**. Rio, n. 8, jan/jun, pp. 253-277.

HENNION, Antoine. Reflexividades. A atividade do amador. Estudos de Sociologia. Tradução André Maranhão Santos e Samuel Carvalheira de Maupeou. In: **Revista do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**. v. 16. n. I. p. 33-58.

JULLIEN, François. **Tratado de La eficácia**. Espanha: Ediciones Siruela S. A. 1999.

KALIL, Isabela Oliveira. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. Relatório de pesquisa realizada pelo NEU (Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual) da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, disponível em <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso em 20/12/2019.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LATOUR, Bruno. **A fabricação do direito: um estudo de etnologia jurídica**. Tradução Rachel Meneguello. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LATOUR, Bruno. Faturas/fraturas: da noção de rede à noção de vínculo. In: SEGATTA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (Orgs.) **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016, p. 67-90.

LATOUR, Bruno. **Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos**. Tradução Alexandre Agabiti Fernandez. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. (Coleção Antropologia)

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução Carlos Ireneu da Costa. 3ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2013. (Coleção TRANS)

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses Fe(i)tiches**. Tradução Sandra Moreira. Santa Catarina: EDUSC, 2002.

LEACH, Edmund Ronald. **Repensando a antropologia**. Tradução José Luís dos Santos. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LÉVY-LEBLON, Jean-Marc. **A velocidade da sombra: nos limites da ciência**. Tradução Maria Idalina Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

MARCUSHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2002, p. 19-36.

MARQUES, Francisco J.P.; MONT'ALVERNE, Camila. A opinião da empresa no jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. In: CARVALHO, Fernanda C. de; CERVI, Emerson U.; MARQUES, Francisco J.P., MONT'ALVERNE, Camila (Orgs.) **Estudos sobre o jornalismo político**. Curitiba: CPOP & PONTE - UFPR, 2018, p. 13-36.

MARQUES, Francisco J.P.; MITOZO, Isabele Batista; MONT'ALVERNE, Camila. A empresa jornalística como ator político: um estudo quantitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatório (OBS) Journal**, 2018, p. 224-245.

MARQUES, Francisco J.P.; MONT'ALVERNE, Camila. Jornalismo político e imagem pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de São Paulo. In: **Revista Contracampo**, v. 28, n. 3, ed. dez-mar ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013, p. 92-113.

MBEMBE, Achille. **A era do humanismo está terminando**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-era-do-humanismo-esta-terminando>>. Acesso em 20/08/2018.

MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patricia; PEREIRA, Pedro Paulo; FELTRAN, Gabriel; MALVASI, Paulo. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevista com Veena Das. In: **DILEMAS. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Vol. 5, no. 2, Abr/Mai/Jun 2012, p. 335-356.

MOROSOV, Evgeny. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018. (Coleção Exit)

MUNDIM, Pedro Santos. Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006. Efeitos realmente limitados. In: **RBCS**, vol. 29, n. 86, outubro 2014, p. 91-107.

OLIVEIRA, Lucy. Imprensa e propaganda negativa eleitoral: congruência de agendas e enquadramento. In: **Revista Compolítica**, 2019, vol. 3, p. 187-214.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. **A política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

PEIRANO, Mariza (Org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

RIFIOTIS, Theophilos; SEGATTA, Jean (Orgs.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.

RIFIOTIS, Theophilos; SEGATTA, Jean (Orgs.). **Políticas etnográficas no campo da ciência e das tecnologias da vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

RIFIOTIS, Theophilos; SEGATTA, Jean (Orgs.). **Políticas etnográficas no campo da moral**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTANA, Ana de. **À unha**. Natal, RN. EDUFRN, 2016.

SANTOS JÚNIOR, Marcelo Alves dos. **Vai pra Cuba!!! A rede antipetista na eleição de 2014**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado em Comunicação, 2016.

SERRES, Michel. **Ramos**. Tradução Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SERRES, Michel. **Tempo de crise**. Tradução Clóvis Marques. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

STANDING, Guy. **O precariado. A nova classe perigosa**. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2017 (Invenções democráticas, v. IV).

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. Tradução Max Altman. São Paulo: Ed 34, 2002.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. Tradução Raquel Camargo e Stelio Marras. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, abr. 2018, p. 442-464.

STRATHERN, Marilyn. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? In: _____. **O efeito etnográfico**. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 191-200.

STRATHERN, Marilyn. Partes e todos: refigurando relações. In: _____. **O efeito etnográfico**. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 201-224.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Título original: The invention of culture. Tradução Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

ZANIN, Cristiano; MARTINS, Valeska; VALIM, Rafael. **Lawfare: uma introdução**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.



ANEXO 1

Títulos dos editoriais do jornal *Folha de São Paulo*

Este anexo apresenta os títulos e respectivos *leads* dos editoriais do jornal *Folha de São Paulo*, publicados no período entre 15 de agosto e 29 de outubro de 2018. Para fins didáticos, os títulos foram enumerados e grafados em negrito. A data de cada editorial se encontra entre parênteses e obedece ao formato e às informações que aparecem nas publicações. Em geral, foram publicados dois editoriais por dia – a grande maioria com *lead*, ou subtítulo –, em seção intitulada “O que a Folha pensa”. Tal como consta no Capítulo I, destes 146 editoriais, apenas 107 configuram-se, de fato, como corpus relacionado às publicações editoriais do jornal *Folha de São Paulo*. São eles:

1. Orçamento eleitoral

Presidenciáveis prometem acelerar o ajuste das contas do governo, mas sem detalhar como (15.ago.2018 às 2h00)

2. A farsa da fraude

PT insiste de modo perigoso em bravatas contra a Justiça e o processo eleitoral (16.ago.2018 às 2h00)

3. Fantasia ministerial

Cortes ou pastas com superpoderes não suprimem o imperativo de negociar com o Congresso (17.ago.2018 às 2h00)

4. A salvação da política

País não pode abrir mão de experimentar inovações que possam trazer ganhos incrementais (17.ago.2018 às 2h00)

5. Ponto de equilíbrio

Supremo acerta ao fixar limites rigorosos para delações premiadas (18.ago.2018 às 2h00)

6. Brasil inseguro

País não consegue deter avanço da criminalidade, e mesmo êxitos como o de São Paulo são parciais (19.ago.2018 às 2h00)

7. Não são todos iguais

Ranking da eficiência dos governos estaduais dá mostra das disparidades brasileiras (20.ago.2018 às 2h00)

8. O velho, de novo

Cenário eleitoral mostra descompasso entre desejo de renovação e força de nomes tradicionais (21.ago.2018 às 2h00)

9. Sem brilho nos olhos

Brasil claudica no objetivo de despertar a ambição de seus jovens (21.ago.2018 às 2h00)

10. Tristes fenômenos

Datafolha aponta candidaturas mais fortes; seria empobrecedor o debate limitado a lulismo e antilulismo (22.ago.2018 às 2h00)

11. Violência na fronteira

Agressões contra venezuelanos envergonham o país, que tem larga tradição de receber imigrantes (23.ago.2018 às 2h00)

12. Precário e sob risco

Retomada após a recessão de 2014-2016 é a mais lenta de que se tem notícia (24.ago.2018 às 2h00)

13. Pior sem ele

Para preservar o SUS sem perspectiva de mais verbas, reformas na gestão serão necessárias (26.ago.2018 às 2h00)

14. Vaivém de Bolsonaro

Presença de candidato nos debates é imprescindível para escrutínio do eleitor (27.ago.2018 às 2h00)

15. Vacina sem revolta

Convencimento e educação são as melhores armas para aumentar a cobertura vacinal no país (27.ago.2018 às 2h00)

16. Ficção de campanha

Candidatos lançam metas fantasiosas, enquanto incerteza pode agravar o cenário econômico (29.ago.2018 às 2h00)

17. Panaceia militar

Uso do Exército em crises se mostra um recurso desgastado, pouco eficaz e imprudente (30.ago.2018 às 2h00)

18. Além do dia seguinte

Pílula é uma opção oferecida pelo SUS que deveria ser mais difundida (30.ago.2018 às 2h00)

19. Destruição do futuro

Demandas corporativas avançam e dificultam a trajetória de ajuste das contas do governo (31.ago.2018 às 2h00)

20. Sufoco argentino

Situação financeira do país se revelou mais frágil do que o imaginado (31.ago.2018 às 2h00)

21. Viés de baixa

Novos números do PIB não trazem alento; avanço mais vigoroso dependerá do desfecho nas urnas (1°.set.2018 às 2h00)

22. As secas do Brasil

Faltam planos (e, agora, verbas) para gestão racional dos recursos hídricos (1°.set.2018 às 2h00)

23. Ela tem salvação

Reformas paulatinas podem reverter o descrédito na política, ao tornar o sistema eleitoral mais compreensível (2.set.2018 às 2h00)

24. Verborragia perigosa

Campanhas de Bolsonaro e do PT lançam dúvidas sobre a legitimidade das regras do jogo (3.set.2018 às 2h00)

25. Orçar na escassez

Próximo presidente contará com verbas minguantes para obras de infraestrutura (4.set.2018 às 2h00)

26. Decepção Tucana

Avaliação do ensino básico mostra que São Paulo, sob Alckmin, perdeu a liderança nacional (5.set.2018 às 2h00)

27. Décadas perdidas

A despeito de ressalvas, desempenho do PIB dos últimos anos é nada além de vexaminoso (5.set.2018 às 2h00)

28. Bizarras ordenações

Detalhismo suscita questões a respeito do que é permitido fazer na propaganda partidária (6.set.2018 às 2h00)

29. Repúdio geral

Atentado contra Bolsonaro não tem acolhida num país que está comprometido com a democracia (7.set.2018 às 2h00)

30. Justiça sem fundo

Judiciário consome o equivalente a 1,38% do Produto Interno Bruto (7.set.2018 às 2h00)

31. Crepúsculo de Temer

Perto de deixar o posto, presidente tenta interferir na disputa eleitoral (8.set.2018 às 2h00)

32. Salvação da lavoura

Conciliar preservação com pujança agrícola implica superar polarização e investir em tecnologia para tornar agropecuária brasileira mais sustentável (9.set.2018 às 2h00)

33. Uma nova crise?

Embora mais regulada após o terremoto financeiro de dez anos atrás, economia mundial ainda mostra sinais de instabilidade; Brasil corre contra o tempo (10.set.2018 às 2h00)

34. Após a fachada

Bolsonaro se consolida na liderança, mas atentado não teve efeito expressivo, mostra o Datafolha (11.set.2018 às 2h00)

35. O exemplo da Suécia

Democratas, partido de origem neonazista, terá maior representação no Parlamento (11.set.2018 às 2h00/Atualizado: 11.set.2018 às 14h49)

36. Maduro e a conspiração

Destituição à força apenas agravaria o caos institucional fomentado pelo chavismo (12.set.2018 às 2h00)

37. Imprudência fardada

Declarações confusas de Villas Bôas em nada contribuem para o apaziguamento dos ânimos (12.set.2018 às 2h00)

38. Quem Haddad será?

Prioridade de petista é ligar sua imagem à de Lula, o que prejudica a exposição de propostas (13.set.2018 às 2h00)

39. Estado de letargia

Casos especiais indicam caminhos alternativos para governos enfrentarem dificuldades (13.set.2018 às 2h00)

40. Sem mordada

São pertinentes as dúvidas levantadas quanto a ações abertas contra políticos no período eleitoral (14.set.2018 às 2h00)

41. Debate irremediável

Droga sofosbuvir, capaz de curar 95% dos casos de hepatite C, torna-se objeto de disputa (14.set.2018 às 2h00)

42. Funil eleitoral

Oficializado, Haddad sobe no Datafolha, enquanto Bolsonaro mostra força na liderança (15.set.2018 às 2h00)

43. Franca decadência

Sem um esforço de integração, será difícil que a ZFM escape da obsolescência (15.set.2018 às 2h00)

44. Gerir a herança

Candidatos precisam administrar expectativas para que próximo governo não assuma com crise (17.set.2018 às 2h00)

45. Brasil estagnado

IDH do país se encontra no patamar tido como elevado, contudo não há muito a celebrar (17.set.2018 às 2h00)

46. Inflexões petistas

Candidatura do PT parece ensaiar, mais uma vez, a adesão ao pragmatismo (18.set.2018 às 2h00)

47. A faca e a urna

Campanha de Bolsonaro emite sinais alarmantes de despreço pelas regras do jogo democrático (19.set.2018 às 2h00)

48. Ao gosto de Maduro

Destituição à força só alimentaria o discurso do ditador de que buscam desestabilizá-lo (19.set.2018 às 2h00)

49. Força centrífuga

Datafolha mostra desidratação do bloco centrista; tendência é de um 2º turno radicalizado (20.set.2018 às 2h00)

50. Vítimas refratárias

Enquanto desconfiar da polícia, cidadão permanecerá sem boas razões para colaborar (20.set.2018 às 2h00)

51. O superimposto

Plano da equipe de Bolsonaro para a criação de um tributo semelhante à CPMF subestima riscos e obstáculos (21.set.2018 às 2h00)

52. O centro de FHC

Ex-presidente tucano faz apelo público por união de lideranças moderadas (22.set.2018 às 2h00)

53. Como vota o paulista

Com Doria, PSDB corre o risco de perder a longa hegemonia no estado (23.set.2018 às 2h00)

54. À espera da política

BC manter a taxa básica de juros é digno de nota, pois reflete sua maior insegurança quanto ao futuro (23.set.2018 às 2h00)

55. Posição legal

Nada se sobrepõe ao valor da liberdade de expressão, como o apoio de Felipe Melo a Bolsonaro (24.set.2018 às 2h00)

56. Como se fazem leis

Levantamento mostra que apenas 1% dos projetos de deputados são aprovados pelo Congresso (25.set.2018 às 2h00)

57. O arranjo da geringonça

Sob o comando do premiê António Costa, Portugal deu início a uma expressiva recuperação (25.set.2018 às 2h00)

58. Como elas votam

Eleitorado feminino mostra comportamento diverso do masculino e pode ser decisivo neste ano (26.set.2018 às 2h00)

59. Tempo escasso

Ideia de parar intervenção para votar a reforma da Previdência teria de enfrentar obstáculos (27.set.2018 às 2h00)

60. Universo paralelo

Presidenciáveis ainda prometem obras e empregos como se para tanto bastasse vontade (28.set.2018 às 2h00)

61. Drama argentino

Desafio imediato é convencer o país de que o remédio amargo do arrocho vai recuperar a economia (28.set.2018 às 2h00)

62. Líderes e rejeitados

No Datafolha, crescem as parcelas do eleitorado que descartam votar em Bolsonaro e Haddad (29.set.2018 às 2h00)

63. Caso encerrado

Acordo da Petrobras põe fim a processos relacionados aos fatos descobertos pela Lava Jato (29.set.2018 às 2h00)

64. A hora do compromisso

(29.set.2018 às 14h37)

65. Besteiro eleitoral

Campanhas deixam em segundo plano questões cruciais e perdem tempo com ideias que já deveriam estar superadas (30.set.2018 às 2h00)

66. Palavras trocadas

Cada época tem seus padrões de sensibilidade, e limites do aceitável se alteram ao longo da história (30.set.2018 às 2h00)

67. Censura de toga

Decisão que proibiu esta Folha de entrevistar Lula atropela o ordenamento jurídico e a liberdade de imprensa (1º.out.2018 às 2h00)

68. Ele não, ele sim

Louve-se o caráter pacífico dos atos pró e contra Jair Bolsonaro (2.out.2018 às 2h00)

69. Conforto em dólar

Pelo lado das contas externas, país parece se diferenciar de emergentes em situação crítica (2.out.2018 às 2h00)

70. Fantasmas petistas

Datafolha mostra avanço de Bolsonaro e disparada da rejeição a Haddad (3.out.2018 às 2h00)

71. Universidades sob lupa

RUF suscita indagações sobre a qualidade e a serventia de estatísticas de ensino superior (3.out.2018 às 2h00)

72. Constituição, 30

Carta permitiu período democrático mais longo da história do país (4.out.2018 às 2h00)

73. Melhor em 2 turnos

Nova rodada de votação se mostra essencial para o escrutínio dos candidatos (5.out.2018 às 2h00)

74. A tarefa inadiável

Bolsonaro e Haddad não mostraram ideias claras para lidar com o déficit nas contas do Tesouro (6.out.2018 às 2h00)

75. Mais forte, mais fraco

Apesar de ter se fortalecido como instituição, Congresso nunca enfrentou tanto descrédito da população (7.out.2018 às 2h00)

76. Brasil à direita

Com espantoso impulso na reta final, Bolsonaro chega ao segundo turno em ampla vantagem (8.out.2018 às 2h00)

77. Haverá oposição

Finalistas na disputa presidencial, PSL e PT elegem as maiores bancadas na Câmara (9.out.2018 às 2h00)

78. O ralo do ensino médio

Há considerável risco de que verba para reforma termine desperdiçada (9.out.2018 às 2h00)

79. Sem Constituinte

Jair Bolsonaro e Fernando Haddad repelem propostas para uma nova Carta (10.out.2018 às 2h00)

80. O mercado e o voto

Plataforma econômica de Bolsonaro, ou o que se conhece dela, agrada mais ao setor privado (10.out.2018 às 2h00)

81. Quem é quem

Na primeira pesquisa sobre o 2º turno, Datafolha mostra Bolsonaro em liderança folgada; Haddad terá dificuldade em convencer que não mais é Lula (11.out.2018 às 2h00)

82. Bolsonaro e os vizinhos

Entre apoio e repúdio, postura na América do Sul inspira cuidados (11.out.2018 às 2h00)

83. Terra de ninguém

Avanço bolsonarista ameaça partidos tradicionais nos estados (12.out.2018 às 2h00)

84. Insuspeita ditadura

Caso de opositor na Venezuela mostra semelhanças com o de Vladimir Herzog (12.out.2018 às 2h00)

85. Cacoetes estatistas

Bolsonaro dá novas mostras de resistência à venda de estatais e causa desconfiança (13.out.2018 às 2h00)

86. Governo incerto

Declínio de partidos tradicionais eleva dúvidas sobre negociações de reformas no Congresso (14.out.2018 às 2h00)

87. Desburocratização tardia

País engatinha na tarefa de facilitar a vida do cidadão e poupá-lo de custos desnecessários (14.out.2018 às 2h00)

88. Imprevidentes

Bolsonaro e Haddad até agora não expuseram planos consistentes para a reforma da Previdência (15.out.2018 às 2h00)

89. O inaceitável

Deve-se cobrar de Jair Bolsonaro uma retórica que não incentive a intolerância (15.out.2018 às 2h00)

90. O preço do voto

Custo das campanhas eleitorais cai, mas com alta de verba orçamentária (16.out.2018 às 2h00)

91. Ele não debate

Bolsonaro nega aos eleitores uma das principais oportunidades proporcionadas pelo 2º turno (17.out.2018 às 2h00)

92. Frente esvaziada

Estratégia eleitoral do PT praticamente inviabiliza uma aliança ampla no segundo turno (18.out.2018 às 2h00)

93. Mentira que prolifera

Empresas gastam para disseminar mensagens contra o PT, revela a Folha (19.out.2018 às 2h00)

94. Reacomodação geral

Só o tempo esclarecerá como a nova configuração política enfrentará graves problemas do país (19.out.2018 às 2h00)

95. Drogas e mortes

Estudo joga luz sobre a questão do consumo de substâncias por vítimas na cidade de São Paulo (20.out.2018 às 2h00)

96. Sem começar do zero

Programa econômico de Bolsonaro deveria aproveitar projetos de reformas com análises mais amadurecidas (21.out.2018 às 2h00)

97. Temores ambientais

Intenções de Bolsonaro, como retirar o Brasil do Acordo de Paris e extinguir ministério, parecem inspiradas em teses anacrônicas (22.out.2018 às 2h00)

98. Estatismo custoso

Decisão do Senado põe em risco a sobrevivência de subsidiária da Eletrobras (22.out.2018 às 2h00)

99. Quartelada retórica

Filho de Bolsonaro especula sobre fechar o STF; presidencialável defende a democracia, mas insufla a ira militante para se esquivar de crítica e debate (23.out.2018 às 2h00)

100. Encruzilhada petista

Partido está longe de dispor de um programa de governo realista, que demonstre um aprendizado (24.out.2018 às 2h00)

101. Bolsonaro e militares

Presidencialável atrai simpatias nas Forças, que têm sabido manter a isenção (25.out.2018 às 2h00)

102. Virtuoses amordaçados

Uma revoada de instrumentistas busca refúgio e posições no Brasil e nos EUA (25.out.2018 às 2h00)

103. Reta final

Datafolha mostra queda na vantagem de Jair Bolsonaro sobre Fernando Haddad (26.out.2018 às 2h00)

104. Pergunta no posto

Fuga de Bolsonaro de debates leva à falta de clareza sobre propostas (27.out.2018 às 2h00)

105. Defesa da democracia

Qual Bolsonaro pode chegar à Presidência? O que promete pacificar o país ou o que age como chefe de facção de comportamento abominável? (28.out.2018 às 2h00)

106. Constituição acima de todos

Jair Bolsonaro precisa mostrar-se à altura do mandato recebido (29.out.2018 às 2h00)

107. Bolsonaro e a esfinge

Ou o presidente eleito decifra a enormidade dos desafios que terá pela frente, ou será devorado (29.out.2018 às 2h00)

ANEXO 2

Títulos dos editoriais do jornal *O Globo*

Este anexo apresenta os 73 títulos e respectivos *leads* dos editoriais do jornal *O Globo*, publicados no período entre 15 de agosto e 29 de outubro de 2018, e selecionados como corpus dentre os 82 editoriais publicados no período. Para fins didáticos, os títulos foram enumerados e grafados em negrito. A data de cada editorial se encontra entre parênteses. Em geral, foram publicados dois editoriais por dia – a grande maioria com *lead*, ou subtítulo.

1. Violência não será combatida com mais armas

Dados mostram que aumento do número de registros coincide com crescimento de homicídios no país (quarta-feira, 15 de agosto de 2018)

2. A vitimização de Lula na manobra da candidatura

O projeto é levá-la o mais longe possível, para ajudar na transferência de votos a Haddad (quinta-feira, 16 de agosto de 2018)

3. A necessidade de diálogo depois das eleições

País requer reformas que precisam de entendimento entre as diversas forças políticas (sexta-feira, 17 de agosto de 2018)

4. Eleição depende de desfecho rápido no caso de Lula

A decisão sobre o registro da candidatura não pode, porém, deixar de seguir os ritos previstos (sábado, 18 de agosto de 2018)

5. Crise mundial impõe urgência às reformas

É dever dos eleitos em outubro desobstruir os canais de negociação para a retomada do crescimento (segunda-feira, 20 de agosto de 2018)

6. Letalidade em operações expõe a população

Estratégia de confronto não tem conseguido reduzir índices de criminalidade no Estado do Rio (terça-feira, 21 de agosto de 2018)

7. Ativismo e má gestão prejudicam vacinação no país

Desarranjo administrativo da era Lula-Dilma levou ao desmonte dos sistemas de prevenção de doenças (quarta-feira, 22 de agosto de 2018)

8. A tragédia do sistema socioeducativo

Taxa de mortes de adolescentes infratores nos abrigos de todo o país já supera a dos presídios (quinta-feira, 23 de agosto de 2018)

9. Embate é essencial entre liberais e conservadores

Há uma rarefeita oposição à onda de conservadorismo que se espalha na campanha eleitoral (sábado, 25 de agosto de 2018)

10. Candidatos precisam debater o déficit nas estatais

Rombo estimado das empresas dependentes do Tesouro para o ano ultrapassa os R\$ 560 milhões (segunda-feira, 27 de agosto de 2018)

11. Estradas do país estão cada vez mais precárias

Falta de investimentos, má gestão, fiscalização deficiente e corrupção contribuem para agravar o quadro (quinta-feira, 30 de agosto de 2018)

12. Temer reforça o espírito de casta no setor público

Aumento para servidores contrasta com situação pré-falimentar da maioria dos estados e municípios (sexta-feira, 31 de agosto de 2018)

13. O poço sem fundo do ensino brasileiro

Desempenho pífio de estudantes no Saeb impõe a futuros governos desafio de melhorar a educação (sábado, 1 de setembro de 2018)

14. TSE confirma que Lei da Ficha Limpa vale para todos

No caso Lula, ficou reforçada a segurança jurídica de uma eleição da qual participam 143,7 milhões (domingo, 2 de setembro de 2018)

15. Congresso ainda está devendo a reforma do SUS

Legislativo precisa iniciar a revisão do sistema público de saúde, que atende 175 milhões de brasileiros (segunda-feira, 3 de setembro de 2018)

16. Voto de Barroso no TSE desmonta farsa armada em órgão da ONU

Acionar um comitê administrativo faz parte do plano do PT de estender ao máximo a questão (terça-feira, 4 de setembro de 2018)

17. Ensino médio continua a ser grande desafio

Índice reprova todos os estados e mostra ser difícil atingir metas tendo como referência a OCDE (quarta-feira, 5 de setembro de 2018)

18. Museus precisam de autonomia na administração

Universidade pública não é o melhor organismo para abrigar uma instituição com carências históricas (quinta-feira, 6 de setembro de 2018)

19. Políticos precisam combater o clima de intolerância

Atentado a Bolsonaro tem de servir de marco para a descompressão da campanha (sexta-feira, 7 de setembro de 2018)

20. Mina de recursos judiciais do PT próxima ao esgotamento

Sempre é possível alguma nova manobra, mas o tempo corre contra os planos de Lula (sexta-feira, 7 de setembro de 2018)

21. O inventário da violência na política

PT ficou mais agressivo com debacle de Dilma e Lava-Jato, criando espaço para a direita (segunda-feira, 10 de setembro de 2018)

22. É claro que limites da Carta valem para os militares

São equivocadas declarações do general Mourão e do comandante do Exército que sinalizam rupturas (terça-feira, 11 de setembro de 2018)

23. Lula mais uma vez impõe sua vontade ao PT

Ao retardar a definição de Haddad como vice, ex-presidente testa capacidade de transferir votos (quarta-feira, 12 de setembro de 2018)

24. Haddad precisa ser claro diante da crise fiscal

Ungido, o candidato tem de esclarecer se seguirá de fato políticas que geraram a crise (quinta-feira, 13 de setembro de 2018)

25. O voluntarismo e a crise dos estaleiros

Quando Haddad e Ciro coincidem no intervencionismo, convém lembrar a experiência do pré-sal (sexta-feira, 14 de setembro de 2018)

26. Toffoli acerta ao propor conciliação na posse no STF

Aceno reforça o colegiado da Corte e deveria ser atendido pelas diversas forças políticas (sábado, 15 de setembro de 2018)

27. Educação avança, mas de forma insatisfatória

Há uma evolução em curso, porém sua velocidade ainda não atende às exigências do desenvolvimento (domingo, 16 de setembro de 2018)

28. Universidades públicas precisam se reinventar

Além de apresentarem elevados déficits, não prestam contas como deveriam ao contribuinte (segunda-feira, 17 de setembro de 2018)

29. A impossível renovação do Congresso

Distribuição dos fundos perpetua castas políticas e alarga fosso entre Legislativo e a realidade do país (terça-feira, 18 de setembro de 2018)

30. Para evitar uma crise institucional nas eleições

Crítica perigosa de Bolsonaro à urna eletrônica, agressividade e o não debate degradam a campanha (quarta-feira, 19 de setembro de 2018)

31. Haddad entra na corrida rumo ao centro

Lula fez o mesmo com êxito, mas o desfecho da manobra, com a participação de Dilma, foi trágico (quinta-feira, 20 de setembro de 2018)

32. Mudar regulação do pré-sal é repetir erro já cometido

Ajustes feitos nas regras se mostram corretos e têm ajudado a atrair o interesse de investidores (quinta-feira, 20 de setembro de 2018)

33. Fantasma da CPMF volta a assombrar

Vazamento de conversa de Paulo Guedes alerta para o risco de um imposto já condenado na prática (sexta-feira, 21 de setembro de 2018)

34. Expectativa de inflação baixa pode ser ilusória

Prévia é a menor desde 2006, mas há possibilidade de a eleição levar o dólar a acelerar preços (sábado, 22 de setembro de 2018)

35. Violência cobra envolvimento do governo federal

As urnas precisam levar a que a Federação se integre no combate a um crime cada vez mais letal (domingo, 23 de setembro de 2018)

36. IDH reflete a importância destas eleições

Indicador da qualidade de vida da população reforça a necessidade de escolhas corretas nas urnas (segunda-feira, 24 de setembro de 2018)

37. É preciso não banalizar o risco de golpe

São cogitações desinformadas que não consideram as instituições e a robustez da sociedade civil (terça-feira, 25 de setembro de 2018)

38. Defesa da CLT não ecoa junto a todos os eleitores

Pesquisa comprova que salário maior é mais importante do que os chamados ‘direitos trabalhistas’ (quarta-feira, 26 de setembro de 2018)

39. Folha salarial dos servidores é outra ameaça à espreita

Superados apenas pelos gastos da Previdência, salários do serviço público precisam de novas regras (quinta-feira, 27 de setembro de 2018)

40. Candidatos a presidente do Brasil deveriam observar a crise argentina

Reformas feitas apenas em parte levaram Macri a perder chance de ajustar a economia; serve de lição (quinta-feira, 27 de setembro de 2018)

41. Leilão do pré-sal confirma acerto da nova regulação

Todas as áreas foram arrematadas, com um ágio médio de mais de 150%, sinal de interesse (sábado, 29 de setembro de 2018)

42. O cenário da explosão fiscal está pronto

À medida que o tempo passa, ingredientes dos desequilíbrios provocam mais estragos (domingo, 30 de setembro de 2018)

43. Falta empenho para reduzir a burocracia

Mesmo quando promessas são cumpridas neste campo, os resultados não têm vida longa (segunda-feira, 1 de outubro de 2018)

44. Não é possível convocar uma Constituinte

Proposta do PT, que não é nova, fere a própria Constituição e teria de ser derrubada pelo Supremo (terça-feira, 2 de outubro de 2018)

45. Lewandowski e Moro avançam o sinal

Liberação de entrevista de Lula e divulgação de depoimento de Palocci atestam objetivos eleitorais (quarta-feira, 3 de outubro de 2018)

46. Haddad diante de movimento antipetista

Rejeição recrudescceu na campanha, assim que candidato da legenda ameaçou Bolsonaro (quinta-feira, 4 de outubro de 2018)

47. O que sinalizam altas taxas de rejeição

Sistema partidário é pouco representativo, e a renovação dos políticos esbarra na legislação (sexta-feira, 5 de outubro de 2018)

48. Reformas no 30º aniversário da Constituição

Parlamentares eleitos amanhã têm a missão de executar uma rodada estratégica de atualização da Carta (sábado, 6 de outubro de 2018)

49. Voto é renovação de compromisso com a democracia

Instituições enfrentam testes impostos pelo autoritarismo de esquerda e de direita (domingo, 7 de outubro de 2018)

50. Segundo turno precisa discutir, enfim, programas

Depois das eleições de 2016, PT continua a pagar um preço pela corrupção e a ruína econômica (segunda-feira, 8 de outubro de 2018)

51. A renovação no Congresso feita pelo eleitor

Não se sabe se qualidade do Legislativo melhorará, mas voto muda a Câmara (terça-feira, 9 de outubro de 2018)

52. O necessário bom senso para não se propagarem boatos sobre as urnas

Supostas fraudes no sistema de votação eletrônica viraram arma na luta política (terça-feira, 9 de outubro de 2018)

53. O bem-vindo compromisso democrático

Bolsonaro e Haddad precisam resistir aos grupos autoritários que existem em suas campanhas (quarta-feira, 10 de outubro de 2018)

54. Eleitor dá o troco a ações políticas contra a Lava-Jato

Com a força do voto, eleitorado pune políticos acusados de corrupção e não poupa caciques (quinta-feira, 11 de outubro de 2018)

55. Bolsonaro também poderia propor frente 'democrática' contra o PT

Da mesma forma, partido reúne histórico de ataques à democracia representativa (quinta-feira, 11 de outubro de 2018)

56. Candidatos têm de ajudar a conter onda de violência

Bolsonaro e Haddad dão declarações de apaziguamento, mas precisam continuar atentos (sexta-feira, 12 de outubro de 2018)

57. O que de fato pensam os candidatos

Há muitas dúvidas sobre o que na realidade será colocado em prática pelo próximo presidente (sábado, 13 de outubro de 2018)

58. Faxina da cláusula de barreira precisa ser apenas o início

Levou-se uma década para o Brasil atender ao princípio de que, na democracia, é o voto que conta (domingo, 14 de outubro de 2018)

59. A agenda pesada que espera o novo presidente

Decisões sobre despesas, com um Orçamento no vermelho, precisam ser tomadas ainda este ano (domingo, 14 de outubro de 2018)

60. É urgente o debate sobre a verdade orçamentária

Bolsonaro e Haddad precisam explicar suas propostas de mudanças para a economia (segunda-feira, 15 de outubro de 2018)

61. A simbólica perda de votos do PT na classe C

De 2014 a 2018, partido teve 10 milhões de votos a menos em faixas de renda mais baixa, algo sugestivo (terça-feira, 16 de outubro de 2018)

62. Efeito benéfico da democracia sobre os candidatos

Bolsonaro e Haddad entendem mensagem da sociedade e moderam o discurso (quarta-feira, 17 de outubro de 2018)

63. Limites no combate à criminalidade

Para que não cresça a impunidade, não se deve entender que policial sempre atuará em legítima defesa (quinta-feira, 18 de outubro de 2018)

64. Fracasso da frente é incentivo à autocrítica do PT

Partido deveria procurar saber por que não conseguiu formar um bloco em defesa da democracia (sexta-feira, 19 de outubro de 2018)

65. Estagnação tecnológica vulnerabiliza país

Dificuldades na indústria criam uma série de problemas, inclusive de baixa produtividade em geral (sábado, 20 de outubro de 2018)

66. Saneamento básico ao largo das eleições

Trata-se de fator essencial para a melhoria da qualidade de vida em geral e da saúde em particular (domingo, 21 de outubro de 2018)

67. Atacar o STF e a imprensa é agredir a democracia

Atitude de Jair Bolsonaro e do filho Eduardo cria mais tensões quando é preciso começar a pacificação (terça-feira, 23 de outubro de 2018)

68. O autoritarismo surge no combate às *Fake News*

Qualquer ação que invada o conteúdo do que é transmitido pelas redes descumpra a Carta (quarta-feira, 24 de outubro de 2018)

69. Meio ambiente não é questão secundária

Primazia da agricultura no próximo governo colocaria o Brasil na contramão da História (quinta-feira, 25 de outubro de 2018)

70. Democracia modera discursos de candidatos

Lula já havia recuado em 2002, agora Bolsonaro e Haddad fazem o mesmo, mas não se aceitam recaídas (sexta-feira, 26 de outubro de 2018)

71. Todos precisam trabalhar para a pacificação

Seja qual for o resultado das urnas amanhã, a atmosfera de conflito tem de ser logo dissipada (sábado, 27 de outubro de 2018)

72. Eleição é uma etapa num processo de mudança na política

O crescimento de uma direita assumida melhora o equilíbrio ideológico da representação (domingo, 28 de outubro de 2018)

73. A hora do rodízio democrático no poder

A derrota do PT para uma direita assumida realça o mecanismo de oxigenação do regime pelo voto (segunda-feira, 29 de outubro de 2018)

As eleições de 2018 no Brasil foram marcadas por um processo de ruptura entre a substância política, em seu sentido mais profundo e mesmo desejável para uma sociedade democrática, e as formas de comunicação utilizadas para representarem as propostas das candidaturas aos/às eleitores/as de todo país, visto que foram, as eleições, determinadas por uma participação maciça da realidade virtual, incluindo aí a circulação de imagens, mensagens e, portanto, ideias, que impulsionaram não apenas as notícias verdadeiras, mas também as chamadas Fake News. Por esse motivo, a eleição presidencial de 2018 no Brasil, como um acontecimento político-histórico, pode ser analisada por diversos ângulos e/ou perspectivas a partir das tensões que a atravessam. A dissertação escolheu investigá-la tendo como objeto os editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Globo, analisando temas que neles orbitaram e que, influenciando outras mídias, criaram conteúdos a partir deles, terminando por atuar no universo eleitoral, colaborando para a presença do que Laclau (2013) chama de “significantes vazios” na eleição. A partir desse viés, definiram-se os principais questionamentos: Quais foram as demandas utilizadas para a construção de significantes?; Como identificar nos editoriais a formação dos sentidos das lógicas da diferença e da equivalência (LACLAU, 2018)?; e qual o papel da propaganda negativa na construção da identidade dos/das eleitores/as (OLIVEIRA, 2019)?

O objetivo da pesquisa foi, a partir da análise quantitativa e qualitativa dos editoriais selecionados, criar enquadramentos interpretativos dos dados coletados, que revelassem as agências e as valências, a partir das categorias empíricas formuladas. Para isso, a base teórica contou com nomes como Ernesto Laclau (2018) e Bruno Latour (2012), circundados por Isabelle Stengers (2018), Márcio Goldman (2006), Antoine Hennion (2010) e François Jullien (1999), parasustentar a hipótese da fabricação da eleição. Em termos metodológicos, a abordagem pautou-se por quatro categorias para realizar as análises dos editoriais selecionados: a fabricação do candidato, a fabricação do eleitor, a fabricação da eleição e a fabricação do dever, estratégia utilizada para se pensar nos “atores” (LATOURE, 2012) e nas articulações de sentido que configuraram o que aqui chamamos de “fabricação da eleição presidencial de 2018”. Espera-se, com o trabalho etnográfico de análise dos editoriais, contribuir para que se possa melhor compreender a fratura histórica, social, jurídica e política representada pela eleição presidencial de 2018.

